

**TORRÃO DE ORIGEM:
ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO
E REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO ALTO JEQUITINHONHA**

LUIZ HENRIQUE APARECIDO SILVESTRE

2007

LUIZ HENRIQUE APARECIDO SILVESTRE

**TORRÃO DE ORIGEM:
ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E REPRODUÇÃO
NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO JEQUITINHONHA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

2007

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Silvestre, Luiz Henrique Aparecido.

Torrão de origem: estudo sobre estratégias de gestão e reprodução na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha / Luiz Henrique Aparecido Silvestre. – Lavras : UFLA, 2007.

173 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2008.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Alto Jequitinhonha. 3. Gestão.
4. Estratégias de produção. 5. . I. Universidade Federal de Lavras. II.
Título.

CDD – 306.852

LUIZ HENRIQUE APARECIDO SILVESTRE

**TORRÃO DE ORIGEM:
ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E REPRODUÇÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO JEQUITINHONHA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de "Mestre".

APROVADA em 26 de março de 2007

Dra. Flávia Maria Galizoni

DAE / UFLA

Dr. Frederico Luís Barbosa de Mello

DIEESE

Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

UFLA

(Orientador)

LAVRAS

MINAS GERAIS - BRASIL

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

Guimarães Rosa

Aos meus pais, Joaquim Roberto e Niltes,
as irmãs Ana Lúcia, Ivânia e Silvana, ao irmão Fábio,
por estarem sempre presentes;

DEDICO

AGRADECIMENTOS

As famílias agricultoras do Vale do Jequitinhonha por iluminarem a minha trajetória desde 2001, pela paciência e disposição em ensinar. A equipe técnica do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), de Turmalina, ao Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha (Itavale) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medina, a Escola Família Agrícola Bontempo, de Itaobim. A estas instituições sou imensamente grato pela oportunidade de aprendizado que me foi concedida e pelos cinco anos de parceria em busca de um mundo mais justo.

Por esta pesquisa, agradeço à equipe da Secretaria de Ação Social do município de Carbonita, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapada do Norte, da Associação de Promoção Infantil, Social e Comunitária de Virgem da Lapa (APRISCO) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Virgem da Lapa. E as famílias agricultoras das comunidades Porto dos Alves e Córrego do Carrapato (Chapada do Norte), Curral Novo (Virgem da Lapa) e Retiro (Carbonita)

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) e em especial aos professores e funcionários do Departamento de Administração e Economia (DAE), pela amizade e conhecimento construídos.

Ao prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, pela oportunidade de aprendizado e compreensão.

A Flávia Maria Galizoni e Frederico Luís Barbosa de Mello, membros da banca, pelas preciosas observações e correções.

Aos amigos do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ) pela convivência e experiências compartilhadas.

Aos amigos e amigas que tive a oportunidade de conhecer durante a caminhada, pelo incomensurável apoio.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que forneceram as condições necessárias para minha formação acadêmica e realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	i
RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1. As famílias agricultoras e seus meios de vida.....	5
1.2. As famílias como agentes.....	16
1.3. Implicações para políticas públicas.....	21
2 METODOLOGIA.....	25
2.1. A apreensão da realidade.....	25
2.2. A pesquisa de campo.....	31
2.3. O processo de amostragem.....	32
2.4. O pesquisador na comunidade: algumas impressões.....	37
3 POPULAÇÃO RURAL, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	45
3.1. O Jequitinhonha e sua ocupação.....	45
3.2. A população rural, suas técnicas e trajetória sócio-ambiental.....	48
3.3. O Vale e sua integração econômica.....	51
4 AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO: ESTADO DA ARTE....	55
4.1. O agricultor eficiente, porém pobre.....	58
4.2. A família e a busca do equilíbrio entre consumo e trabalho.....	62
4.3. A tradição como estratégia.....	66
4.4. O agricultor entre a sociedade parcial e o mercado.....	73
4.5. Pobreza e estratégia: da irracionalidade a arte de gerir.....	81
5 OS LUGARES E OS MEIOS.....	85
5.1. Os lugares.....	86
5.1.1. As estações: a vida e o tempo.....	104
5.1.2. As águas.....	106
5.1.3. A <i>seca</i>	111
5.2. Os meios.....	114
5.2.1. A produção.....	114
5.2.2. A lavoura e a vulnerabilidade das famílias.....	121
5.2.3. O agricultor que amplia as suas margens de decisão.....	125
5.2.4. As migrações.....	130
5.2.5. Ciclo e riscos para as famílias.....	135
5.2.6. As decisões.....	138
5.2.7. As transferências de renda.....	141
5.2.8. A relação com o comércio.....	145
5.2.9. Aposentadoria, redistribuição e estabilidade.....	150
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
ANEXOS.....	167

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha.....	34
FIGURA 2	Vale do Jequitinhonha e municípios pesquisados: Carbonita, Chapada do Norte e Virgem da Lapa	35

LISTA DE FOTOS

FOTO 1	Comunidade Porto dos Alves (margem direita)	86
FOTO 2	Margem esquerda vista a partir da porção mais central da comunidade	86
FOTO 3	Vista parcial da comunidade Curral Novo	95
FOTO 4	Vista parcial da comunidade Curral Novo	95
FOTO 5	Porção central da Comunidade Retiro	99
FOTO 6	Paisagem de Logrador	99
FOTO 7	Paisagem da margem direita, onde se destaca o ambiente com maior ação humana (mais intensamente transformado)	118
FOTO 8	Visão geral do vale onde se localiza da comunidade, destaque para a margem esquerda com ambiente com menor grau de transformação	118
FOTO 9	Vista de área classificada como tabuleiro, que seria preparada para as <i>águas</i>	119

LISTA DE SIGLAS

APRISCO	Associação de Promoção Infantil, Social e Comunitária
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FCC	Fundo Cristão para Crianças
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PBF	Programa Bolsa-Família
STR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

RESUMO

SILVESTRE, L. H. A. **Torrão de origem:** estudo sobre estratégias de gestão e reprodução na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.*

Este estudo tem por objetivo conhecer como famílias agricultoras do Alto Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, gerem seus recursos e elaboram estratégias visando à satisfação de suas necessidades. A coleta de dados primários ocorreu por meio de entrevistas realizadas com famílias de três comunidades rurais localizadas nos municípios de Carbonita, Chapada do Norte e Virgem da Lapa. Contatou-se que a estrutura de ativos disponíveis para as famílias agricultoras e que pode ser mobilizada para a satisfação de suas necessidades tende a variar ao longo do ano, e está associada às variações do ciclo produtivo. Isso exige das famílias a elaboração de diferentes estratégias que envolvem os membros do domicílio, a comunidade e agentes externos a estas esferas. Na comunidade, o parentesco e os laços de solidariedade permitem que os membros dos domicílios mais vulneráveis possam se apoiar naqueles menos vulneráveis, geralmente com aposentados, que por terem renda certa, conferem estabilidade ao grupo. No mercado, junto aos comerciantes locais, observou-se que as famílias procuram cultivar relações que não se encerram em trocas mercantis, mas se apóiam em símbolos e acordos construídos a partir do interconhecimento entre os agentes e que garantem regularidade ao abastecimento mesmo nos momentos em que não dispõem de dinheiro. Concluiu-se que até nos períodos em que se encontram mais dependentes do mercado para o abastecimento, as famílias se cerciam com e mobilizam outros recursos, demonstrando que a falta de liquidez nem sempre exerce um impacto imediato sobre as condições de reprodução das famílias.

* Comitê Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (Orientador), .

ABSTRACT

SILVESTRE, L. H. A. **Clod of origin:** study on management and reproduction strategies in family agriculture in the Alto Jequitinhonha. 2007. 175 p. Dissertation (Master in Administration) – Federal University of Lavras, Lavras.*

This study has as an objective to know how farming families of the Alto Jequitinhonha, northeast of Minas Gerais, generate their resources and elaborate strategies seeking the satisfaction of their needs. The primary data was collected through interviews done with three rural community families located in the municipal districts of Carbonita, Chapada do Norte and Virgem da Lapa. It was clearly shown that structure of available assets for the farming family and which can be mobilized for the satisfaction of their needs tends to vary along the year, and it is associated to the variations of the productive cycle. This demands of the families the elaboration of different strategies that involve the members of the home, the community and agents outside of these spheres. In the community, kinship and solidarity ties allow the members of the most vulnerable homes to lean on those less vulnerable, usually retired who, for having a certain income, confer stability to the group. In the market, together with the local merchants, it was observed that the families try to cultivate relationships that do not end up in mercantile exchanges, but which are supported by symbols and agreements built starting from the mutual knowledge among the agents and which guarantee the regularity of provision even at times when they do not have money. It is concluded that even in the periods in which they find themselves more dependent on the market for provisioning, the families limit themselves and mobilize other resources, demonstrating that the lack of liquidity not always exercises an immediate impact on the families' reproduction conditions.

* Orientation Committee: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (Advisor), .

1. INTRODUÇÃO

Para as famílias agricultoras, a renda e o seu dispêndio no mercado representam apenas uma das possibilidades para satisfação das necessidades. Mesmo sendo uma das diversas dimensões que compõem um complexo sistema que envolve os meios de vida e suas possíveis combinações, ainda assim a disponibilidade de recursos monetários permanece sendo como um dos principais referenciais para identificação de segmentos da sociedade mais vulneráveis (para focalização de políticas públicas) e para nortear ações de combate à pobreza¹.

No entanto há limites no que tange a utilização de linhas de pobreza e extrema pobreza como referência para a execução de políticas públicas. Por questão de operacionalidade e pela dimensão da população para as quais geralmente são aplicados, tais conceitos não são capazes de comportar as particularidades das estratégias utilizadas pelas famílias e assim falham ao supor que a pobreza atingirá igualmente as famílias situadas em um mesmo intervalo de rendimentos monetários.

Em função do reconhecimento das limitações, outros conceitos foram desenvolvidos, como hiato e intensidade da pobreza. Hiato da pobreza representa o quanto falta a cada indivíduo para atingir a linha da pobreza ou, em outras palavras, o que cada pessoa pobre deveria receber para elevar a sua renda acima da linha da pobreza. Já intensidade da pobreza reflete o quão pobre são os pobres, ou seja, é uma medida estatística que representa a distância da renda *per capita* média dos indivíduos pobres em relação ao valor da linha da pobreza.

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma alternativa utilizada frente a limitação da variável renda em dimensionar o bem estar da população.

Mas ainda assim os conceitos usados estão pautados no que falta a população, permanecendo a renda como critério central.

O que se procura discutir não é a inviabilidade de estudos baseados nas linhas de pobreza e extrema pobreza, pelo contrário, estes mostram-se importantes para gestão e avaliação de programas públicos de alcance nacional. O Programa Bolsa-família, por exemplo, que atende a milhares de famílias brasileiras, têm parte de sua avaliação pautada no grau de focalização (proporção das famílias que atende aos requisitos do programa em relação àquelas efetivamente atendidas) e de exclusão (proporção das famílias que não atende aos requisitos de inclusão no programa, mas que são beneficiadas), critérios intimamente relacionados à renda.

Apesar de estes conceitos estarem associados à impossibilidade de satisfação das necessidades, que para pobreza está ligado ao lazer, transporte, vestuário, entre outros, e extrema pobreza, à alimentação, torna-se iminente compreender como as famílias classificadas nestas categorias conseguem sobreviver, seus meios de vida, os recursos disponíveis e as estratégias de gestão dos mesmos. Justamente por haver este hiato entre renda e meios de vida pode-se incorrer no equívoco de considerar que todas as famílias pobres são igualmente afetadas pela falta de dinheiro, ou de desconsiderar a sua capacidade de reagir a esta situação via utilização de outros meios.

Neste sentido, propõe-se uma inversão na interpretação, deixando de focar no que falta, nas restrições impostas pela escassez de renda, para identificar como as famílias situadas abaixo da linha da pobreza procuram e respondem a esta situação, como reagem e busca a manutenção de certo equilíbrio. Nesta perspectiva a linha da pobreza permanece como um fator estaque, que tende a homogeneizar as famílias, porém o quanto esta situação impactará sobre a família dependerá de sua capacidade de resposta, que poderá reduzir ou elevar a sua vulnerabilidade.

Visando problematizar e propor novas perspectivas de análise sobre a pobreza e os meios de vida da população este estudo analisa como as famílias reagem à falta de recursos monetários, quais outros recursos estão disponíveis e quais estratégias elaboram. Nesta perspectiva um quadro que num primeiro momento parece homogêneo, torna-se relativo de acordo com a disponibilidade de estratégias para a população de uma dada localidade. Portanto propõe-se a diferenciação de dois conceitos: a pobreza e vulnerabilidade das famílias pobres.

Para tanto na seção que segue a esta introdução são apresentados o problema que culminou nesta pesquisa e os objetivos.

Na seção 2 são discutidos os procedimentos metodológicos adotados, e para isto foi segmentada em três partes: a primeira, denominada de “*A apreensão da realidade*”, discute as características da interação que foi estabelecida entre entrevistado e pesquisador, o alcance da interpretação e do texto produzido. A segunda parte desta seção é dedicada às técnicas utilizadas e, por fim, são apresentadas às impressões de campo, cuja finalidade é apresentar o contexto no quais as informações foram obtidas.

A seção 3 foca no Vale do Jequitinhonha, as características da região estudada e como as famílias desenvolveram estratégias e mecanismo para se adaptarem ao meio no que tange principalmente ao uso dos recursos e ao sistema de cultivo. A partir de uma breve descrição histórica apresenta-se como a população rural, com os recursos que encontrou a disposição e as oportunidades que lhes foram apresentadas exerceu papel ativo na construção para a criação de soluções frente às alterações ocorridas no meio, visando à garantia das condições para reprodução física e social da família.

A seção 4 trata da apresentação de teorias e estudos que revelam as condições em que ocorre a reprodução na agricultura familiar, e dentro desta foca-se numa categoria com características particulares, que é o campesinato. Esta discussão se aproxima do tema *pobreza rural*, pois as previsões que

indicavam a extinção deste grupo social, em que trabalho e gestão se organizam a partir da família, se baseavam na associação entre esta e a sua incapacidade ou limitação em gerenciar seus recursos, ligando-a às características como ineficiência, resistência à inovação, insensibilidade aos estímulos do mercado, que tiveram como resultado um quadro de pobreza no campo que podia ser atribuída à irracionalidade destes agricultores em manejar os seus recursos, levando-os ao desaparecimento em função da diferenciação social que estava ocorrendo no campo. Nesta seção discute-se o estado das artes sobre estratégias e construção, por parte das famílias rurais, de meios para se lançar na contramão das previsões que a fadaria à diferenciação social e conseqüentemente ao desaparecimento enquanto categoria da sociedade. Apesar dos prognósticos que começaram a surgir já no final do século XIX, que relacionavam o processo de avanço da industrialização, de formação de complexos agroindustriais e expansão do capitalismo no campo como a causa do desaparecimento da agricultura familiar, desenvolveu mecanismos de proteção, de garantia da autonomia, como construíram suas relações com o mercado e com a sociedade visando à manutenção das condições de reprodução.

A seção 5 aborda especificamente os resultados. Nesta são apresentadas as comunidades e como as características destas criam possibilidades diferenciadas de reprodução das famílias, seja entre as comunidades que apresentam características distintas, seja por diferenças internas, entre as famílias de uma mesma comunidade. Num segundo apresenta-se com as variações do ano interferem nas possibilidades de manutenção da população rural, condicionam a sua produção e a determinação de estratégias de reprodução. E por fim, como as famílias tomam as decisões e quais recursos mobilizam para se preparar ou precaver de riscos e quais os mecanismos que elas encontram para reduzir a vulnerabilidade e garantir, ao menos, as condições básicas de reprodução.

1.1. As famílias agricultoras e seus meios de vida

Dona Zeti, agricultora de Veredinha, no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, dizia que ela própria, como a aranha, “*vive é do que tece*”. E a tecitura é ampla e de muitos fios já que a realização da família rural enquanto unidade de produção, de consumo e como instituição social não se dá apenas no seu próprio sítio. Para atender as múltiplas necessidades é exigido, da família, mais do que a transformação dos recursos internamente disponíveis na unidade produtiva, como a terra e o trabalho. Faz-se necessária também à construção e o estabelecimento de relações, seja pontual e estável, com o meio mais amplo, extrapolando os limites do próprio sítio.

Criando novos laços ou reforçando aqueles já existentes, a família rural expande seu território, pois “*captura*” e envolve em suas estratégias outros agentes, externos ao núcleo familiar, a unidade de produção ou ao domicílio, o que a credencia a acessar outros ativos por meio de trocas não necessariamente mediadas pela moeda, já quem nem sempre este é o recurso mais abundante ou que a família está disposta a mobilizar. Desta forma a família rural expande as possibilidades de decisão pela ampliação do leque de ativos passíveis de serem mobilizados e, conseqüentemente, suas estratégias podem e efetivamente são definidas também em esferas mais amplas, que abarcam mais do que os recursos que estão diretamente submetidos à posse dos membros do arranjo nuclear, composto por pais e filhos².

Assim suas estratégias se encaixam de forma limitada em modelos de análise que se estruturam a partir da unidade do domiciliar³ ou da família

² Abordagem crítica sobre a adoção do conceito moderno de família e suas implicações consultar Bruschini (1989) e Medeiros & Osório (2001).

³ Segundo nota técnica do IBGE (2000) conceitua-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros,

nuclear, pois, na prática, nem sempre estão circunscritas a um domicílio e este, por sua vez, nem sempre apresenta um arranjo nuclear.

Portanto referir-se a elaboração de estratégias de manutenção da família rural requer basicamente dois cuidados: primeiro, a estratégia pode não se limitar exclusivamente a um domicílio, mas combinar ou envolver também ativos disponíveis em outras unidades domiciliares⁴. Segundo, não se deve restringir a análise à família nuclear, ou seja, os arranjos familiares podem ser diversos e, portanto, deve-se reconhecer os limites da adoção do núcleo como a unidade elementar básica para a compreensão das estratégias.

Esta multiplicidade de possibilidades concorre assim para uma multiplicidade de estratégias. A família passa a envolver agentes externos, não pertencentes à família nuclear ou ao mesmo domicílio. Abarcam os vizinhos mais imediatos, com os quais pode estabelecer mais do que relações puramente vicinais. Quando seus moradores possuem ascendência comum e conseguem conservar a proximidade geográfica, como no caso de comunidades rurais, cria-se um ambiente onde os laços de parentesco são cotidianamente vividos e a solidariedade familiar constantemente reforçada, consolidando uma estrutura social que reforça responsabilidades que podem favorecer a manutenção ou estabilidade do grupo como um todo. Neste caso, a sobreposição de relações de vizinhança com parentesco cujos entes (ou elos desta rede) estão distribuídos entre diferentes domicílios próximos configura um arranjo familiar estendido do qual derivam-se direitos e obrigações que se qualificam e se reforçam

cercas, etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

⁴ Moser (1998) aponta os mesmos limites, só que para a compreensão das estratégias de famílias que residem em áreas urbanas, onde haveria uma tendência maior ao predomínio de arranjos familiares nucleares com estratégias mais independentes. Seu estudo mostra que, apesar da maior presença do aparelho estatal ou de serviços que podem ser acessados por via monetária, ainda assim a estabilidade familiar está intrinsecamente ligada a mobilização de vizinhos ou parentes residentes em domicílios distintos e nem sempre próximos.

cotidianamente pois além da proximidade “*de sangue*”, guardam uma proximidade geográfica. Destas comunidades deriva-se uma complexa estrutura na qual se criam oportunidades de acesso a recursos que podem estar desigualmente distribuídos entre seus membros.

Por outro lado, a partir de relações de vizinhança de longo termo destituídas de consangüinidade pode culminar a construção de laços mais estáveis, que prevêm obrigações e deveres recíprocos semelhantes àqueles que envolvem membros com ascendência comum. É o caso do apadrinhamento e do matrimônio. Woortmann (1990a) afirma que vizinho é também um “*parente em potencial*”, pois com ele pode ser estabelecida uma relação de parentesco simbólico, ou seja, que não está alicerçada na consangüinidade, mas que também reforça a relação de dever e de direito entre as partes envolvidas, um compromisso mútuo.

Mas as relações não se encerram nos vizinhos mais imediatos ou circunscrevem-se a família, pois estas são apenas algumas das esferas sociais e meios correspondentes a partir dos quais as famílias podem construir o seu arcabouço de estratégias. Dependendo do tipo de necessidade e das possibilidades para satisfazê-la é necessário o estabelecimento de relações com outros agentes cujos laços podem se estender até os vizinhos mais distantes, ainda dentro da mesma comunidade rural. Ou mesmo podem alcançar comunidades vizinhas, com as quais se comunga uma vida social derivada de uma trajetória histórica compartilhada, ou estimulada pelo uso comum de determinados serviços (como transporte, saúde e educação, por exemplo) ou por eventos que aglutinam pessoas, como festas religiosas.

Além das comunidades, a família pode também ampliar ainda mais seu território e alcançar os centros urbanos – as sedes dos municípios nos quais residem – onde interagem com agentes capazes de prover bens e serviços,

principalmente aqueles que não podem obter mediante o emprego direto dos recursos disponíveis em seu sítio.

Estabelece também contatos e trocas com regiões geograficamente mais distantes, como outros estados da federação, via migração, onde encontram oportunidades de trabalho remunerado, principalmente naqueles meses do ano em que a demanda por mão-de-obra em seu sítio tende a ser menor ou que pode ser atendida pelos membros que não migram.

Nestas regiões tendem a predominar relações modernas, no sentido tipicamente capitalista, de venda da força de trabalho, recebendo dinheiro em contrapartida. Segundo um dos entrevistados, um migrante, a combinação, em uma mesma época do ano, entre menor demanda de trabalho no sítio, dificuldade para conseguir trabalho remunerado na terra natal, demanda por mão-de-obra em outras regiões e a necessidade de liquidez, seja para o momento presente ou para preservar o poder aquisitivo no período futuro, quando investe seu trabalho na própria lavoura, faz com que os trabalhadores se desloquem até locais *“onde o dinheiro corre com mais facilidade”*.

Entre estas as referências mais marcantes são o trabalho temporário em usinas de cana-de-açúcar do interior do estado de São Paulo e colheita de café, também no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais, caracterizando um movimento migratório do tipo campo-campo, geralmente sazonal⁵. A migração sazonal, por sua vez, pode se converter em migração definitiva, realizada por trabalhadores e trabalhadoras que fazem de seus sucessivos deslocamentos mais do que unicamente um meio para obter numerário, mas também uma experimentação. A migração sazonal pode representar uma forma de avaliação, de adaptação à dinâmica do local de destino, o que é favorecido pelo apoio de familiares já instalados, tanto por meio de abrigo quanto para entrada no

mercado de trabalho. A migração sazonal pode, desta forma, ser uma experiência que poderá ou não se converter em uma migração definitiva⁶. Seja sazonal ou definitiva, a migração representa mais um meio, tanto para aqueles que migram, quanto para os que ficam⁷.

Essa necessidade de liquidez, geralmente associada à migração, a venda de dia de trabalho ou de produtos em mercados locais, não é algo recente. Está ausente da lembrança das mais antigas - *peessoas* que preservam, geralmente na memória, as trajetórias históricas pessoais ou da coletividade a qual pertence - algum momento de suas vidas em que estiveram totalmente independentes, nos quais o circuito de produção e consumo necessário ao equilíbrio e reprodução da família se encerrava em si mesmo, ou seja, exclusivamente na própria unidade produtiva. O que estes depositários da memória da comunidade recordam é das épocas das tropas que abasteciam as mercearias da cidade e até mesmo o nome dos *negociantes* (os comerciantes) com os quais mantinham relações de proximidade, personalizadas e que favoreciam já naquele período de menor monetização das trocas, o uso do “*fiado*” como um recurso para comprar sal e querosene nos momentos em que lhes faltava o dinheiro.

Aliás, dinheiro é um recurso freqüentemente associado à escassez quando reconstroem, no presente, a trajetória passada, principalmente em função da inevitável comparação que estabelecem sobre a disponibilidade deste ativo nestas distintas temporalidades (o passado e o presente).

Na época em que o dinheiro era um recurso extremamente escasso, considerado praticamente como inexistente devido aos raros momentos em que

⁵ Em outras regiões do semi-árido mineiro, como é o caso da Região Norte, é comum a migração sazonal do tipo campo-cidade, geralmente para ocupação na construção civil, principalmente em Brasília e São Paulo.

⁶ O termo “migração definitiva” de ser compreendido com ressalvas pois parte destes migrantes realiza a “migração de retorno”, voltando para sua região de origem após anos consecutivos de trabalho fora, podendo se instalar novamente no meio rural.

se encontravam de posse dele, o garimpo representa uma das possibilidades para obtê-lo. Mas, segundo depoimento colhido, era pouco os casos em que esta atividade efetivamente representou riqueza para quem garimpava. Mesmo entre aqueles que alguma vez conseguiram dinheiro mais avultado, com o tempo retornaram a mesma situação que os demais, pois tão rápido quanto ganhavam no garimpo, também perdia.

Mas a escassez de dinheiro, desde aquele tempo, não impedia que as necessárias trocas se efetivassem. Aliás, a ausência de numerário é sempre situada num contexto de trabalho intenso na lavoura, quando acordavam muito cedo para trabalhar na terra de terceiros, de fazendeiros, para ao final de um longo dia de trabalho receber, como recompensa pelo serviço prestado, a metade de uma rapadura ou outros gêneros e não o dinheiro, como afirma o agricultor J.: *“nunca dava dinheiro e a gente trabalhava o dia inteirinho pra ganhar rapadura ou um pouco de feijão! Não tinha dinheiro como hoje! Imagina como é que podia criar uma família assim, com rapadura, não dava, não!”*. E este mesmo agricultor contrapõe estes momentos aos dias atuais, em que o dinheiro, na sua expressão, *“corre com mais facilidade”*.

Mas se por um lado à recompensa em dinheiro era raro, o necessário equilíbrio familiar era obtido a partir da produção no próprio sítio, pois situam no passado os períodos de colheita mais fartas, quando podiam obter melhores resultados com a lavoura e criação de animais.

Lembram também da época em que acordavam cedo para trabalhar na roça de fazendeiros e ao final do dia receber pelo serviço produtos, e não dinheiro, como afirma o agricultor J. de A.: *“Nunca dava dinheiro e a gente trabalhava o dia inteirinho pra ganhar rapadura ou um pouco de feijão! Num tinha dinheiro como hoje! Imagina como é que a gente podia criar uma família*

⁷ Sobre a importância da migração como estratégia de manutenção de agricultores familiares em sua terra ver Martins (1986) e Garcia Junior (1990).

assim, com rapadura! Num dava, não!”, depoimento que reforça a essencialidade do acesso a terra como um meio para manter a autonomia no abastecimento, que era complementado com recursos obtidos pela ocupação fora da unidade produtiva, mantendo nas mãos da família as condições para a garantia de um mínimo de estabilidade, que a preservava das oscilações do trabalho além das fronteiras do seu sítio.

Memórias semelhantes têm o agricultor aposentado J.P.: *“hoje o pessoal tá tendo mais dinheiro, né? O dinheiro tá solto! De primeiro não existia dinheiro quase! De primeiro o cabra trabalhava, pegava serviço três, quatro horas da manhã pra ganhar uma rapadura. Não ganhava uma medida de feijão rasteiro! Ganhava meia medida! Um dia trabalhado duro, até a boca da noite, ganhava uma medida de feijão de corda!”*.

Depoimentos reportam a um período passado em que fartura estava associada à produção própria, em que conseguiam viver durante a maior parte do ano com os alimentos produzidos pela família, mas que ainda assim era necessário que procurassem outros meios para abastecerem-se de bens que por algum motivo não produziam ou, quando retiravam de sua própria terra, poderia não ser o suficiente para a família: *“tinha gente aqui que tinha muita fartura, plantava muito milho, né? Mas tinha precisão também do feijão, da rapadura, ele trabalhava pra pegar aquela coisinha! Era pouco que tinha o dinheiro, né? Um quilo de carne você não conseguia num dia de serviço de jeito nenhum!”* (J.P., agricultor aposentado)

Portanto estabelecer trocas com outras esferas, além dos limites da unidade produtiva, não é uma característica recente para as famílias rurais. Desde a época em que os agricultores conseguiam retirar mais da terra com menos trabalho, no tempo em que conseguiam produzir arroz nas mesmas terras em que hoje habitam *negociantes* e fazendeiro já eram personagens externos à terra de morada, ao sítio, que os agricultores incorporaram as suas estratégias

visando diversificar e compor os seus meios de vida, e com os quais procuravam manter trocas e laços de sociabilidade que garantiam o equilíbrio necessário à família. Relações que atingiam níveis de formalização que proporcionavam laços mais estáveis, seja pelo compadrio formalizado ou tratamentos recíprocos pautados na cordialidade, em que se referiam mutuamente como *compadres*, mas que nem sempre estavam alicerçados em apadrinhamento típico. Mas embutiam nas relações um sentido de confiança e proximidade, consolidando uma estrutura social capaz de apoiar a família e que estava organizada a partir de direitos e deveres recíprocos firmado entre as partes.

Assim, *negociante* e fazendeiro já eram em tempos tidos como de produção mais farta, onde a terra se apresentava como mais generosa para com as famílias rurais, personagens externos à família, ao próprio sítio, que foram incorporados às estratégias de reprodução dos agricultores como elementos que conferiam certa estabilidade. Era através de relações com estes personagens, com os quais mantinham laços de sociabilidade, que podiam acessar parte dos meios de vida necessários ainda que, se comparado aos níveis atuais, são observados como “precários”⁸ frente ao conjunto de recursos oferecidos a partir da maior proximidade com a cidade, e que antes estavam restritos apenas ao âmbito urbano.

Estabelecer trocas com outras esferas, além dos limites da unidade produtiva, não é uma característica recente para as famílias rurais, mas um meio historicamente usado para a satisfação das diversas necessidades das famílias e para a manutenção de sua estabilidade. Como afirma Cândido “*o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter a comida*” (Cândido, 2003, p.25). Assim, frente a duas situações de provável desequilíbrio para a família, como a precarização da estrutura de recursos anteriormente

disponível – como, por exemplo, à perda do acesso a terra – ou quando as necessidades consideradas elementares se tornam mais complexas, a ponto de se afastar do caráter estritamente natural, em ambas as situações a família precisará de uma organização social compatível com estas novas condições para satisfazer as suas necessidades, na qual se apoiará para manter o equilíbrio.

Nestas condições, a família passa por um momento de reestruturação marcado pela busca de um novo estado de estabilidade que pode ser alcançado por meio da ação dentro de uma estrutura ou tecido social do qual faz parte, construindo e estabelecendo laços de sociabilidade compatíveis com o alcance das novas necessidades. Para Cândido (2003), este estado de equilíbrio social só será alcançado no momento em que a família alcançar a compatibilidade entre *mínimos vitais* - abaixo deste patamar não seria possível falar em equilíbrio⁹ - e *mínimos sociais* – nível mínimo de relação e organização social exigido para satisfação destas necessidades consideradas elementares.

⁸ Equilíbrio precário é uma expressão cunhada por Cândido (2003) que se refere a manutenção de um grupo, de uma família, em níveis abaixo do considerado adequado para uma dada sociedade.

⁹ O consumo mínimo considerado aceitável ou, neste caso, a percepção do que é o patamar mínimo vital é, para Sahlins (2003), uma percepção cultural e, portanto relativo. Este autor observa que “o valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor de mercadoria. Por que a utilidade não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas” e cita exemplo: “a razão pelo qual os americanos determinam que a carne de cachorro não é comestível e a de boi o é, não é mais perceptível aos sentidos que o preço da carne”. Para este autor “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhes atribuem” (2003, p.189). Ainda sobre este tema, para Amartya Sen (Sen, 2000) este patamar mínimo é uma variação intersocial e está vinculado ao que é necessário para um determinado indivíduo desenvolver alguns “funcionamentos” elementares dentro de uma dada sociedade. Assim, embora o indivíduo de uma comunidade rica tenha renda *per capita* maior do que outros que vivem em comunidades pobres, ainda assim sua riqueza pode ser insuficiente para, por exemplo, participar da vida social, o que pode não acontecer no caso do membro da comunidade pobre que, mesmo tendo uma renda *per capita* inferior, consegue superar este patamar mínimo necessário para participar ativamente da sociedade na qual está inserido .

Foi o que aconteceu com famílias agricultoras do Alto Jequitinhonha. Com o gradativo declínio da fertilidade do solo atribuído em parte à pressão demográfica que as terras sofreram frente ao crescimento do número de membros da família, e como consequência quedas sucessivas nos níveis de produção que conseguiam auferir a partir do próprio sítio, formou-se um quadro de desequilíbrio entre o homem e natureza que paulatinamente criou restrições para o atendimento das necessidades a partir do ambiente natural. A atividade de *botar lavoura*, mais demandante de mão-de-obra e que garante à família o abastecimento com produtos básicos, passou a se concentrar nos intervalos de maior precipitação, denominados localmente de período das *águas*, estação em que as chuvas criam as condições mais adequadas para o trabalho no solo e desenvolvimento dos cultivos. Terminado o período das *águas*, adentrando a *seca*, as terras que até então apresentavam possibilidade de cultivo, deixam de ser trabalhadas e o fator trabalho familiar fica subocupado neste intervalo que pode durar entre seis e oito meses.

Em função deste parcial desligamento que ocorre entre os mínimos exigidos para a manutenção da família e a sua obtenção a partir do próprio sítio, seja em função das condições da terra ou de necessidades mais complexas, à pressão demográfica e à existência de subocupação da força de trabalho na unidade doméstica durante a *seca*, os lavradores recorreram a outras atividades em busca do restabelecimento do equilíbrio social, até então estremecido em função das novas condições que encontravam em suas unidades de exploração.

Para isto tiveram que *tecer teias* de relacionamentos de maior envergadura, mais amplas, que passaram a ligá-los aos locais onde pudessem buscar recursos e alargar as possibilidades de reprodução. O estabelecimento destas redes sociais, das quais as relações econômicas representam apenas uma dimensão, refletem a busca por este equilíbrio, mais restritas no tempo “*dos antigos*”, quando absorviam famílias, fazendeiros e *negociantes* (e que

certamente incluiu outros agentes além destes) até os dias atuais, quando se estendem até mesmo a outros estados da federação.

Mas estas relações podem ganhar múltiplas representações de acordo com a função que lhe é imputada, do papel que lhe é conferido frente aos demais meios de vida disponíveis e acessados pelas famílias. O estabelecimento destas redes sociais se torna, assim, um recurso indispensável para a manutenção das famílias rurais e podem ou não, dependendo do contexto, negar a existência de uma troca baseada em interesses econômicos. Para os camponeses, segundo Woortmann (1990a), a relação com o trabalho, quando executado fora da unidade produtiva da família, pode ser qualificada de formas distintas dependendo da esfera social em que ele é desenvolvido. Ganha um caráter de negócio, ou seja, de uma troca econômica - trabalho é percebido como uma mercadoria - quando realizado fora do ambiente no qual predominam relações familiares, como por exemplo, em fazendas de cana de açúcar, destino de parte representativa de migrantes sazonais do Vale do Jequitinhonha.

Por outro lado, quando este mesmo camponês coloca a sua força de trabalho a disposição de amigos ou parentes, por exemplo, o trabalho é ressignificado: o produto físico ou o resultado do tempo investido não é necessariamente ou unicamente material, mas principalmente social. O trabalho quando executado num bairro, numa comunidade ou parentela, não ganha contornos de assalariamento, mas de troca que será retribuída futuramente e a economia, assim, não é o centro organizador das relações sociais, mas o contrário, a estrutura social é que organiza as trocas econômicas¹⁰. Neste caso, além de representar uma necessidade prática (demanda por trabalho) quando as

¹⁰ Se no caso de famílias rurais estas duas dimensões (social e econômica) coexistem como forma de organização das trocas, Polanyi (1980), em sua obra intitulada “*A grande transformação*”, trata destes elementos numa perspectiva de superação de uma pela outra: da substituição das relações sociais enquanto centro organizador das trocas, que passa então a gravitar ao redor da economia.

famílias não dispõem força de trabalho familiar suficiente para a realização das atividades necessárias, o que está em jogo não é a produção de mercadorias, mas está se reproduzindo uma comunidade, laços de sociabilidade e de reciprocidade entre os membros de um grupo social, garantindo a sua coesão. Percebe-se assim que as estratégias das famílias não envolvem apenas mercadorias, mas a preservação dos diversos meios que garantirão a estabilidade do grupo.

Assim, frente à diversidade de meios e trocas que podem dispor e que são construídos e mobilizados pela pequena unidade de produção familiar, dificilmente se justificaria a sua associação a uma entidade autárquica, fechada em si mesma. Os laços estabelecidos pelos agricultores e agricultoras ganham contornos distintos: num primeiro momento mais restrito, onde prevalecem relações familiares; amplia-se até a comunidade em geral; estendem-se aos fazendeiros e *negociantes* até ganhar dimensão nacional, quanto alcançam até mesmo outros estados da federação.

1.2. As famílias como agentes¹¹

Em função deste complexo arcabouço de possibilidades criado e meticulosamente gerenciado pelas famílias rurais do Jequitinhonha é que é possível falar em estratégia. Frente às limitações impostas pelo sítio em prover os bens que necessitam, ao crescimento das famílias que incorre em pressão sobre os recursos disponíveis (pressão demográfica)¹², as novas oportunidades oferecidas pelo mercado para a ocupação da mão-de-obra no período de menor

¹¹ Esta seção (e todo este trabalho) recebeu influência de Schultz (1965) que destaca que, ainda que pobres, exige-se das famílias a elaboração de complexas estratégias de gestão dos recursos disponíveis, o que reforça o seu papel ativo e não de resignação.

¹² Cabe ressaltar que existe um debate aprofundado sobre a não-linearidade entre crescimento populacional e pressão sobre recursos naturais que pode ser consultado em Hogan (1991, 2002) e Boserup (1987).

demanda por trabalho na própria unidade de produção, as famílias passaram então a ampliar a sua teia de relações e a interagir com novos agentes sociais. Expandiram até os locais nos quais podiam se apoiar e promover o equilíbrio (físico e social) desejado – como, por exemplo, o comércio urbano e fazendas do interior de São Paulo – combinando estas novas possibilidades com aquelas já consolidadas e que ainda se mostravam necessárias no conjunto das estratégias disponíveis, como a família e a comunidade, cujos vínculos tendem a ser mais estáveis, como sugerem Moser (1998), Rutherford (2002), Mendras (1978), Levi-strauss (s.d.) e Woortmann (2001).

Se o relacionamento com agentes externos não é algo recente (como as relações com fazendeiros e *negociantes* no “*tempo dos antigos*”) enquanto mecanismo para acessar bens e serviços, o que é relativamente novo nestas trocas - e atribuída principalmente aos primeiros estímulos à modernização brasileira, no pós-guerra, a partir da década de 1950 - é a frequência com a qual estas passaram a ser mediadas ou amparadas pela presença do dinheiro e, no bojo deste processo, com a constituição de um planejamento orçamentário pautado no dinheiro.

No caso do Vale do Jequitinhonha, em função da trajetória sócio-ambiental, contribuíram para este processo os intensos fluxos migratórios (permanente ou circular) para regiões economicamente mais dinâmicas¹³ e demandantes de mão-de-obra, principalmente de homens jovens e adultos. Estes passaram a irrigar com dinheiro à economia familiar e local, o que viabilizou a difusão e incorporação, no meio rural, de hábitos de consumo antes associados e restritos à população urbana, sendo exemplo a participação cada vez mais freqüente de alimentos comprados.

¹³ Sobre a dinâmica dos processos migratórios da população do Vale do Jequitinhonha consultar Goza Rios-Neto (1988) e Amaral (1988).

Mas planejamento e estratégia não passaram a existir a partir da presença do dinheiro. Estes conceitos já se faziam presentes no cotidiano das famílias agricultoras mesmo antes de suas economias passarem por um processo mais intenso de financeirização. Tais termos, que implicam na noção de gestão de recursos por parte da família agricultora, podem até causar estranheza entre aos lavradores (e para muitos certamente são), mas ainda assim suas práticas remetem a princípios de controle e regulação que, mesmo não estando estritamente suportados pelo dinheiro, passam por um raciocínio ponderado que incorporam elementos como consumo, poupança e investimentos.

Wolf (1966) constatou que, em sociedades camponesas e em grupos onde o dinheiro era praticamente inexistente, aos seus membros são colocadas decisões sobre: o consumo imediato para atendimento dos *mínimos calóricos* que estão associados à necessidade orgânica (mínimo para manter a vida); sobre a formação de excedentes que viabilizem a manutenção de sua produção a cada ciclo agrícola, os fundos de manutenção, e geralmente envolvia a constituição de reservas em sementes ou para reposição de instrumentos de trabalho. Por último, também era preciso que estes camponeses constituíssem um fundo cerimonial, que diferentemente dos anteriores, estava ligado ao ambiente externo à unidade produtiva, voltado para a manutenção da família em determinados círculos sociais e que representavam a possibilidade de segurança e de proteção em situações imprevistas - um apoio nas ocasiões inesperadas¹⁴. Além destes, para

¹⁴ Segundo Wolf (1966) “*mesmo em lugares onde o homem é auto-suficiente para conseguir bens e alimentos, ele deve manter relações sociais com seus companheiros para momentos de luta, casamentos, cerimônias que devem ser pagas com bens, trabalho e dinheiro. Portanto se os homens têm pretensões de participar de relações sociais deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas para tais atividades*” (Wolf, 1966, p. 21). Tal observação está em harmonia com o que identificado por Cândido (2001) como mínimo social e por Woortmann (1990a) no que tange ao significado atribuído ao trabalho na esfera da comunidade, todos relacionados a reprodução de uma estrutura social compatível que proporcionassem a satisfação das necessidades.

os camponeses que não possuíam a propriedade da terra, ainda tinham que formar uma reserva de aluguel.

Os processos de decisão sobre estas necessidades configuram na perspectiva de Wolf, o *problema básico do camponês* e refletiria a sua capacidade de deliberar sobre o nível de produção, o quanto poderá consumir e a poupança que deverá realizar.

Assim para sociedades camponesas já era possível assumir, ainda que Wolf não adote as mesmas palavras, a existência de planejamento e elaboração de estratégias, pois aceitar a existência de fundos de reserva, mesmo que não constituídos sob base monetária, é reconhecer a existência de tomada de decisão e fixação de objetivos referentes ao consumo e formação de reservas, o que se une umbilicalmente à decisão sobre consumir ou poupar visando um ganho futuro.

Estas afirmações implícitas ao conceito de formação de fundos tende a subverter parte dos pressupostos sob os quais foi construída a imagem da agricultura familiar tradicional, associada à figura do caipira imprevidente, irracional e avesso a mudanças, principais causas do seu atraso e de sua pobreza. E se eram pobres, sua condição social se devia à baixa produtividade, a ineficiência na utilização dos recursos disponíveis decorrente da irracionalidade presente em suas decisões. E eram estes os pressupostos que predominaram nos programas de modernização da agricultura brasileira¹⁵.

Se estas economias familiares já gerenciavam seus recursos mesmo antes da presença de moeda, com a expansão das possibilidades de obtenção

¹⁵ Para uma abordagem mais esclarecedora sobre pobreza e agricultura tradicional, consultar Schultz (1965). Sobre o tempo de trabalho na agricultura itinerante e suas técnicas equivocadamente interpretadas como apego ao lazer e ineficiência ver Boserup (1987). No Brasil, sobre modernização e pequena agricultura ver Graziano da Silva (1999, em especial o capítulo intitulado “*Modernização conservadora*”) e sobre técnicas de produção itinerante, tempo de trabalho e produção no Vale do Jequitinhonha ver Ribeiro (1997).

desta passaram a incorporá-la com meio de vida, garantindo concomitantemente a possibilidade de consumo no mercado combinada a agropecuária, indústria doméstica e extrativismo. Assim, o novo e o tradicional se complementam nas estratégias de reprodução física e social da família e, frente a essa combinação que mescla novas formas de acesso com outras, já existentes, faz com que uma análise estritamente baseada na renda se apresente como limitada.

Embora haja diferenças entre famílias urbanas e rurais sobre o que consideram como socialmente necessário no modo como as satisfaz e recursos disponíveis para isto, a insuficiência de renda representa para ambas um quadro crítico, pois geralmente está associada à algum tipo de privação. Para a população rural, parte da satisfação das necessidades básicas, principalmente alimentação, também está vinculada ao dinheiro e, na sua ausência, o impacto no abastecimento variará em função da época do ano, do tamanho da família e do grau de dependência construído em relação ao comércio. Porém, o acesso a terra interfere na intensidade da privação que acometerá a população rural e urbana. Para aquela, quando combinado com a força de trabalho disponível, Será possível produzir bens que poderão ser consumidos ou trocados devido à alternatividade¹⁶, amenizando o impacto e reduzindo a vulnerabilidade frente à escassez de renda. Para Wolf:

“Com controle de terra e a capacidade de cultivá-la, o camponês conserva tanto a autonomia como a sua capacidade de sobreviver (Wolf, 1966, p. 33)”.

¹⁶ Alternatividade, conceito desenvolvido por Garcia Junior (1990) que se refere a propriedade de um produto de ser consumido pela família ou ser ofertado no mercado. Segundo este autor, os pequenos agricultores procuram cultivar produtos de elevada alternatividade, o que possibilita seu consumo pela família ou a venda, dependendo do contexto ou necessidade. É por isso que não cultivam exclusivamente produtos com maior valor de troca, mas sim aqueles que proporcionam um equilíbrio entre valor de uso e valor de troca.

No entanto, ao mesmo tempo em que o acesso à terra garante um mínimo vital, por outro lado adiciona um novo componente de risco que está relacionado às condições naturais, inerentemente ligadas às possibilidades de produção. Para lidar com estas variações, com estes fenômenos, os agricultores procuram minimizar seus efeitos em sua vida municiando-se de outras formas de acesso aos produtos básicos, encontrando como possíveis provedores destas alternativas: o mercado, por meio de trocas mediadas pela troca de mercadorias; o Estado, através de políticas públicas; ou a sociedade.

1.3. Implicações para políticas públicas

Partindo destas ponderações até aqui apresentadas, ressalta-se a limitação de análises estritamente baseadas na insuficiência de renda não apenas para avaliar a repercussão de sua escassez sobre condições de vida das populações consideradas pobres, mas também como mecanismos norteadores de programas tradicionais de combate à pobreza. A justificativa para tanto é o fato do conceito linha de pobreza ser estático, enquanto a realidade é dinâmica e envolve um conjunto de meios e estratégias que não são comportados por esta definição.

Ainda que o Brasil seja um país de economia *urbana e monetizada*¹⁷ e frente aos processos de re-inserção econômica do Vale do Jequitinhonha ocorrido desde meados do século passado¹⁸ que tenderiam a associar bem-estar ao nível de renda, como é o caso dos fluxos migratórios (sejam definitivos e circulares), implantação de programas de integração e desenvolvimento econômico a partir da década de 1970, expansão de benefícios previdenciários

¹⁷ Esta afirmação foi extraída de Rocha (2006).

¹⁸ Adota-se o termo re-inserção já que a região, durante o período colonial, esteve intensamente integrada às rotas nacionais e internacionais de troca.

rurais, década de 1990, programas de transferência de renda, a variável renda ainda representa apenas uma das dimensões.

Vislumbrando as potencialidades de uma abordagem diferenciada e esclarecedora sobre pobreza e as condições de vida das famílias, este estudo propõe uma inversão na forma como tradicionalmente são abordadas as populações pobres, que foca apenas no aspecto estrutural, na insuficiência de renda que destaca, na maioria das vezes, as restrições que este quadro lhes impõe. Neste estudo o renda monetária será percebida como um elemento de fundo, e no foco será colocado à família como uma instituição ativa, que procura criar alternativas para a satisfação de suas necessidades num quadro de recursos monetários limitados.

O objetivo deste estudo é investigar como as famílias rurais de baixa renda do Vale do Jequitinhonha elaboram estratégias e mobilizam meios para satisfazer as suas necessidades e garantir sua reprodução física e social. Espera-se assim preencher a lacuna existente nos estudos sobre a pobreza: investigar quais os recursos estão disponíveis para as famílias cuja condição monetária as situam abaixo da linha da pobreza e como estas elaboram estratégias e gerem seus recursos. Para atender ao objetivo concebe-se a família como um agente capaz de elaborar respostas às situações desfavoráveis, e que combina recursos e formula estratégias para contornar o quadro de restrição monetária, de forma a minimizar o impacto desta no atendimento de suas necessidades.

Uma vez que estudos revelam que é no meio rural, principalmente do semi-árido, de baixa integração ao mercado e cuja produção volta-se prioritariamente para o autoconsumo, que se encontra substancial contingente da

população pobre do país¹⁹, este estudo tem como foco de análise famílias rurais do Vale do Jequitinhonha, no semi-árido mineiro²⁰.

Apesar das restrições para a utilização do conceito de domicílio, a TABELA 1A é usada para apresentar os indicadores de pobreza e indigência (extrema pobreza) para doze regiões do Estado de Minas Gerais, cuja referência para a determinação da linha da pobreza foi o valor do salário mínimo²¹. Para Rocha (2006) este é, devido aos dados disponíveis, o recurso mais utilizado em estudos sobre o tema²², mas também ressalta limitações: incapacidade de refletir o custo de atendimento das necessidades básicas, as diferenças regionais e os métodos para atualização adotados.

Quando comparada às demais região percebe-se que os números para o Vale do Jequitinhonha são desfavoráveis. Na TABELA 1A observa-se a porcentagem de domicílios situados abaixo da linha da pobreza²³, ou seja, com renda mensal *per capita* inferior a ½ salário mínimo (a referência é o salário do ano 2000, de R\$ 75,00). Constata-se que o Vale do Jequitinhonha é a região mineira que possui o mais alto índice da população em situação de pobreza, seguido pelo Norte, com 58,03% dos domicílios classificados nesta condição.

A TABELA 1A apresenta também a porcentagem de domicílios situados abaixo da linha da indigência, por região. Classifica-se um domicílio

¹⁹ Consultar, por exemplo, Takagi et al. (2001)

²⁰ Cabe ressaltar que as difusões de benefícios previdenciários rurais estão colocando novas questões principalmente no que tange a localização da pobreza no Brasil, como mostram os estudos de Beltrão et al (2005), Delgado & Cardoso (2001).

²¹ Para saber mais sobre critérios para a mensuração da linha da pobreza e suas limitações ver Rocha (2006) em especial o Capítulo 3 “*Medindo a pobreza: conhecimento consolidado e as escolhas possíveis*” e Takagi et al. (2001)

²² Atualmente outro referencial amplamente difundido tem sido a linha da pobreza do Programa Bolsa-Família, onde as famílias com rendimentos mensais inferiores a R\$120,00 *per capita* são classificadas como pobres e, abaixo de R\$60,00/*per capita/mês*, como extremamente pobre.

²³ Patamar mínimo de renda necessário para que sejam atendidas as necessidades básicas como alimento, saúde e higiene, transporte, lazer e aluguel.

em situação de indigência²⁴ (ou de extrema pobreza) aqueles com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (do ano 2000). O Vale do Jequitinhonha apresenta indicador também desfavorável neste quesito, com 36,18% dos domicílios classificados como em situação de indigência.

²⁴ Cujá renda está abaixo de um patamar mínimo definido como necessário para a satisfação da necessidade mais básica: a alimentação.

2 METODOLOGIA

2.1. A apreensão da realidade

Um dos objetivos da pesquisa social é reduzir o estranhamento e construir pontes de diálogo e de compreensão entre atores que vivem em diferentes contextos (no caso, entre pesquisados e o pesquisador). Como afirma Cardoso (1986), a pesquisa é a busca pelo *entendimento* e a incursão em campo, a busca de dados primários, é um dos meios para atingir este objetivo. A pesquisa de campo permite ao pesquisador se *aventurar* em realidades específicas - aventurar no sentido de se envolver em um novo contexto no qual experimenta sensações inéditas, vivencia e observa situações cotidianas que extrapolam ao contexto da pesquisa, ao seu objetivo inicial mas que, no desenrolar da construção do conhecimento, conformarão o *corpus* que permitirá e fundamentará a interpretação daquela realidade. No entanto, a maneira como o pesquisador interpreta as evidências com as quais se depara em campo está diretamente ligada às suas predisposições – condicionada por experiências e fundamentações teóricas - em relação às informações e a realidade vivenciada e que extrapolam ao recorte ou formulações teóricas feitas *à priori*.

Construções, desconstruções, descobertas e redescobertas são polaridades com as quais o pesquisador se depara em campo e são inerentes à busca pelo entendimento almejado. O trânsito entre estes pólos, quando assumido como movimento próprio do processo de pesquisa e necessário à construção do conhecimento, conforma a base do que é denominado como processo circular de pesquisa ou *grounded theory*. Este processo de investigação possui semelhanças e diferenças em relação ao modelo linear de pesquisa, este definido por Flick (2004) como um processo em que teorias e métodos antecedem a realidade estudada, envolve testes de hipóteses e determinação de amostras estatísticas para fins de generalização. Por sua vez, o método circular

de pesquisa se assemelha ao modelo linear de pesquisa pela existência de suposições teóricas e metodológicas anteriores à pesquisa de campo as quais o pesquisador recorrerá para realizar a sua incursão inicial em uma determinada realidade, mas dele se distingue por conferir importância às evidências e informações que emergem durante o contato com o grupo social de interesse e que extrapola, agregam dados ou mesmo refuta o arcabouço teórico inicialmente proposto. Assim o pesquisador vai a campo com o intuito de conhecer a realidade a partir da combinação de elementos que conhece de antemão (seja pelo contato prévio com o grupo de interesse ou em pesquisas em literatura especializada) com evidências emergentes, que afloram com o contato com a realidade.²⁵

Na análise do material coletado ou até antes, ainda em campo, o pesquisador classificará os elementos observados, destacando os que deverão ser investigados em maior profundidade daqueles que aparentemente são pouco significativos para o alcance dos objetivos do estudo ou para explicar a realidade. Assim, quando imerso em campo, “*a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informação, mas combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de novas pistas que são elaboradas em novas entrevistas*”. (Cardoso, 1986, p. 101).

Esse processo de reconstrução do modelo de análise, que se torna cada vez mais particular ao pesquisador de acordo com os recortes feitos, é a condição *sine qua non* para que ele assuma a posição de *mediador* e não apenas de *transmissor*.

Mas o exercício da mediação se dá, segundo Woortmann (1990), por meio de observações limitadas, pois o pesquisador só consegue enxergar e fixar como importante àquilo que faz sentido para ele, corroborando com a proposição

²⁵ Para mais informações sobre circularidade e linearidade na pesquisa científica, consultar Alencar (1999) e Flick (2004).

de Geertz (1978), que afirma que as interpretações são sempre feitas a partir dos recortes particulares que o pesquisador faz sobre a realidade observada.

A implicação deste pressuposto é de que o texto produzido deve ser analisado como a perspectiva de um *observador que revive aquela experiência*, como define Levi-Strauss (1988), e que foi reconstruída a partir de elementos apreendidos e que fizeram sentido sob a sua ótica deste mesmo pesquisador. Portanto, a interpretação e o texto final não poderão ser encarados como “A” (maiúsculo mesmo, como algo absoluto) percepção do agricultor sobre a sua realidade, pois só a este é dada à possibilidade de realizar uma interpretação de primeira mão, afinal *é a sua cultura* (Geertz, 1978). O que o pesquisador faz quando usa depoimentos é uma interpretação das interpretações dos outros e, neste caso, ele pode se predispor a julgar categorias comuns tanto ao seu repertório quanto ao do entrevistado como semelhantes, mas que pode ter um sentido diverso para quem concede a entrevista. Um exemplo: que sentido um pesquisador que mora na cidade atribui à expressão *vizinho* quando a ouve numa entrevista? A que um agricultor que mora em uma comunidade rural, onde laços de vizinhança e parentesco estão sobrepostos, refere-se quando diz esta mesma palavra? São sutis diferenciações as quais o pesquisador deve estar atento.

Além de representar a percepção do pesquisador, outros dois elementos conferem especificidade à análise: a pesquisa remete uma etapa definida da vida do grupo com o qual o investigador estabeleceu contato e os dados colhidos do real refletem as condições particulares em que interação social ocorreu.

Para Geertz (1978), o fato de se referir a um determinado intervalo da vida do grupo não representa impedimento à análise da realidade, pois não é preciso saber tudo para conhecê-la, e este autor sustenta sua proposição na assertiva de Marcel Mauss de que *todo fato social é total*. Para Mauss (1988), tudo o que constitui a vida propriamente social se mistura nas atividades - instituições religiosas, jurídicas, morais, econômicas e estéticas - e, portanto

estão incorporados nos fatos os elementos que revelam como as pessoas tecem, entre si, as relações.

Quanto às interferências das condições particulares que envolveram a interação social, isto ocorre porque a essência da pesquisa social é a *pessoa* e entre os dados que dispõe, além dos fatos que presencia, do ambiente que envolve aquele grupo, estão às palavras que, quando ditas pelo agricultor, refletem um fragmento por ele selecionado sobre a sua realidade e que lhe pareceu mais apropriado para o ensejo. Aparentemente esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, o que o entrevistado traz para a interação com o pesquisador é um recorte sobre a sua vida, sobre seu contexto, o que julga como adequado e que deve ser informado a um *estranho*.

Assim o pesquisador se depara, em campo, com uma “subjetividade com sujeito” e não com um ser neutro. Ainda que as perguntas sejam pronunciadas de forma idêntica para todos os entrevistados ou que o pesquisador tente explicá-la de maneira clara, cada pessoa reagirá aquele estímulo de forma peculiar, não apenas em função do que lhe foi argüido, mas também influenciado pelo que representa a presença de um pesquisador em sua casa, na sua comunidade, e sobre o qual possui apenas informações parciais, ainda que seja *praxe* e essencial à apresentação entre ambos. Nesta interação cada respondente avalia o que irá expressar: vontades, visões, dilemas, problemas e conflitos, a partir da forma como qualifica aquela conversa e como percebe o pesquisador, procurando conciliar os objetivos do pesquisador com as suas próprias intenções.

Para Haguette (2001), são quatro as possíveis interferências na “qualidade” dos dados, a partir do informante: *motivos ulteriores* (o que ele acredita que poderá melhorar na sua situação depois daquela entrevista); a *quebra de espontaneidade*; *desejo de agradar*; *habilidade de lembrar e relatar os fatos*; e *fatores idiossincráticos*, como eventos que ocorreram durante a

pesquisa, no caso de pesquisa que demandam encontros sucessivos realizados entre intervalos de tempo (dias, meses).

A interação (a entrevista) é assim mais do que um encontro de subjetividades estruturadas, prontas para serem reveladas. Mas é um momento em que os atores envolvidos assumem posições influenciadas por evidências sutis como: o modo como o pesquisador anda as expressões que usa o tom de sua fala, as roupas que veste os instrumentos que utiliza a posição de condutor que assume durante as conversas e sobre quem, aos olhos do grupo, ele parece representar.

Zaluar (1986) afirma que o pesquisador pode ser assumido pelos entrevistados como um intermediário entre o grupo e a elite que ele parece representar o que transforma a pesquisa em um instrumento de comunicação com a sociedade mais ampla, cujas respostas perseguem outros interlocutores, principalmente órgãos públicos e organizações sociais. E se a pesquisa expressa reivindicações ou se passa a ter um caráter de reivindicação, não quer dizer que deixa de revelar a verdade sobre a realidade pesquisada pois *“o critério de uma boa pesquisa é principalmente a sua capacidade de fotografar uma realidade vivida”* (Cardoso, 1986, p. 95), e conhecer e retratar os anseios de um grupo é também uma maneira de refletir a verdade sobre ele.

A entrevista torna-se assim mais do que um instrumento de coleta de informações, é uma forma de intervenção na realidade e de perturbação do grupo. Assumida desta forma cabe ao pesquisador qualificar os dados e informações de campo não apenas como percepções do entrevistado sobre a realidade que vive, mas como percepções produzidas a partir da importância que os agentes atribuem àquela interação para assim reconhecer os limites das informações coletadas e conseqüentemente de alcance de sua análise. (Zaluar, 1986)

Estes são condicionantes que fornecessem a base de informações que o pesquisador vai utilizar para investigar a realidade. E o resultado - o texto síntese – é classificado por Haguette (2001), como uma construção relativista pois não se pode captar a realidade como num espelho, cabe ao cientista social fazer *leituras do real* ou a sua leitura do real. Estas leituras do real são construções que *imaginamos* sobre o que pretendem os membros daquele grupo, é um ato de imaginação, pois, buscando a redução da complexidade da realidade, é produzida “ficções no sentido de que é algo construído, algo moderado” (Geertz, 1978, p. 26), uma interpretação feita sobre as interpretações dos outros.

O que se capta, de acordo com Oliveira (1988), não é o real por inteiro, mas o real percebido a partir de uma perspectiva - a do pesquisador - pois o que o investigador social faz, ou o que tem condições de fazer, é deixar emergir uma das diversas abordagens possíveis.

Frente a estes conjuntos de elementos, o resultado da imersão em campo é uma interpretação que “*permite avançar para além dos fragmentos na busca de uma explicação mais global, porém, sempre provisória*” (Cardoso, 1986, p. 101). Para Cardoso, a interpretação une dois pólos aparentemente antagônicos: é uma explicação *global* realizada a partir de uma perspectiva *particular*, pois a realidade tem a propriedade de possibilitar novas reconstruções²⁶, de ter seus fatos reinterpretados a partir de outros olhares.

Uma vez que “*é a partir da aceitação de cada limite do método que o cientista social pode ter condição, também, de entender os limites do dado que ele colhe do real*” (Haguette, 2001, p. 87), o objetivo desta seção foi de esclarecer ao leitor os alcances e limites do texto produzido, ao mesmo tempo que se abre a possibilidade para novas construções, para análises a partir de outras perspectivas.

²⁶ Sobre as possibilidades de novas construções a partir de uma mesma realidade consultar Oliveira (1988).

2.2. A pesquisa de campo

Uma vez que a circularidade foi considerada um atributo fundamental para o alcance dos objetivos propostos pois prima pelo aprofundamento e possibilita a emergência de novas evidências, a escolha dos meios de coleta de dados buscou atender a estas premissas. Para isto foram combinados diversos instrumentos.

Um destes foi a entrevista que supõe uma conversação continuada, uma interação social entre informante e pesquisador sobre um tema ou acontecimento de interesse do investigador. Como a entrevista, em uma pesquisa, pressupõe a existência de objetivos, utilizou-se um roteiro contendo perguntas abertas que abordavam a temática central sem, no entanto, impedir que novas informações, não abordadas previamente no roteiro, pudessem ser incorporadas ao estudo, na medida em que estas emergiam. (Haguette, 2001; Queiroz, 1988; Alencar, 1999).

Para Queiroz (1998), embora a entrevista dê primazia ao discurso e abertura para a emergência de relações antes desconhecidas pelo investigador, ao mesmo tempo limita a possibilidade do entrevistado em transitar sobre temas que julga oportunos para a entrevista e dignos de registro. Isto ocorre porque o processo de pesquisa é predominantemente dirigido pelo pesquisador que realiza cortes a partir dos seus interesses, do que avalia como importante.

A observação do meio físico e das relações sociais fora o contexto da entrevista foi um instrumento utilizado e que possibilitou agregar informações sobre o ambiente em que a trama social se desenvolvia e as percepções registradas em um caderno de anotações²⁷. Flick (2004) ratifica a importância de dados captados em oportunidades ulteriores à entrevista e argumenta que se um

²⁷ Sobre a importância do registro do ambiente nas pesquisas qualitativas consultar Bogdan e Biklen (1994).

dos princípios da investigação circular é a profundidade, torna-se um procedimento indispensável o registro do maior número de informações possíveis sobre o tema. Assim o caderno de anotações foi importante para registrar informações obtidas em contextos mais informais, que não seguiam aos protocolos da entrevista, como: durante uma conversa enquanto se caminhava de uma casa até a outra, no terreno das famílias, no banco da praça enquanto se esperava caminhão-feirante, no próprio caminhão-feirante, durante a visita à feira, após as conversas realizadas durante as refeições, num bar da comunidade onde os agricultores se reuniam para conversar sobre assuntos diversos e ao final do dia de pesquisa.

2.3. O processo de amostragem

A utilização de amostra em pesquisa social sustenta-se na proposição de Minayo (1998) ²⁸ de que as pessoas que interagem em um mesmo espaço social compartilham estruturas mentais e têm a tendência a apresentar e reproduzir em seus comportamentos individuais os significados grupais. Assim, é possível compreender, a partir de informações coletadas sobre alguns indivíduos ou famílias, as inclinações do grupo social do qual a amostra foram extraídas.

Queiróz (1988, p.36) corrobora este pressuposto afirmando que o indivíduo é também um fato social e, portanto, *total*. Para a autora:

“O que existe de individual e único em uma pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e as quais não pode, por nenhum meio, escapar de ações que elas são exteriores. Tudo constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada; sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado de

interação entre as suas especificidades, todo o seu ambiente, todas as coletividades em que se insere”.

Uma vez que as famílias representam as inclinações do grupo, para a determinação daquelas que seriam incorporadas à pesquisa optou-se pela amostragem não-probabilística por julgamento. Este método consiste em combinar o conhecimento prévio sobre o problema de pesquisa e da realidade para a determinação de um conjunto de características desejáveis à amostra às famílias, visando ampliação da diversidade das informações. É um método adequado para pesquisas cujo objetivo não é a generalização dos resultados, mas sim o conhecimento em profundidade da realidade. Além destas famílias, outros personagens que, *a priori*, não pertenciam à amostra estabelecida, mas que por terem cruzado em algum momento o caminho do pesquisador em campo e oferecerem informações consideradas relevantes tiveram seus discursos incorporados.²⁹ (Alencar, 1999; Flick, 2004).

Além das famílias em suas comunidades, outros dois segmentos de interesse foram entrevistados:

1. Técnicos de organizações locais que apresentam vínculo com temáticas voltadas para o desenvolvimento rural, sejam governamentais ou não, como associação municipal vinculada ao Fundo Cristão para Crianças, organização não-governamental de assessoria à agricultura familiar, escritórios locais de Emater, secretarias vinculadas às prefeituras municipais, sindicato de trabalhadores rurais.

²⁹ Para Fick (2004) e Alencar (1999), em uma pesquisa circular o mais importante não é a representatividade da amostra, embora seja um atributo desejável. Mas o que é preconizado é a contribuição que cada elemento proporciona para melhor conhecer o tema em evidência, o que coloca como plausível a incorporação de novos atores sociais que antes não compunham a amostra devido a relevância das informações que forneceram.

2. Comerciantes dos seguintes segmentos: supermercados, material de construção, vestuário, móveis e eletrodomésticos, açougue e farmácia.

Primeira etapa:

Para realização da primeira etapa - a escolha dos municípios - optou-se pelas seguintes variáveis: 1) a existência de contato prévio nas localidades, o que proporcionou condições mais favoráveis para inserção e estrutura de apoio para a pesquisa; 2) a localização geográfica dos mesmos (ver FIGURA 1), como variável que preserva a diversidade de condições ambientais, definindo então Carbonita e Virgem da Lapa como potenciais municípios (FIGURA 2). A escolha do terceiro município, Chapada do Norte teve como fundamentação a destacada participação da população em fluxo migratório circular, o que poderia culminar na elaboração de estratégias peculiares.

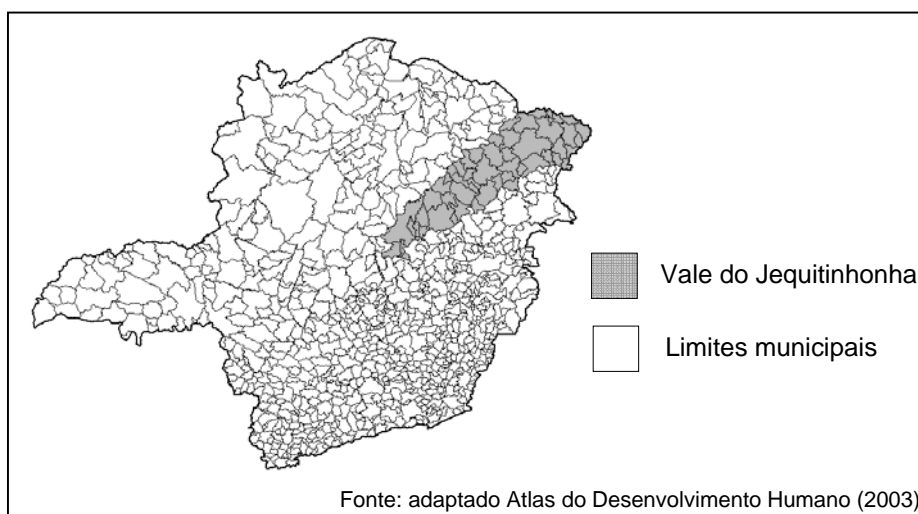


FIGURA 1 - Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha

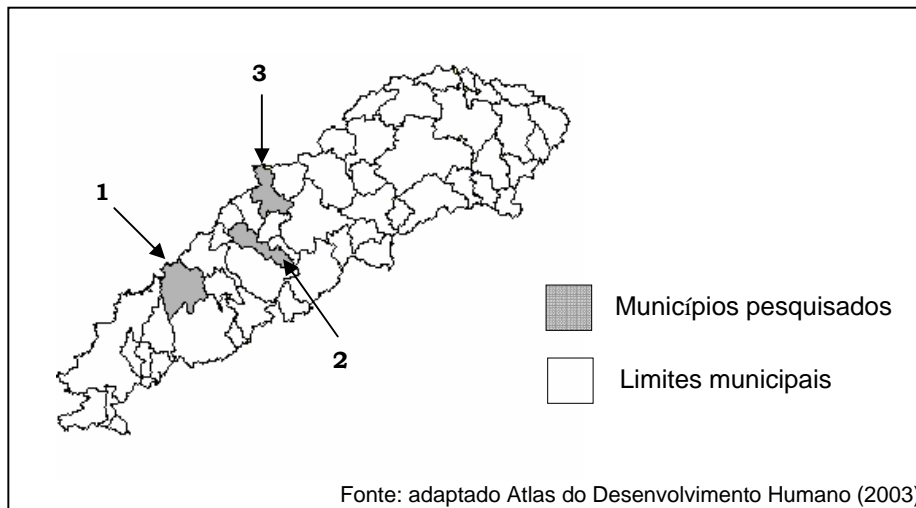


FIGURA 2 - Vale do Jequitinhonha e municípios pesquisados: Carbonita (1), Chapada do Norte (2) e Virgem da Lapa (3)

Segunda etapa:

Visitas exploratórias aos municípios, divididas em três momentos, com os objetivos de:

1. Avaliar o interesse dos atores pelo tema e em serem referências locais para o pesquisador naquele município. Os atores locais foram escolhidos pelo envolvimento com temáticas ligadas ao desenvolvimento rural: técnicos das agências locais da Emater, representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Associações Municipais vinculado ao Fundo Cristão para Crianças e Prefeituras.
2. Debater, com os parceiros locais, as características das comunidades do município e critérios para seleção das mesmas. Para a escolha da comunidade foi fundamental também que se preservassem, entre as três comunidades amostradas, as especificidades entre si, para ampliar a possibilidade de detectar estratégias particulares e também traços comuns, apesar das diferenças que guardam. A seleção inicial da amostra baseou-se

em dois critérios: famílias que as comunidades consideravam como as mais pobres (depois o termo foi substituído por uma classificação local, famílias *fracas*) e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-família (PBF).

3. Apresentar para as comunidades os objetivos da pesquisa, contatar a família de referência e que se dispusesse a ser elo direto entre pesquisador e comunidade, e definir a composição da amostra. Os critérios para amostragem foram os acessos a terra e predominância de trabalho familiar, uma vez que este estudo foca em famílias agricultoras. Satisfeitas estas duas condições, os demais critérios foram: família *sem* aposentados, *com* aposentados (em que o benefício previdenciário era uma das receitas do domicílio), *de* aposentados (em que a renda é destacadamente oriunda de aposentadorias); acesso a programa de transferência de renda; migração sazonal; trabalho assalariado; chefe de família sem ocupação; número de membros da família; existência de relações de parentesco; localização do sítio na comunidade. Outro critério utilizado foi a escolha, a partir dos referenciais locais, a família definida como a mais que mais carente ou, como se referiam, as famílias mais fracas (já que o adjetivo pobre não era usualmente empregado pela comunidade) de forma que suas estratégias pudessem ser conhecidas e sistematizado o critério local de vulnerabilidade.

As comunidades rurais amostradas e o número de famílias entrevistadas foram: Comunidade Retiro, em Carbonita (7 famílias, três dias de pesquisa) e Comunidade Curral Novo, em Virgem da Lapa (8 famílias, três dias de investigação). No município de Chapada do Norte a comunidade selecionada foi Porto dos Alves, porém também foram agregadas as famílias que se definiram como moradoras no Córrego do Carrapato (12 famílias, cinco dias de pesquisa);

Optou-se por duas comunidades em Chapada do Norte devido à proximidade que apresentavam e ao mesmo tempo características ambientais específicas, o

que levou o pesquisador a investigar a suspeita de que existiriam estratégias de reprodução diferenciadas, o que traria contribuições à pesquisa.

Além das famílias em suas comunidades, outros dois segmentos de interesse foram entrevistados:

3. Técnicos de organizações locais, governamentais ou não, com vínculos com temáticas voltadas para o desenvolvimento rural como associação municipal vinculada ao Fundo Cristão para Crianças, organização não-governamental de assessoria à agricultura familiar, escritórios locais da Emater, secretarias vinculadas às prefeituras municipais, sindicato de trabalhadores rurais.
4. Comerciantes dos seguintes segmentos: supermercados, material de construção, vestuário, móveis e eletrodomésticos, açougue e farmácia.

2.4. O pesquisador na comunidade: algumas impressões

Como o objetivo da pesquisa era obter informações em profundidade, foi necessária a incorporação de meios para o estabelecimento de uma relação de confiança (ou de menor desconfiança) entre entrevistados e pesquisador. Para isto o primeiro cuidado metodológico foi apoiar-se em organizações que possuíam contatos nas comunidades. Este apoio viabilizou a apresentação da pesquisa às comunidades, agendamentos das entrevistas e visou tornar menos impactante a inserção do pesquisador já que havia uma organização local de intermediação - um agente comum conhecido – cuja função assumida era de, ao menos tentar, tornar o *estranho menos estranho*. Durante as entrevistas, tal recurso se mostrou eficiente, pois era perceptível a redução da tensão quando se tocava em nomes de pessoas conhecidas tanto pela família quanto pelo pesquisador, que geralmente remetia a um funcionário da entidade de referência (pois recordam com maior facilidade o nome do funcionário do que a entidade

que ele representa), o que marcava o início de uma entrevista mais fluida, que se aproximava de uma conversa informal.

Sobre a instalação do pesquisador nas comunidades, dois pontos devem ser ressaltados. O primeiro é a essencialidade em se passar um período contínuo nas comunidades, o que possibilita maior interação com a dinâmica das famílias. O pesquisador ao se dispor a conviver e compartilhar com as mesmas condições de vida que as demais famílias da comunidade, passou a ser visto como uma pessoa que não *repara* e que tenta não se diferenciar, que se alimenta da mesma comida, que senta na mesma mesa e que busca aproximação, que, como a agricultora V. afirma “*que já entra pela cozinha*”, expressando o grau de informalidade atribuído à relação, reduzindo as possibilidades de estranhamento.

Outra vantagem é a possibilidade de estender as entrevistas e de reservar tempo para o debate com informantes. Uma vez que predominam nestas comunidades laços de parentesco que criam condições para a consolidação de uma sociedade de interconhecimento que, como define Mendras (1978), é caracterizado pelo fato de todos conhecerem tudo sobre a personalidade de todos, abriu-se a possibilidade incorporar como método de investigação informante, que eram as mesmas famílias que alojaram o pesquisador durante dias sucessivos de investigação. Além do grau de parentesco que guardavam com os demais membros da comunidade, as famílias informantes também possuíam outros atributos igualmente importantes: eram conhecidas como lideranças na comunidade, geralmente seriam, como aquelas pessoas com maior facilidade de comunicação e que por isso eram tidos como os interlocutores do grupo para com a sociedade mais ampla e como conseqüência conheciam em profundidade à comunidade.

Além do ganho em aproximação, este mecanismo evidenciou um importante aspecto cultural do grupo pesquisado: a predominância de relações sociais baseadas em pessoas, e não em indivíduos. Se uma entidade, ou mais

precisamente um membro da organização, apóia uma família, reforçam-se laços entre estes atores e cria-se um comprometimento cuja gratidão foi demonstrada ao receber em suas casas pessoas percebidas como *amigas* daqueles que os apóiam, o que conferiu a relação entre pesquisador e pesquisado um aparente componente de confiança, como se fosse um patrimônio transferido. As famílias cumprem assim seu papel nestas relações, sendo a contraprestação (receber o pesquisador) um recurso que mantém os laços estáveis com as organizações.

E a importância desta gratidão se tornava eminente logo no início das entrevistas, quando as famílias se referiam às realizações resultantes destas parcerias nas comunidades, que podiam envolver obras, distribuição de benefícios de programas sociais, entre outras. Mesmo no caso de funcionários do poder público, também se percebeu uma relação pessoal. As famílias reconhecem que o funcionário pertence ao quadro da prefeitura, mas o que fica em destaque é a pessoa com a qual as famílias mantêm vínculo mais freqüente, como se representasse um contato naquela instituição, um recurso que podem acessar nos momentos em que necessitam de apoio.

Mas as relações de reciprocidade que favoreceram a inserção do pesquisador não se pautavam apenas em laços entre organização e famílias da comunidade. O investigador não passa incólume a este processo, pois a partir do momento em que este se inseriu na comunidade ou que estabeleceu contatos com as entidades locais, automaticamente passou a fazer parte deste círculo de prestações e contraprestações.

Entre organizações e pesquisador firmavam-se acordos, em certos casos tácitos, em outras oportunidades mais explícitas, sobre a possibilidade de fortalecimento das próprias entidades, que assim angariavam apoio, como afirmou a sindicalista G. *“a gente tem as dificuldades nossas e precisa de mais força pra ajudar, a gente acha importante porque é uma ajuda pra nossa luta aqui!”*. Ao se trabalhar com estas organizações a pesquisa passa a atender não

apenas aos objetivos acadêmicos, sua função não é exclusivamente dialogar com o meio científico, mas espera-se, ao mesmo tempo, que dialogue com as organizações locais.

E se havia esses interesses mútuos que culminavam num comprometimento da pesquisa com objetivos que vão além do que o pesquisador inicialmente havia estabelecido, visto que a investigação é um processo de intervenção que cria expectativas nos agentes envolvidos, o pesquisador recebe esta função de intermediador³⁰: se as organizações querem melhor apreender as demandas para fortalecer seu trabalho e as comunidades, podem e usam a pesquisa também para expressar suas necessidades. A consequência, ao menos no âmbito municipal, é a reformulação dos objetivos iniciais, que ganham contornos que extrapolam ao que foi inicialmente proposto justamente por terem sido colocados em contato com a dinâmica social.

Quanto à relação com as famílias, dois pontos devem ser ressaltados. O primeiro foi à necessidade frente aos propósitos da pesquisa, de se instalar por um período contínuo nas comunidades. Este recurso torna mais intenso a interação com as famílias, pois o pesquisador se insere na dinâmica do grupo, tem a oportunidade de conhecer o seu cotidiano, além de abrir a possibilidade de tornar mais natural a sua presença deste naquele grupo social. Ao propor conviver e compartilhar as mesmas condições de vida que as demais famílias da comunidade, passaram a ser visto como uma pessoa que não *repara* e que tenta não se diferenciar, que se alimenta da mesma comida, que se senta na mesma mesa e que busca aproximação, como a agricultora V. afirmou: “*virou de casa*”, expressando o grau de informalidade atribuído à relação em função dos contatos cotidianos que foram estabelecidos.

³⁰ Sobre a construção da relação entre pesquisador e comunidades pesquisadas consultar Zaluar (1994).

Outra vantagem é a possibilidade de realizar entrevistas de maior duração e de destinar parte do dia ao debate com informantes. A incorporação de famílias informantes na pesquisa se sustenta pelo fato de que uma comunidade (e principalmente comunidades de parentesco) é uma sociedade de interconhecimento e quanto menor o agrupamento, quanto mais seus membros se conhecem, maior tende a ser o grau de controle social que o grupo é capaz de exercer sobre as ações de cada família ou pessoa. Como afirma Mendras (1978), são sociedades onde todos conhecem praticamente tudo sobre a personalidade de todos. E as famílias que assumiram a função de informantes foram as mesmas que alojaram o pesquisador durante dias sucessivos de investigação.

Além do grau de parentesco que guardavam com os demais membros da comunidade, outro atributo importante e que as colocava em condições de exercer o papel de informantes era que exerciam o papel de lideranças comunitárias. Talvez seja por isto que tenham assumido a responsabilidade, frente às demais famílias, de receber o pesquisador na comunidade. Cabe observar que esta posição (de liderança) geralmente acarreta no compromisso de “falar pra fora” da comunidade, de serem os interlocutores, seja com a prefeitura, com um vereador, com uma organização de mediação. E para isto exige-se um atributo desejável que é conhecimento destacado sobre a comunidade e seus moradores. Por outro, a pesquisa será usada também como um dos canais para se expressar “pra fora”.

Estes informantes tiveram participação em diversos momentos da pesquisa: na sondagem inicial apresentaram as principais características da comunidade, auxiliaram no mapeamento das famílias e na constituição da amostra. Já na pesquisa de campo, participaram em dois momentos: antes de cada rodada diária de entrevistas, debatia com o pesquisador as principais características das famílias que seriam entrevistadas no decorrer do dia, o que representou uma preparação que melhor posicionava o investigador para a abertura de novos

tópicos, de acordo com o que era peculiar a cada residência. O segundo momento ocorria ao final da rodada de entrevistas, antes ou durante as refeições, quando eram realizados esclarecimentos e o extrapolamento das informações coletadas no âmbito doméstico para o contexto comunitário. Como exemplo, nestas conversas o pesquisador podia verificar se determinadas estratégias eram específicas das famílias entrevistadas ou se caracterizavam recursos aos quais as demais famílias também recorriam, numa tentativa de diferenciar estratégias mais gerais daquelas mais específicas.

Para os agricultores, a visita de um agente externo era também interpretada como a oportunidade de construir laços e de cativá-lo, como afirmou o agricultor C. *“hoje você tá aqui em casa, não é? Você tá precisando de nós pra aprender como é que a gente vive como é que a gente trabalha o que a gente faz, não é? Mas amanhã pode ser que eu vou lá pra sua terra, né? Se eu te conheço já facilita, a gente fica conhecida, né? E se eu tiver precisão, você me ajuda também! Esse que é o jeito certo de viver, né?”*. Mas a contraprestação esperada pelo pesquisado, na prática, não é restrita apenas a família. A inserção via organizações por um lado gera facilidades também cria a possibilidade de vies nas respostas, pois o pesquisador torna-se depositário da esperança de melhorias.

E não raro a pesquisa ficava associada com um trabalho da instituição local, pública ou da sociedade civil, e o pesquisador era assumido como um interlocutor entre a comunidade e as entidades que mediaram à inserção nas comunidades. Tal observação ficava evidente nos primeiros contatos, em que interrogava sobre o que a entrevista poderia trazer de ganhos para a família e comunidade, o que era uma argüição esperada e pertinente. E isto não ocorria apenas nas comunidades, mas também envolviam os comerciantes que se interessavam, por exemplo, pelo aumento do valor do Programa Bolsa-Família, visualizando com isso melhores vendas, solicitando ao pesquisador que intercedesse neste sentido. Desta forma a pesquisa também era um canal de

comunicação, seja para reclamação ou reivindicação, principalmente por ser dada a garantia de sigilo quanto à origem das informações.

Mas as famílias assumiam posições ambíguas, pois ao mesmo tempo em que percebia a pesquisa como um canal para obtenção de melhorias, fazia isso de uma forma sutil, que ao mesmo tempo não implicasse em inferiorização do grupo. Viam no pesquisador a possibilidade de intervenção e apoio, o que era feito pela manifestação das limitações e dificuldades do lugar (da comunidade), que chamavam de *fraco*, que não tem o mesmo conforto da cidade, onde não “*corre dinheiro*” e no quais todas das famílias, tal como o lugar, também era fraco.

Mas não deixavam que suas manifestações se tornassem depreciativas, pois ao mesmo tempo procuravam destacar o valor do trabalho na terra e o gosto por isso, o prazer de consumir o alimento colhido na própria lavoura, o valor da solidariedade comunitária que andava tão em falta fora da esfera comunitária. Assim a manifestação das necessidades não se pautava na desgaste da imagem do grupo, como pode ser observado na afirmação do agricultor J. I. “*aqui não tem pobre, não! Aqui todo mundo é fraco, mas ninguém é pobre, não!*”. Se forem fracos é porque o lugar é *fraco* e impõe restrições à produção, a criação de animais, ao emprego do trabalho em atividades remuneradas. E se ali ninguém é pobre é porque ninguém “*passa fome*”, afirmação comum a maior parte das famílias entrevistadas quando o pesquisador tocava no tema pobreza, pois “*aqui, quem tem terra sempre tem coisinha pra comer, e a família não vai passar precisão*” (J.I., agricultor).

Para atender ao objetivo desta pesquisa optou-se inicialmente pela combinação de dois critérios: devido à dimensão (em números de famílias atendidas) e por nortear políticas nacionais de combate a pobreza, optou-se pelo critério de pobreza utilizado pelo PBF. Embora oficialmente aceito, este critério pauta-se na renda familiar *per capita* e, para contornar esta restrição, as

lideranças das comunidades foram solicitadas para indicar as famílias que, no local, são classificadas como as mais fracas, o que se mostrou um critério multidimensional, pois contemplava não apenas a renda, mas também a totalidade das estratégias disponíveis para a família satisfazer as suas necessidades.

No entanto, após as primeiras entrevistas, ficava cada vez mais evidente que, naquele contexto, não se poderia adotar como unidade básica exclusivamente o domicílio, tal como ocorre com o PBF. Isto porque a manutenção dos domicílios não estava restrita necessariamente a residência, mas envolvia a família. A comunidade é tal como definido por Weber (1999), uma fraternidade ético-econômica e o vizinho é o “*prestador de socorro*” e, no caso do Jequitinhonha, é freqüentemente também um parente.

3 POPULAÇÃO RURAL, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. O Jequitinhonha e sua ocupação

Situado na porção nordeste do Estado de Minas Gerais (FIGURA 1), o Vale do Jequitinhonha é uma mesorregião que está na transição entre três biomas: mata atlântica, caatinga e cerrado. Para fins de análise, devido à extensão e diversidades inerentes às suas dimensões, podem ser divididas em Alto Jequitinhonha, região que se situa acima da foz do Rio Araçuaí, e Baixo Jequitinhonha, que se inicia quando o Rio Araçuaí e Jequitinhonha se tornam um só corpo d'água, estendendo-se até Salto da Divisa, município mineiro limítrofe com o Estado da Bahia. A região guarda diferenças internas que impossibilitam que seja analisada como um bloco homogêneo, dentre estas distinções destaca-se o relevo, a forma de ocupação e o regime agrário, características diretamente relacionadas à dinâmica das famílias rurais.³¹

Ainda no século XVIII o Alto Jequitinhonha tornou-se pólo de atração populacional em função das descobertas de ouro e diamantes, mais precisamente com a exploração do ouro de aluvião, numa área de mineração que tem início no Maciço do Espinhaço, região de Diamantina e Serro, e se estende até onde atualmente se situa Virgem da Lapa, o que estimulou a implantação de vilarejos principalmente ao longo do curso do Rio Araçuaí (Ribeiro, 1996).

Quanto ao relevo, dois elementos marcam a paisagem do Alto Jequitinhonha e têm relação direta com a ocupação do meio rural: as chapadas e as grotas vividas pelos agricultores como um todo contíguo dadas as funções

³¹ Alternativamente Goza e Rios-Neto (1988) a subdividem em Alto e Médio Jequitinhonha, não se referindo ao Baixo Jequitinhonha, que talvez corresponda à porção baiana do Vale. Souza (2003) usa a subdivisão Alto-médio Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha. Já a segmentação entre Alto e Baixo é comumente apresentada na literatura sobre a região como em: Ribeiro e Galizoni (2000), Noronha (2003), Calixto (2006), e se referem à porção mineira da região.

particulares que atribuem a cada meio, formando assim um complexo marcado pela complementaridade. As chapadas são extensas áreas planas que se situam na parte mais alta da paisagem e, devido à baixa fertilidade natural, foram tradicionalmente destinadas ao extrativismo e a criação extensiva do gado. Já a grota é local onde as famílias se instalaram, pois encontraram condições propícias a sua reprodução: leitos de córregos e rios, disponibilidade de nascentes de água e áreas de terra naturalmente mais férteis.

Tradicionalmente eram nas grotas que se encontravam áreas de domínios mais particulares, de acesso reservado à família cujos limites eram as marcas do seu trabalho sobre terra, que destacava publicamente o seu domínio, legitimando-o frente ao grupo como recurso de acesso restrito. Nas grotas, a cada família eram concedidas áreas de mata de acesso privilegiado, que serviam para complementar as suas necessidades. (Ribeiro et al., 2006). São estas características que propiciaram a sua transformação em local de morada, no centro da reprodução física e social da família agricultora e que, numa escala ampliada, formam as comunidades rurais, combinando vida doméstica e vida coletiva.

Se nas grotas encontravam recursos materiais e sociais que proporcionavam as melhores condições para a reprodução, por outro lado as chapadas não eram concebidas como locais de habitação devido a baixa fertilidade do solo e disponibilidade de água, mas ainda assim integravam a dinâmica da família rural. Se na grotas as áreas “marcadas” pelo trabalho eram de uso restrito, as chapadas eram de domínio comum: para caça, coleta de lenha e frutos, ervas, e raízes, e pastagem aberta (as *soltas*) para gado e animais de serviço - eqüinos e muares (Silva, 1988). Mas ao mesmo tempo não representam áreas de livre acesso, regras e preceitos dispostos em códigos compartilhados e não escritos foram construídos e são atualizados e incorporados às práticas familiares que buscam assim garantir a sustentabilidade da exploração dos

recursos e ao mesmo tempo garantir o suprimento das famílias. Esses códigos deliberam sobre a extração e uso dos recursos comuns e são geralmente referenciados em função tempo necessário para recomposição do bem, o que vai informar o grau de restrição ao uso. (Ribeiro et al, 2006)

Mas grotas e chapadas são os extremos de um todo mais complexo que abarca gradações de ambientes que só podem ser definidos a partir de um olhar mais atento. Entre a grotas e a chapada existem terras de diferentes “*qualidades*” que os agricultores passaram a identificar a partir da vegetação que a recobre, as quais são atribuídas usos específicos, de acordo com um sistema de classificações elaborado a partir da experimentação, transmitidos entre gerações e que colocam limites e possibilidades à sua exploração. Entre estes ambientes que compõem o complexo grotas-chapada estão: a *cultura*, que representa a terra por excelência para a lavoura; a *capoeira* área que já foi uma lavoura e que está em *pousio* para regeneração. Já o *campo* é a terra pedregosa, com capins nativos, árvores baixas e retorcidas e se situa na transição entre a grotas e a chapada, e sem destinação para lavoura. O *carrasco*, em comparação ao *campo*, possui uma vegetação mais densa, fechada, com árvores baixas trançadas com cipós e, como o campo, não é usado para lavoura. O *capão* é um ambiente com árvores altas e madeiras de lei, com cabeceira de água. A *catanga* é a terra identificada pela existência de *pau darco*, *sucupira*, *peroba*, *jaca* e *rufião*, onde é possível cultivar mandioca e abacaxi. Por último, a *chapada* é formada por uma terra de baixa fertilidade natural e por isso tende a não ser usada para cultivo pelos agricultores familiares (Galizoni, 2000). Estas classificações são resultados das especificidades do meio em que vivem e de um sistema adaptado às condições locais e que orienta a ocupação do espaço.

3.2. A população rural, suas técnicas e trajetória sócio-ambiental

A baixa densidade demográfica (terra abundantes e poucos habitantes) foi um dos atributos que propiciaram o desenvolvimento e implantação de um sistema de cultivo chamado de *pousio*, adaptado às características do ambiente e, destacadamente, do solo. É uma técnica itinerante³² de cultivo em que a família agricultora escolhe uma área de mata fechada, derruba as árvores, realiza a queima dos troncos e faz o plantio intercalado entre os tocos que restaram (por isto o sistema de *pousio* é chamado de roça ou lavoura de toco ou *coivara*). Após cultivos sucessivos, à medida que gradativamente a fertilidade natural da área aberta se esgotava, esta era colocada em repouso – *pousio* – para a recuperação da fertilidade e regeneração da vegetação: primeiro surgem ervas rasteiras, depois os arbustos e, por fim, as árvores (Ribeiro, 1997).

Devido à elevada fertilidade natural, a área recém-aberta proporcionava maiores rendimentos ao passo que também exigia menor trabalho, pois após a queimada, a incidência de plantas espontâneas (conhecidas também como daninhas) era menor, e os tratos na lavoura realizados com menor esforço. Boserup (1987), também constata estas vantagens dos sistemas baseados no *pousio* cuja sustentabilidade é garantida pela baixa densidade demográfica. Ao estudar diversos tipos de sistemas agrários, com diferentes intervalos de *pousio*, a autora afirma que ao se perguntar a um agricultor se prefere, para cultivar, um

³² Cândido (2001) mostra como o sistema itinerante de cultivo, baseado na exploração de novas áreas foi uma técnica de adaptação fundamental para a manutenção do equilíbrio das famílias quando estas se encontravam mais dispersamente distribuídas. Para Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 1994) a necessidade de deslocamento constante fez com que civilizações com conhecimento de sistemas produtivos intensivos e adequados à fixação numa determinada, como era o caso dos colonizadores, sucumbissem frente o modelo itinerante de cultivo indígena.

campo aberto ou uma área de mata, a resposta dele será óbvia: optará pela área de mata, pois nela obterá maior produtividade com menor esforço.³³

Portanto o tempo de descanso e lazer proporcionado pelo sistema não representava indolência, mas uma condição do próprio sistema³⁴. Além desta associação errônea que em muito contribuiu para a construção da imagem de um agricultor tradicional indolente, Boserup (1987) aponta outro engano que permeia às políticas de desenvolvimento rural: analisar de forma separada sistemas de terra e técnicas agrícolas. Para a autora quando as políticas de desenvolvimento desagregaram estes dois elementos é que se entendeu equivocadamente áreas de repouso como terra que não está sendo eficientemente alocada.³⁵

Por este ângulo, deixar a área em repouso é uma técnica proporcionada pela quantidade de terra disponível para a prática da técnica, e a área em *pousio* não podia ser, quando considerada a técnica adotada, confundida com área “improdutiva”, mas em processo de recuperação da fertilidade, de forma semelhante ao que ocorre em sistemas intensivos, só que nestes, em função da impossibilidade de repouso, realizam a reposição de forma artificial, mais rápida, porém com maior exigência em capital e trabalho.

³³ Para Ribeiro (1997) “havendo liberdade para a uso da terra e rala população é obrigatório que a exploração seja dirigida para aquelas mais férteis, produtivas, que demandam menor quantidade de trabalho na produção. As terras de matas, bosques e capões, ricas em húmus, “descansadas”, além de produzirem muito, tem outra vantagem: não são ocupadas pelas ervas, que disputam a fertilidade com a semente dos primeiros plantios. Por isto demandam pouco tempo de trabalho na produção, praticamente não consomem tratos culturais”. (Ribeiro, 1997, p. 185)

³⁴ Segundo Ribeiro (1997), em época de abundância de terra a lavoura de toco era capaz de fornecer, sem dificuldade, o dobro de que uma família necessitava. Para isso os lavradores não se ocupavam em atividade agrícola por mais de um mês ao ano.

³⁵ Segundo Boserup (1987) era natural que tal desligamento fosse feito por economistas clássicos que queriam explicar o desenvolvimento agrícola uma vez que as terras ocidentais, de seus países, estavam sendo cada vez mais incorporadas pelos colonizadores europeus. E se a pressão por estas terras estava crescendo é de se

Para que seja sustentável o sistema de *pousio* exige disponibilidade de terra várias vezes superiores ao tamanho da lavoura, e por isso é adequado a um contexto de baixa demanda por terra, ou seja, de menor pressão demográfica:

Uma família que planta sempre 1 hectare de lavouras temporárias por ano, usa a terra por 2 anos, e faz o pousio por 20 anos, precisará de 10 hectares apenas para lavouras, de forma que sempre que 1 hectare esteja plantado, 9 estarão descansando". (Ribeiro, 1997, p.185)

No entanto, com o aumento da população rural houve também a necessidade de mais áreas de lavoura e a consequência deste processo foi a redução do tempo de descanso (*pousio*) da terra. Se a disponibilidade de terra era fundamental para a sustentabilidade desta técnica, pois possibilitava *pousios* mais longos, com esta pressão o sistema começou a mostrar os primeiros sinais de esgotamento, pois a terra não era mais possível dar o tempo necessário para recomposição da fertilidade. Já em meados do século XIX constatava-se os primeiros sinais de insustentabilidade do sistema frente as novas condições: a fertilidade da terra declinava e conseqüentemente menor produção. Com estas alterações a família limitou-se a trabalhar a gleba na estação chuvosa, cuja produção é garantida pela disponibilidade de água, permanecendo sub-ocupada durante a *seca* (Ribeiro e Galizoni, 2000).

Regras de sucessão também foram atualizadas em função do esgotamento do solo e da necessidade de preservar o patrimônio da família indiviso: não mais sendo possível comportar todos os herdeiros, incorporou novas alternativas que viabilizaram saída de parte dos filhos de forma a garantir que outros pudessem permanecer na terra, evitando assim a excessiva fragmentação do patrimônio (Galizoni, 2000).

compreender que a preocupação estava em explorar intensivamente áreas já abertas e aumento da produção nas margens extensivas.

3.3. O Vale e sua integração econômica

A migração foi uma alternativa construída para contornar este quadro e criar meios para manter parte da família na terra e preservar o seu patrimônio. Frente à impossibilidade de se manter no sítio, os primeiros movimentos migratórios destinaram-se para áreas a *Mata* do Baixo Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, dando origem aos primeiros povoados daquela região. Mas esta migração apenas suavizou o problema da pressão demográfica que ainda permanecia. Como o trabalho no sítio se concentrava durante o período das chuvas, época em que é possível *botar lavoura*, durante a *seca* a quantidade de mão-de-obra disponível excedia o trabalho necessário, o que viabilizou a migração temporária em direção às *matas do "Mucuri" e de "Ponte Nova"*, ambas em Minas Gerais, para a colheita do café e a derrubada de mata (Ribeiro et al, 2004; Ribeiro, 1996).

Já por volta de 1920 e 1930, com a expansão dos núcleos urbanos, a cidade passou a ser também um destino viável. Descobriram o caminho para "*São Paulo*" que na verdade conotava o Sul (pois este podia ser o Norte do Paraná, Sul e Triângulo de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás), rural ou urbano, e que representava para os migrantes a possibilidade trabalho, de dinheiro e fundamentava os sonhos de melhorias das condições de vida em sua terra natal. Já nos anos cinquenta dirigiram-se para a fronteira agrícola do Paraná, colheita de algodão no interior de São Paulo e de café no Paraná. Principalmente entre 1968 e 1977, com a expansão das cidades e de melhoria de infra-estrutura migraram para Belo Horizonte e São Paulo para se empregarem na construção civil³⁶ (Ribeiro, 1996).

³⁶ Segundo Queiróz (1988) o processo de migração rural-urbana (amplamente conhecido como êxodo) provocou durante o período de industrialização da economia brasileira mudanças drásticas: enquanto em 1950 aproximadamente 70% da população

Com os incentivos à produção de álcool (PROALCOOL), áreas de pastagens e café paulistas foram substituídas pela cana-de-açúcar³⁷. O “interior”, como se referem à região de Ribeirão Preto e Jaboticabal, em São Paulo, demandante de mão-de-obra em período de colheita passou a atrair agricultores que realizam a migração circular num fluxo que permanece contínuo até hoje.

A migração sazonal tornou-se assim um mecanismo de viabilização do equilíbrio da família e cria as condições para acesso a recursos que possibilitarão a sua manutenção na terra, favorecendo a constituição do patrimônio como: construção da casa, aquisição de mais terra, gado, reposição de instrumentos de trabalho necessários ao roçado. Neste sentido é a migração circular que irá fazer com que o migrante se mantenha no seu “*torrão de origem*”, é no assalariamento temporário que reforçam a sua condição de agricultor familiar livre.

Sobre este assunto dois pontos devem ser ressaltados. O primeiro é que para a região do Alto Jequitinhonha não foi a total eliminação do direito de acesso à terra, como ocorreu no caso do nordeste³⁸, que estimulou a migração, afinal o regime agrário predominante na região ainda é a agricultura familiar³⁹. O segundo ponto que merece discussão é que representa não representa a proletarização plena e que as famílias de migrantes abandonariam a sua vida no meio rural para depender exclusivamente do salário. O que se percebeu foi que a proletarização não representa o desaparecimento deste grupo social, é justamente o contrário. É na perda temporária da condição de autônomo, no assalariamento

brasileira estava no meio rural, em 1980, esta proporção se inverte, apenas 30% moram no campo.

³⁷ Sobre as mudanças no rural paulista com os estímulos à produção de álcool durante o regime militar ver Baccarin e Gebara (1988), sobre a ação estatal para modernização da agricultura ver Delgado (1985) e Graziano da Silva (1996).

³⁸ Sobre migração e acesso a terra ver Almeida (1989) e Garcia Júnior (1990).

³⁹ Ver os número sobre o quadro agrário da região em Calixto (2006).

que o agricultor busca criar as condições necessárias para a reprodução física e social da família enquanto agricultora é semi-proletarização que obtém os meios necessários para a garantia de sua liberdade e autonomia, para recriar o “paraíso mineiro” e negar ao cativo, a total proletarização⁴⁰.

Se as estratégias mudaram em função da trajetória histórico-ambiental, outras condições fizeram com que traços do sistema tradicional de cultivo fossem mantidos, não contrabalançando os efeitos da redução do *pousio*. O primeiro é a própria característica do relevo que cria barreiras a utilização da tecnologia desenvolvida e difundida pela Revolução Verde seja introduzida. As áreas de cultivo dos agricultores, nas grotas, são terrenos acidentados que, quando não inviabiliza, impõe restrições ao uso do trator e conseqüentemente de um modelo convencional (mecanização/químico-mineral ou trator/veneno/adubo), como reproduz um agricultor a conversa que teve com um paulista sobre as possibilidades de tecnificação das lavouras do Jequitinhonha aos moldes de São Paulo: *Ali [na grotas] não tem como tombar a terra, não! Vai jogar o trator no buraco? Lá é tudo montanha, o lugar é dentro das grotas, e na beira do rio também...!*” (E., agricultor e migrante”).

O segundo motivo foi que as políticas de estímulo à modernização e elevação da produtividade no meio rural, cujos primeiros passos foram dados ainda na década de 1950⁴¹, se distanciaram da figura mais freqüente no meio rural do Alto Jequitinhonha: o agricultor familiar. Se por um lado a

⁴⁰ Sobre a recriação das condições de reprodução social a partir do assalariamento ver Woortmann (1990b) e sobre o mesmo tema, mas focado no Vale do Jequitinhonha ver Amaral (1988), Galizoni, (2000), Martins (1986), Ribeiro (1993). A expressão “paraíso mineiro” em contraposição ao modo de vida paulista, nos canaviais, de sofrimento, é apresentada por Amaral (1988).

⁴¹ Em 1964 é criada a CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) o que representou o primeiro passo para a expansão de agências públicas para melhorias principalmente estruturais (Silva, 1988). Num quadro geral, sobre o processo de modernização do meio rural no Brasil a partir do pós-guerra ver Graziano da Silva (1996).

modernização chegou ao Vale do Jequitinhonha, não atingiram a pequena produção familiar, estereotipada no caipira que usava técnicas rudimentares, ineficiente, que destruía o solo⁴², e que era incapaz de responder aos estímulos do mercado e, por isso, irracional. O resultado: agricultores familiares alijados do processo de modernização.

As políticas de inserção econômica do Vale do Jequitinhonha focaram principalmente em grandes propriedades, capazes de produzir em escala para atendimento de um parque industrial pujante e abastecer ao crescente mercado de consumo urbano. No Alto Jequitinhonha as culturas estimuladas foram o café (na região de Capelinha) e o reflorestamento de eucalipto nas chapadas, ambas diretamente viabilizadas por política de crédito estatal subsidiado, programas de assistência técnica e pela melhoria da estrutura de escoamento da produção e comunicações. (Calixto, 2006; Silva, 1988, Goza e Rios Neto, 1988).

Se, apesar da polêmica sobre os programas de integração e desenvolvimento, a modernização do campo chegou ao Alto Jequitinhonha, estes estímulos ficaram nas chapadas, não desceram as grotas onde a pequena produção familiar está instalada, pois esta era tida como rudimentar, ineficiente, degradante do meio e do solo⁴³, resistentes à integração ao mercado e incapazes de responder aos seus estímulos. O resultado: agricultores familiares que emperravam a modernização do país, indesejados e que, portanto deveriam ser alijados dos programas de desenvolvimento.

⁴² Para Euclides da Cunha os agricultores mais rústicos adotavam técnicas de produção que eram responsáveis pela formação de desertos, como retratado no capítulo cujo título é “*Como se faz um deserto*”, no livro *Os Sertões* (Cunha, 2003)

⁴³ Para Euclides da Cunha os agricultores mais rústicos possuíam técnica de produção que resultava na formação de deserto (ver capítulo cujo título é “*Como se faz um deserto*”, em *Os Sertões*, 2003)

4 AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO: ESTADO DA ARTE

“A exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade” (Lamarche, 1993, p. 18). Por esta afirmação o autor mostra a amplitude do conceito (agricultura familiar) no qual está incorporado um conjunto de outras categorias, cada qual apresentando características peculiares, mas que comungam de um traço específico: a exploração da terra baseada predominantemente no trabalho na gestão da família. Para Lamache

“A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão intimamente ligados à família. A interdependência entre estes três fatores engendra noções mais complexas como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”. (Lamache, 1993, p. 15)

Mendras (1978) destaca assim as limitações das análises baseadas em critérios de eficiência produtiva e lucro que preconizavam o desaparecimento das unidades baseadas no trabalho da família⁴⁴ para destacar o nexo organizativo deste tipo de unidade de exploração, onde as decisões estão referenciadas pela família, cujos membros guardam entre si relações de deveres e direitos

⁴⁴ Estas previsões estavam apoiadas na idéia de que os camponeses eram insensíveis aos estímulos do mercado, possuíam limitada capacidade de competir com empresas capitalistas e de atender aos imperativos do mercado (como estabilidade de oferta, padronização do produto e eficiência) e isso os levaria ao desaparecimento. (críticas a esta proposição em Mendras, 1976; Abramovay, 1998)

recíprocos⁴⁵, enquanto o mercado é uma categoria insuficiente para compreender as suas estratégias, pois a sua inserção neste é apenas parcial.

Os atributos indesejados aos olhos dos agentes modernizantes emergem tanto em Mendras (1978) e Lamarche (1993), em uma perspectiva diferente: como características que explicam a permanência e expansão deste grupo social e sustentam um movimento contrário às previsões atribuídas ao avanço do mercado no campo. Para o primeiro isto fica evidente em função da observação de processos de *recampesinação*, inclusive nas economias centrais, com destaque para a Europa, e para o segundo a partir da constatação do fortalecimento deste grupo social em diversos países com sistemas econômicos e políticos diferentes.

Para Lamarche (1993), nos lugares onde o mercado organiza as trocas, independentemente do sistema social e político que o país adota, a produção agrícola é em maior ou menor grau proveniente de unidades produtivas de base familiar, seja ela mais ou menos integrada ao mercado. Revela assim que economia de mercado não é incompatível com a existência deste tipo de exploração e que a sua presença nestes variados contextos inviabiliza qualquer afirmação a respeito de uma suposta resistência natural à mudança. Lamarche é ainda mais incisivo em suas conclusões: a presença deste tipo de exploração nestes diversos países, com contextos tão particulares, revela um atributo fundamental da exploração familiar: sua **capacidade de adaptação** às diferentes situações. Assim o próprio conceito de agricultura familiar, por abarcar estas diversas categorias de exploração familiares⁴⁶, situadas em um *continuum* de acordo com o seu grau de integração com o mercado, remete a este princípio

⁴⁵ Para Zaluar (1986) a família é anterior ao capitalismo e, portanto é necessário ter em mente que os papéis familiares, com as suas constelações de direitos e deveres, não são resultado de uma exploração capitalista.

⁴⁶ As tipologias propostas por Lamarche (1993) são de acordo com a integração ao mercado: modelo empresa, empresa familiar, agricultura camponesa e agricultura familiar moderna.

fundamental que é a flexibilidade em seus arranjos, mecanismo que proporcionou a sua permanência, apesar os prognósticos contrários⁴⁷.

E se existem gradientes de integração ao mercado entre as explorações familiares, é porque existe capacidade de adaptação e de mudança. Para Schultz (1965, p. 165) “*a agricultura moderna é obviamente uma consequência de terem os agricultores adquirido e aprendido a usar novos e superiores fatores de produção*”. Schultz ressalta ainda que “*a noção de que todos os agricultores estão manietados pela tradição, tornando-lhes impossível modernizarem a agricultura, pertence ao reino da fantasia*”.

Para ambos os autores entre estas características estão o nexo organizativo específico, onde as decisões estão referenciadas pela família, cujos membros guardam entre si relações de deveres e direitos recíprocos, e nesta estrutura o mercado passar a ser uma categoria insuficiente para compreender as suas estratégias pois a inserção da família neste seria parcial. Em Zaluar (1986) encontram-se elementos que justificam esta racionalidade, para a autora o elemento *família* é anterior ao capitalismo e, portanto é necessário ter em mente que os papéis familiares, com as suas constelações de direitos e deveres, não são resultado de uma exploração capitalista, já que antecede à expansão do mercado.

E a agricultura camponesa é uma das categorias possíveis dentro do conceito de agricultura familiar. Para Wanderley (1996), este tipo apresenta características específicas que a diferencia das demais explorações familiares: 1) sistema produtivo é o modelo “policultura-pecuária” que congrega atividades agrícolas e de criação animal que se complementam; 2) a diversidade é um traço que visa protegê-la contra os riscos de perda da produção e preservar em suas mãos o acesso a bens de consumo básicos para a reprodução da família; 3) elabora de estratégias para que todo investimento em recursos materiais e

⁴⁷ Alternativamente Abramovay (1998) apresenta dois tipos de exploração familiar: a camponesa e a agricultura familiar.

trabalho possa ser transmitida às gerações futuras e para isto poderá recorrer a pluriatividade⁴⁸; 4) unidade de exploração camponesa está também inserida em um território, onde desenvolve uma forma de sociabilidade específica que ultrapassa os laços familiares e de parentesco pois ali foi construído, pela experimentação e vivência, um patrimônio cultural e técnico adaptado ao local⁴⁹. 5) e não está desvinculada ao mercado, mas é uma exploração semi-autônoma em relação a este.

A partir do avanço dos processos de modernização das técnicas de exploração no campo, à agricultura camponesa passou a ser alvo de estudos, principalmente pela vertente americana da sociologia rural, que procurava evidências que pudessem apontar elementos que explicassem a maior ou menor propensão à adoção destas novas tecnologias e conseqüentemente melhor compreender a racionalidade que orientava as decisões dos camponeses. Mas o foco destes estudos era sempre a tecnologia moderna e a agricultura tradicional julgada a partir destes critérios. Um dos estudos de destaque foi elaborado pelo americano Theodore Schultz e publicado com o título “A transformação da agricultura tradicional” (1965).

4.1. O agricultor eficiente, porém pobre

O estudo de Schultz (1965) forneceu inegável contribuição para a difusão da Revolução Verde, que foi um processo de modernização da agricultura pautado principalmente em ganhos de produtividade e transferência de tecnologia de economias centrais para países periféricos. Difundida por

⁴⁸ Sobre pluriatividade ver Schneider (2006) e Graziano da Silva (1996)

⁴⁹ Wanderley (1996) faz observação relevante sobre patrimônio cultural e sistema de cultivo itinerante. Para a autora, os agricultores que realizavam rotação de terras deixaram para as gerações futuras um modo de vida particular, um arcabouço cultural que envolvia o conhecimento da técnica de exploração e do meio, e direito sobre uma determinada área, mesmo que estes fossem frágeis.

órgãos de extensão rural, preconizava alterações na base técnica: mecanização e uso de insumos e produtos de origem industrial.

E Schultz fez um esforço teórico para provar que havia um componente de racionalidade na agricultura tradicional, subvertendo a maneira como comumente era analisada, que conduzia a prognósticos que a associavam ao atraso e ineficiência, enfim, representavam o “*Gibraltar do tradicionalismo*”. Agricultura tradicional, para o autor, é definida como aquela que depende de fatores de produção conhecidos através de longa data e que durante anos não apresentaram qualquer diferença significativa no estado de seus conhecimentos, ou seja, cultivam ano após ano os mesmo tipos de terra, plantam as mesmas espécies, usam as mesmas técnicas e práticas na produção agrícola.

Este autor procurou mostrar que, apesar de pobres, não havia evidências que comprovassem a sua inabilidade destes agricultores tradicionais em gerir e não encontrou evidências que sustentasse a afirmação de que havia resistência à modernização. Seu estudo apontou justamente o contrário, que estes agricultores procuravam maximizar a aplicação de seus recursos, e que o erro que os técnicos em desenvolvimento rural cometiam estava em criticar a sua racionalidade tendo como referência a adoção de um conjunto de fatores modernos que são colocados à disposição da agricultura em geral, como novas sementes, máquinas, técnicas produtivas e fertilizantes.

Para Schultz, a gestão por parte dos agricultores pobres deveria ser avaliada à luz dos recursos que atualmente encontram-se disponíveis para estes. Nesta perspectiva, apoiado em dados estatísticos, afirma existir poucas ineficiências produtivas no sistema tradicional e que este já atingiu a melhor combinação possível dos fatores produtivos que encontram a sua disposição, não

havendo melhor utilização do que aquela já praticada pela agricultura tradicional⁵⁰. Para Schultz:

Nenhum aumento substancial na produção agrícola será obtido pela redistribuição atual dos fatores à disposição dos agricultores submetidos à agricultura tradicional (Schultz, 1965, p. 48)

Isto por que:

Nenhum fator produtivo deixa de ser empregado. “São usadas todas as parcelas de terra que possam contribuir para a produção, dado o estado dos conhecimentos existentes e outros fatores disponíveis”. (Schultz, 1965, p. 49)

Graziano da Silva (1997, p. 45) argumenta que o diagnóstico neoclássico apresentado por Schultz, que afirmava que os agricultores eram pobres, mas eficientes, apontava que “o problema não estava no uso dos fatores de produção disponíveis, mas sim que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de pobreza que viviam. Daí a proposta de modernização pode ser entendida como a introdução de novos fatores, que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos, é claro”.

Em síntese, nesta perspectiva os agricultores tradicionais são eficientes gestores dos meios disponíveis e o quadro de pobreza em que vivem não seria resultante de irracionalidade ou tradicionalismo, mas consequência da estrutura de recursos disponíveis cuja produtividade não possibilitava que saíssem do

⁵⁰ Um exemplo da limitação da estrutura de recursos é apresentada por Garcia Júnior (1990), que observa que os pequenos sítiantes do Nordeste do Brasil sabiam que o plantio sem consorciamento poderia conduzir a maior produtividade mas a quantidade de terra disponível não possibilitava que adotassem este modelo, tendo que plantar vários tipos de produtos numa mesma área. Mostra também que estão sensíveis a preços do mercado, usando as suas variações como baliza para decidir

quadro de pobreza em que se encontravam. Schultz dissocia assim a ligação comumente feita entre os conceitos de pobreza e ineficiência: os que eram um paradoxo agora são colocados como faces de uma mesma realidade, refutando o paradigma de que onde os fatores produtivos são alocados de forma eficiente a pobreza não existiria. O problema não estava mais na gestão dos recursos, pois isto os agricultores sabiam fazer, mas sim nas características dos fatores que alocavam, sendo a solução para o combate à pobreza no campo a disponibilidade de novos recursos, mais produtivos, o que representou um dos argumentos para difusão ideológica da Revolução Verde como uma política de desenvolvimento. Abriu-se assim outra perspectiva para discussão sobre desenvolvimento rural e novos caminhos para as políticas que estimulavam a adoção de técnicas modernas.

Schultz desfez no mínimo, cinco equívocos que estavam associados aos agricultores tradicionais: 1) demonstrou a inexistência de fundamentos lógicos que sustentassem a crença de que o agricultor tradicional não buscaria a melhor aplicação de seus recursos; 2) que existe, na agricultura tradicional, gestão de fatores e que tende a máxima eficiência dados os recursos ao seu alcance e as condições do mercado; 3) que pobreza não está relacionada à irracionalidade, mas sim a impossibilidade de maiores rendimentos dada estrutura de fatores atualmente disponível; 4) a pobreza não elimina a sua racionalidade; e 5) eficiência e pobreza não são conceitos paradoxais, mas que podem representar faces de uma mesma realidade.

Abramovay (1998) reconhece a inegável importância da teoria de Schultz, principalmente por ter sido desenvolvida num contexto em que se acreditava que a pobreza em que se encontravam os agricultores tradicionais devia-se à preguiça, ineficiência e tradicionalismo atávico. Porém ressalta

sobre o consumo ou venda de produtos do roçado, possíveis pela alternatividade dos víveres que cultivam.

limitações da teoria, como basear-se no conceito de eficiência econômica que só existe num contexto de concorrência.

4.2. A família e a busca do equilíbrio entre consumo e trabalho

Apesar de preceder Schultz em mais de meio século, Alexander Chayanov (1974) desenvolveu na Rússia a sua teoria sobre o comportamento camponês num contexto que guardava semelhanças ao encontrado pelo economista neoclássico: interesses na modernização, em incorporar os agricultores camponeses ao mercado e crença em uma resistência à inovação.

Partindo de crítica ao paradigma que predominava nas discussões sobre desenvolvimento do campo – marxismo – e que preconizava a existência de um meio rural pobre e atrasado, cujo assalariamento refletia a pobreza em que os camponeses viviam, que estes estariam fadados ao desaparecimento via processo de diferenciação social com a expansão do mercado (seriam ou proletários ou capitalistas, conceitos comportados pela teoria marxista), Chayanov desenvolve sua teoria sobre organização e produção camponesa⁵¹.

E os estímulos para esta elaboração teórica partiram das estatísticas que mostravam que, apesar da penetração do capitalismo no campo⁵², o campesinato continuava a se reproduzir, argumento sustentado pelo crescimento do número

⁵¹ O desenvolvimento de sua teoria só foi possível, no entanto, a partir dos dados estatísticos coletados pelos *zemstvos*, que foi um conselho eletivo local instituído em 1864, após a abolição da servidão, que ocorreu 1861, com o intuito de orientar os programas de combate aos problemas do campo. Segundo Abramovay (1998) estes escritórios produziram até o início da Primeira Guerra Mundial 4.000 volumes, compondo um conjunto de informações sobre a economia camponesa cuja densidade jamais foi observada em qualquer outro país do mundo.

⁵² Diferentemente de Lênin, que usou a expressão *desenvolvimento do capitalismo*, Chayanov utiliza o termo *penetração do capitalismo* e que serve como base para sustentar a sua teoria, pois acreditava que este movimento não se desenvolvia a partir do campo, mas que era um processo externo e que ia aos poucos alterando a estrutura interna da organização camponesa que, para se adaptar, com o tempo deveria perder seus traços originais.

de estabelecimentos em regime familiar na Rússia, o que apontava para a existência de *pontos cegos* na perspectiva de análise até então dominante, e que não comportava em seus pressupostos teóricos as características elementares da exploração familiar: propriedade dos meios de produção, gestão e trabalho pela família - a conjugação entre produção e consumo.

Frente a estas limitações o autor chama a atenção para uma compreensão distinta, que não partisse dos movimentos macroestruturais, mas que se baseasse na microeconômica camponesa, cuja organização estava pautada sobre outras bases que não a econômica, onde era inexistente a categoria *salário*, o que impossibilitava o cálculo do custo de produção, conseqüentemente a determinação de *lucro* e avaliação da sua eficiência. Para Archetti (1974, p. 8), *“o retorno que obtém o camponês logo que finalizado o ano econômico não pode ser conceitualizado como formando parte de algo que os empresários capitalistas chamam de lucro. O camponês, que utiliza a força de trabalho de sua família e a dele mesmo, percebe esse excedente como uma retribuição ao seu próprio trabalho e não como lucro. Esta retribuição aparece incorporada no consumo familiar de bens e serviços.”*

O camponês seria, na feliz expressão de Chayanov, *“criador de sua própria existência”* e, portanto, não é no mercado que se encontra a explicação para o seu comportamento, pois o que os camponeses fazem é o oposto, submetem o mercado à sua lógica interna, pois é a composição familiar que define o limite máximo e mínimo de sua atividade econômica. Para Polanyi (1980), representa uma organização baseada em princípio de domesticidade, em que o mercado está embutido nas relações sociais. E o oposto seria a sociedade percebida como um acessório do mercado e não o oposto.

Segundo a lei de Chayanov, dependendo do ponto em que a família se situa no ciclo de vida haverá uma determinada relação entre quantidade de força de trabalho disponível (T) e o número de membros que são somente

consumidores (C), sendo que as relações entre estas duas variáveis determinariam o ponto de equilíbrio que deveria ser buscado pela família através da atividade econômica. No entanto, apesar de suas decisões pautarem-se no consumo interno, sua teoria não exclui a família do mercado. Para o autor não haveria impedimentos para que a economia camponesa participasse das trocas mercantis, porém isso ocorre de forma específica, pois não é o mercado que organiza a vida camponesa, já que o seu objetivo primordial é atender as necessidades de consumo da família.

Contrapondo o variável trabalho, consumo e atividade econômica Chayanov constatou que:

“... as [famílias] que semeiam áreas pequenas são famílias jovens com muitos filhos pequenos, e as que semeiam mais são famílias maiores cujos filhos pequenos já não constituem uma parte tão importante”.
(Chayanov, 1974, p. 64)

Assim a qualidade de vida de uma família, representada pelo nível em que atingiria o equilíbrio entre C/T, tenderia a ser maior com a transformação paulatina de consumidores em trabalhadores, e o oposto também verdade. Ao atingir o estágio do ciclo de vida em que a unidade doméstica tende a ter maior quantidade do fator trabalho disponível, será também o momento em que terá maior facilidade de fixar o ponto de equilíbrio C/T em patamares mais elevados e com menor penosidade. Atingido este equilíbrio, a família camponesa terá pouco interesse em produzir mais, pois atribuirá um valor cada vez menor valor a cada unidade adicional produzida.

Em síntese, destacam-se as seguintes propriedades da lei de

Chayanov e que são centrais para a compreensão do cálculo camponês:

1. A atividade econômica varia primordialmente em função das necessidades de consumo da família (e não do número de trabalhadores disponível);

2. A estrutura demográfica se impõe sobre o mercado, sendo as decisões definidas a partir da satisfação das necessidades da família;
3. A fixação do patamar de consumo da unidade doméstica (o equilíbrio) dependerá da avaliação subjetiva da penosidade do trabalho a ser executado para atingir estes equilíbrios (diretamente relacionada a estrutura C/T);
4. Quanto mais à relação entre C/T se aproximar da unidade, maior será a atividade econômica da família, já que diminui a penosidade percebida do trabalho.

Referência fundamental nos estudos sobre sociedades camponesas por atribuir às características internas a decisão sobre produção e por colocar a família como o nexos organizativo, ainda assim a lei de Chayanov não está isenta de limitações.

A primeira limitação refere-se ao contexto no qual foi desenvolvida: na Rússia, no momento de seu estudo, estava consolidada a *mir*⁵³ que é um regime agrário flexível, sendo a proporção de terra compatível com a necessidade de consumo da família. Neste cenário, é relativamente simples visualizar uma relação direta entre consumo e trabalho, o que pode não ocorrer em outras regiões onde o regime agrário é menos flexível.

Outra limitação é o conceito de família. Os dados estatísticos utilizados por Chayanov definiam como uma família um domicílio. Em sociedades com maior grau de individualização tal associação pode se verificar, porém o mesmo não pode ser extrapolado para comunidades construídas a partir de laços de parentesco e que contam, para a realização do trabalho, com a solidariedade que

⁵³ *Mir* ou comuna rural russa pode ser definido como um regime agrário em que cada família possui uma determinada área de terra que era distribuída por um conselho comunitário em função do que era avaliado como necessário para cada família (ou seja, da ponderação entre capacidade de trabalho e necessidade de consumo). Em geral, era realizada a redistribuição de terras a cada 10 ou 12 anos, em função da alteração da composição das famílias e da demanda por terras derivada a partir da constituição de novas famílias. (Abramovay, 1998)

extrapola o domicílio, onde as estratégias de reprodução tendem a envolver unidades domiciliares distintas. Isto por que a proximidade e o parentesco interligam os diferentes núcleos, cujas relações são regidas por direitos e deveres recíprocos entre unidades domésticas diferentes.

Tanto Woortmann (2001) quanto Levi-Strauss (s.d.) criticam associação que geralmente é feita entre família e o seu conceito moderno, a família nuclear. Embora esta ligação se torne cada vez mais comum na prática, por este modelo estar amplamente difundido em diferentes sociedades, ressaltam que seu uso deve ser feito com cautela, pois nem sempre esta associação é precisa. A ponderação destes autores traz relevantes implicações aos estudos sobre reprodução da agricultura familiar, pois suas estratégias nem sempre se encerram no núcleo, principalmente quando o tema de interesse é o campesinato imerso em uma sociedade parcial, em relações pessoais e que envolvem valores familiares, por laços de proximidade e solidariedade vicinal.

4.3. A tradição como estratégia

Para Woortmann (1990a, p. 17), *“a tradição não é passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro”* e, portanto, estratégias tradicionais não ficam na história de forma a não ser mais acessadas. Para Woortmann, o camponês não é um *sujeito a - histórico*: ele é construído pela história e constrói a sua história. E por isso não se pode esperar dele um comportamento evolutivo, como se seguisse em uma linha reta em direção à modernização, como se o passado imediatamente deixasse de existir e ou de servir como referência para suas estratégias:

“A trajetória camponesa, não é, contudo, uma trajetória linear”. Um movimento que se dirige a dimensão da modernidade pode ser ele

mesmo, necessário para que haja outro movimento, o de reconstituição da tradição (Woortmann, 1990a, p. 16).

As formas tradicionais⁵⁴ tornam-se assim mecanismos de equilíbrio aos quais o agricultor recorre, mesmo quando inserido em uma ordem econômica, onde predominam relações de mercado, e serão acessadas sempre que sentir a sua reprodução ameaçada. É um meio de sobreviver no presente, de resistir a proletarização e ao empobrecimento:

E a existência destes traços tradicionais entre agricultores familiares Woortmann (1990a, 1990b) denomina de *campesinidade*, que pode estar presente em menor ou maior grau nas estratégias, até mesmo entre aquelas mais integradas ao mercado. Esta ética representa o oposto de uma moral econômica, mas não a total negação desta. A *campesinidade* para este autor está organizada sob três pilares centrais: a terra, a família e o trabalho, e o que é peculiar a esta ética é que estes elementos não são pensados de forma isolada, mas sim no seu conjunto, de maneira *holística*. Isto porque é a *Terra* que possibilita a realização do trabalho e a consolidação da família enquanto um *valor moral*. O *trabalho*, por sua vez, não apenas garante a manutenção física, mas também constrói um modo de vida e sedimenta uma estrutura hierárquica. Já a *família* é construída e também dá sentido à terra, ali forma o seu território, constrói sua relações sociais que lhe garante segurança, autonomia e liberdade, protegendo-a contra a imposição de uma ordem econômica que busca retirara a sua autonomia e liberdade. É nesta *Terra* que protege da *grande transformação*, contra o *moinho satânico* (Polanyi, 1980). Em oposição a esta ética moral camponesa está a ética⁵⁵ do mercado, onde trabalho, terra e família são percebidos como elementos dissociados, sem qualquer relação, como mercadorias.

⁵⁴ Abordam valores tradicionais no Vale do Jequitinhonha Amaral (1988) e Maia (2003)

⁵⁵ Thompson (1991) faz uma reflexão sobre o uso do termo moral e ética para o mercado. Para ele a existência de relações econômicas não inviabiliza a existência de

Garcia Júnior (1983) encontrou, entre sitiantes do nordeste brasileiro, a oposição entre *terra de trabalho* e *terra de gado*, categorias que refletem a relação entre ética moral e ética econômica e deixa claro como a tradição garantiu a estabilidade dos sitiantes ao passo que a terra, quando concebida como mercadoria, rompe com este equilíbrio e restringe às possibilidades de reprodução da família (sobreposição de uma ética econômica sobre a ética moral). Este autor constatou que a expansão das áreas de pastagem para a criação de gado (denominada *terra de gado*) representou para pequenos sitiantes, que necessitavam de arrendar terra junto ao grande fazendeiro, um processo de expropriação e de subordinação da família ao gado, o oposto do que acontecia em sua propriedade, pois nesta era o gado que estava subordinado ao roçado. Havia, portanto, um conflito entre éticas diferentes: a ética moral relacionada à *terra de trabalho*, numa perspectiva *holística* que une terra, trabalho e família como um todo indiviso, e que representa o território onde obtém os produtos necessários a sua subsistência. Por outro lado a *terra de gado* representava o desligamento destes três pilares: a terra é percebida como valor de troca, como uma mercadoria, sob ela não se reproduz à vida, mas sim mais mercadorias. Só garante a reprodução física do gado, que recebe primazia em relação à reprodução da família.

E a reprodução da família enquanto uma *moralidade*, na perspectiva de Woortmann (1990a, 1990b), ocorre a partir de dois pilares tradicionais: a *hierarquia* e a *honra*. São estes dois elementos que garantem à família uma reprodução num sentido ampliado, holístico, e não individualizado.

Heredia (1979) observa a existência destas categorias (*honra e hierarquia*) como organizadoras da atividade produtiva da família camponesa e faz um contraponto à relação entre consumo e trabalho proposta por Chayanov,

uma ética, porém esta ganha traços particulares que orientam e regulam as relações de troca entre as pessoas, numa sociedade de mercado.

pois na prática os agricultores não buscam somente a satisfação das necessidades de consumo, mas também a realização da família enquanto um *valor tradicional*. E este objetivo só é atingido se forem criadas as condições para o exercício pleno dos papéis de seus membros. Ser *pai* não é, nesta perspectiva, apenas uma definição biológica, mas uma posição e um papel socialmente construído e que se mantém através das atividades que realiza sobre a terra, é ele o responsável pelo *roçado*, pelo provimento dos bens vitais ao grupo doméstico - os alimentos - que reforça a sua posição de provedor e a sua autoridade. Já a mulher se realiza enquanto mãe pela transformação da produção em alimento, pelo conhecimento que detém sobre este processo⁵⁶.

Neste sentido, as atividades produtivas não são organizadas de forma neutra, pois se realizam com a mão-de-obra da família. A atividade econômica da família não dependerá apenas do número de pessoas em idade laboral e da necessidade de consumo, ela se informa também nos valores familiares que definem esferas de trabalho de acordo com a idade, sexo e o papel na hierarquia familiar. Esferas de domínio cujo trabalho é distribuído aos membros de forma desigual, de acordo com o papel que exercem na família e por isso é que, na vida das famílias agricultores, consumo (*casa*) e trabalho (*roçado*) são categorias opostas⁵⁷.

É, portanto sobre a terra e pelo trabalho na terra que se manifestam as relações sociais, que se consolida a *honra* e a *hierarquia*, que papéis sociais são construídos e reforçados. A família é organizada assim como uma *moralidade*, e não como um conjunto de fatores produtivos (ordem econômica, tal como

⁵⁶ Salienta-se que estas atividades não são exclusivas de cada gênero, havendo momentos em que a mulher, por exemplo, participa ativamente na esfera onde o domínio é masculino. Ver Rios-Neto e Vieira (1988) e Paulilo (1989)

⁵⁷ Outras categorias opostas identificadas por Heredia (1979) foram *roçado/roçadinho*

propôs Chayanov), e a terra é onde a ela se realiza enquanto uma ordem moral: é a morada da vida⁵⁸.

Antônio Cândido, ao estudar sitiantes parceiros paulistas, constata que “*mesmo arrastados cada vez mais para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência das cidades, procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando por outro lado preservar o máximo possível das formas tradicionais*” (Cândido, 2003, p. 273). Para este autor a satisfação das necessidades é necessário que o homem tenha condições de explorar o meio natural e quando as suas necessidades se tornam demasiadamente complexas, desligadas parcialmente deste mundo natural é necessário que se estabeleçam laços de sociabilidade mínimos (*mínimos sociais*) compatíveis com estas necessidades para que se restabeleça o *equilíbrio social*.

Em seu estudo Cândido (2003) mostra a vitalidade das tradições que ressurge como forma de ajustamento às condições do meio e da vida social, mas que coloca o parceiro em um drama, pois os padrões mínimos tradicionais passaram a representar, na atualidade, padrões de miséria quando comparados àquilo que a civilização proporciona⁵⁹.

A adaptação destes caipiras, embora represente uma *regressão adaptativa*, termo caro à Cândido (2003), se deu pela recriação no presente de elementos do passado, de condições mínimas de sociabilidade baseadas nas tradições, e que permitiram à restituição de um equilíbrio social mínimo em um novo contexto, em que as condições de acesso a terra mudaram e novos padrões de consumo, urbanos, foram impostos. Em uma sociedade marcada pela individualização, os caipiras se apoiavam na solidariedade e na reciprocidade como forma de satisfazer as condições mínimas de sobrevivência.

⁵⁸ Este termo é usado por Heredia (1979) e representa a terra como um território, é sob terra e pelo trabalho na terra que se reforçam laços de sociabilidade.

⁵⁹ Ver sobre em Holanda (1994) e Sahlins (1978)

Recorrer a tradição não é, nesta perspectiva, um símbolo de atraso, mas condição essencial para manter assegurada o equilíbrio e a sobrevivência da família em momentos que podem ameaçá-la ou desestruturar as condições que lhe dão sustentação. Tal como se assumiu anteriormente, o agricultor está apto a modernizar-se desde que perceba que as condições proporcionadas pelos novos tempos viabilizam, de forma segura, a sua manutenção, o acesso a terra e a realização do trabalho capaz de garantir a reprodução física e social do grupo, ou seja, o estabelecimento do seu equilíbrio, mesmo que para isso tenha que criar, revisar ou atualizar códigos específicos que orientam as relações sociais:

“Mesmo expropriado culturalmente e submetido ao poder de uma ideologia dominante, o mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer. De reproduzir frações da vida, da sua ordem social e da representação da vida camponesa.”
(Brandão, 1986, p. 15)

É a tradição um dos fatores que possibilitam a adaptação da agricultura familiar aos diversos contextos em que se inserem inclusive em uma economia de mercado. Embora pareça paradoxal, é nesta ambigüidade que se situa um dos elementos de estabilidade da agricultura familiar e que permite a sua adaptação a diferentes contextos. Como afirma Wanderley (1996), os valores tradicionais geralmente associados ao modelo camponês estão presentes também entre os agricultores mais integrados ao mercado. Ainda que imersos em uma racionalidade de mercado, estes agricultores guardam em suas estratégias traços da tradição como a predominância do trabalho familiar organizado a partir de uma estrutura hierárquica tradicional⁶⁰. Ploeg (2006) e Mendras (1976) definem este fenômeno como *recampesinação*⁶¹, enquanto o primeiro se refere ao

⁶⁰ Wanderley (1996), ao comparar traços dos camponeses com agricultura moderna que, afirma que para esta última, a tradição é um recurso de estabilização.

⁶¹ Ploeg (2006) associa a *recampesinação* como a emergência do que é hoje definido como o novo rural (embora não use este termo), que representa a valorização das

Europa, o segundo fala de um processo global neste sentido, e se referem a valorização da tradição como um mecanismo de sobrevivência na sociedade de mercado.

Mas se a tradição é um recurso que remete a segurança, a família terá que mobilizar meios para que valores permaneçam e que sejam repassados a gerações futuras como forma de garantir as condições mínimas de reprodução das próximas gerações. Assim não é só a tradição que garante a manutenção no presente. Elementos da modernidade podem ser incorporados por agricultores às suas estratégias tradicionais de reprodução.

A migração/semi-proletarização é um destes recursos que, realizada nas épocas em que o trabalho na unidade produtiva é menor, faz parte da estratégia de reprodução da agricultura familiar e representa ao mesmo tempo o *cativeiro* e a *liberdade*. Se durante o trabalho na migração fica subjugado, tendo que trabalhar sob ordens, é o meio pelo qual obtém recursos que garantem a manutenção do patrimônio da família e conseqüentemente a sua *liberdade* e *autonomia* enquanto em sua unidade produtiva. Para Santos “a migração é negada no nível ideológico, mas não pode ser evitada como alternativa existencial” (Santos, 1978, p. 156).

Para Woortmann (1990b), a migração de camponeses não indica apenas uma crise em seus meios de vida, é também parte integrante de suas próprias estratégias de reprodução, para a garantia de sua condição de camponês⁶².

tradições, de uma convivência harmônica com o meio, de um meio rural onde o que se reproduz um estilo de vida particular e que, portanto, tem outras funções além de produção (multifuncionalidade, ver em Abramovay, 2003). Neste sentido arrisco inferir que o “novo rural” talvez não seja tão novo assim e nem traga em si tanta novidade, mas represente uma atualização das tradições.

⁶² Sobre migração como um meio para a preservação de valores tradicionais no Vale do Jequitinhonha consulta Martins (1986), Ribeiro (1993) e Amaral (1988)

4.4. O agricultor entre a sociedade parcial e o mercado

Por estar orientado por valores específicos, com princípios organizativos próprios, e ao mesmo tempo se situar em uma sociedade global, a sociedade camponesa tende a ser definida como *parcial* o que não representa o seu isolamento, mas a capacidade de estruturar a sua vida a partir de um conjunto de normas como hierarquia familiar, relações personalizadas, autonomia, liberdade, preservação do patrimônio, relações de reciprocidade e de ajuda mútua. Estes participam do mercado, pois não são autárquicas, mas ao mesmo tempo guardam certa autonomia em relação a este. E o que caracterizaria essa organização peculiar que a torna *parcial*, orientada por princípios específicos, como no caso do Jequitinhonha?

Um traço peculiar às comunidades do Alto Jequitinhonha é que vizinhos e parentes são freqüentemente corporificados numa mesma pessoa ou família e isto ocorre porque as comunidades que se expandiram dentro das grotas geralmente partiram de ancestrais comuns, formando comunidades de parentesco, justapondo laços vicinais aos familiares. Assim as relações sociais não se dão apenas norteadas por princípios gerais de reciprocidade comuns a vizinhos, mas extrapolam a ética comunitária e entram na esfera familiar, estando imersos em direitos e deveres recíprocos típicos de relações entre membros de uma mesma família.

Wolf (1966) ressalta a importância, em sociedades camponesas, da comunidade e da família estendida que preserva obrigações recíprocas entre os seus membros e assim distribui a capacidade de reação frente a situações adversas, cujas relações se orientavam por uma *ética de subsistência*. Para este autor, nestas sociedades, a busca do equilíbrio é realizada pela interação entre domicílios, através da minimização do impacto das *pressões seletivas*, que

recaem sobre a totalidade da população, mas atinge de forma desigual cada família nuclear em função dos recursos a sua disposição. Para Wolf, entre os camponeses esta é uma característica preservada pela relevância quando comparada à família nuclear, pois:

“A família funciona como um artifício de segurança social bastante mais flexível do que a família nuclear, que é fraca por que a sua vigência depende das habilidades produtivas de um membro de cada sexo” (Wolf, 1966, p. 96)

A ação do arranjo familiar estendido, nestas situações, se orienta para a mobilização dos recursos de forma a nivelar os efeitos destas pressões seletivas via solidariedade dos domicílios mais bem sucedidos, com os quais busca a formação e manutenção de coalizão numa base estável é essencial para aquelas famílias mais vulneráveis.

Para Polanyi (1980), esta característica é que torna a sociedade mais humana que a economia de mercado, pois as ameaças à sobrevivência não são individuais. Embora existam diferenciações entre as famílias (e por isso as pressões são seletivas), as respostas são coletivas e se pautam em valores tradicionais como reciprocidade e redistribuição. A família estendida representaria, por esta perspectiva, o *mínimo de sociabilidade* necessário para estabilizar as unidades domésticas, uniformizando a capacidade de reação nas situações em que o grupo fica exposto à situações geradoras de desequilíbrio. Para Cândido (2003) o *bloco familiar*, em função dos vínculos que tendem a ser mais estáveis, age como uma estrutura a qual seus membros poderão recorrer para estabilização e acesso ao *mínimo vital* compatível com esta organização social.

Estes laços de cooperação e ajuda-mútua se revelam nas comunidades rurais por também serem *sociedades de interconhecimento* que, para Mendras (1976), é equivalente ao conceito de território ou *habitat*, onde “o camponês

vive toda a sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local e pouco numerosa que é a sociedade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade dos outros”onde “*todo mundo cada um conhece todo mundo*”. Nesta coletividade seus membros possuem *status* global, indiferenciado e que é conhecido pelos demais⁶³. Este conhecimento mútuo é favorecido pela proximidade, parentesco, dependência mútua e pela freqüência com que estabelecem contatos, sejam em festas, quermesses, reza de terço ou visitas de cortesia.

A terra ganha assim contornos mais amplos que demonstra a importância do *lugar* na vida camponesa, pois percebem e vive a terra apenas como um recurso produtivo, seu valor superior ao equivalente no mercado já que também significa um território. A terra combina, para as famílias camponesas, três elementos: residência, instrumento de trabalho e quadro de sociabilidade, onde coincide *local de vida e local de trabalho* (Mendras, 1976).

É naquela comunidade e sobre aquela terra que a família encontra um conjunto de meios e recursos que não está disponível em outros locais (ou, pelo menos, não com a mesma intensidade) como a solidariedade vicinal/familiar, laços de confiança e proteção. É também naquele território, naquela comunidade onde cresceram que aprenderam a conhecer e manejar os recursos e que o patrimônio técnico construído é transmitido entre gerações e pode ser aplicado em sua plenitude: conseguem identificar os recursos vegetais, os ambientes, as terras e dominam as técnicas de cultivo adaptadas para aquele meio e que serão repassadas como patrimônio cultural para os herdeiros, como forma de garantir a esses, condições necessárias para a reprodução. Para Wanderley (1996), a manutenção do patrimônio é também um componente da racionalidade camponesa e por isso gere a terra numa perspectiva de longo prazo.

⁶³ Mendras (1976) opõe o contexto da comunidade às relações do meio urbano, em que as pessoas conhecem apenas os papéis que executam e desconhecem a personalidade

Para Weber (1999), as comunidades a vizinhança são também portadoras de uma “*fraternidade*” ético-econômica e o vizinho é assumido como o “*prestador de socorro*” nos casos de insuficiência de meios da própria unidade doméstica. Para este autor o princípio moral e econômico que norteia as relações entre as pessoas pode ser sintetizado na seguinte expressão: “*como tu comigo, assim eu contigo*” (Weber, 1999, p. 247), que reflete a existência de deveres recíprocos entre as unidades domésticas, pois cada qual pode um dia chegar a uma situação em que dependa da ajuda do outro. Para Weber no seio destas comunidades nascem os *empréstimos de favor*, gratuitos e sem juros de bens de uso e de consumo. O *trabalho de favor* não é remunerado, isto é, a prestação de serviços auxiliares em caso de necessidade (ações de assistência) ocorre em função do princípio primordial da ética popular.

Mas o agricultor não vive apenas em sua unidade produtiva e nem em sua comunidade, suas necessidades extrapolam este meio e alcançam o mercado, com o qual tem que estabelecer relações que atendam tanto aos seus objetivos, quanto ao dos outros agentes econômicos.

Para Wolf (1976), as trocas camponesas não se assemelham, em escala e dimensões, às trocas comerciais baseadas no mercado devido à limitada capacidade produtiva e ao poder de compra também limitado. Afirma também que ao estabelecer relações com o mercado, o que o camponês busca é se preservar contra as oscilações pois sutis variações no mercado poderiam abalar o “frágil equilíbrio” do orçamento da economia camponesa. E se caso transfira para o mercado as decisões sobre a sua reprodução⁶⁴:

das pessoas, esta é desconhecida.

⁶⁴ Para Abramovay (1998) nos países em que a agricultura familiar é integrada, onde as decisões não estão mais nas mãos da família, ainda assim os agricultores não ficam totalmente submetidos aos imperativos e oscilações do mercado pois o Estado capitalista assume a função de regulador das trocas econômicas.

“Na medida em que o setor camponês se torna firmemente comprometido com o comércio através dos mercados e cresce cada vez mais dependente de preços estabelecidos neste mercado, ele também será afetado pelas pequenas mudanças de preço” (Wolf, 1976).

E para se integrar com menor risco ao mercado os agricultores focaram nos recursos que estavam ao seu alcance, sobre os quais pode exercer controle: o seu cultivo⁶⁵. Para o autor, os agricultores conseguiram acumular conhecimento suficiente para permitir conviver com os riscos sem necessariamente ter que abandonar a atividade, minimizando os impactos destas variações sobre as condições de reprodução familiar (Garcia Júnior, 1990).

E estas decisões obedecem à classificação dos cultivos que formam um gradiente orientado pela *alternatividade*, que é definida por Garcia Junior (1990) como a propriedade do produto de ser *“consumido diretamente e assim atender às necessidades domésticas de consumo, ou serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também para o consumo doméstico”*.

Assim conseguem garantir o abastecimento mínimo da família em situações que percebam ameaçada a sua reprodução, preservando-se das variações do mercado e detendo em suas mãos a decisão de consumir ou vender,

⁶⁵ No roçado encontra-se principalmente feijão e milho, produtos temporários e que compõe a dieta básica das famílias, podendo ser vendidos ou consumidos, dependendo da decisão do grupo doméstico. A mandioca, segundo Heredia (1979), pode ser também classificada como produto do roçado, porém a classificação mais correta é como produto da roça, conceito que se aproxima ao de roçado, mas que está ligado a sua essencialidade enquanto alimento e pelo fato de ser o produto com maior alternatividade. Garcia Júnior (1990) justifica que são produtos destinados à subsistência principalmente as lavouras temporárias devido ao o tempo entre o plantio e a colheita é menor do que no caso de lavouras permanentes; por ter pequena área de terra, com cultivo intenso, pode variar a lavoura em função da resistência da planta e do cansaço da terra; no caso de lavouras permanentes, não podem eliminar o cultivo caso se mostre pouco interessante, o que levaria a um novo e longo ciclo de maturação.

dependendo de sua necessidade, já que os produtos de subsistência têm elevada *alternatividade*. Aqui é novamente a tradição (materializada nos cultivos de subsistência) que garante a manutenção da família e cria as condições necessárias para que mantenha em equilíbrio.

Por outro lado, produzir produtos de baixa *alternatividade* seria o mesmo que colocar nas mãos do mercado às condições para a sua manutenção. Portanto não se pode falar em insensibilidade ao mercado, mas em existência de uma ação previdente justificada por existir, em sua unidade produtiva, a conjugação entre produção e consumo e que na ocorrência de oscilações desfavoráveis nos preços, não seria apenas a produção da lavoura comercial que seria prejudicada, mas também a reprodução da família já que o sustento estaria ligado umbilicalmente à esfera do mercado, onde seu controle é menor⁶⁶ ou praticamente inexistente.

E essa relação específica que estabelece com o mercado não se dá apenas na variável produção, mas também na forma como lidam com o dinheiro, recurso concebido como escasso cujo dispêndio procura minimizar quando há a possibilidade de ser substituído por outros meios, mais abundantes. Para Garcia Júnior (1990), o cálculo (racionalidade) do agricultor consiste em limitar as despesas em dinheiro com instrumentos e meios de trabalho, para que a sua condição de pequeno produtor não dependesse ou ficasse menos vulnerável às flutuações do mercado dos produtos que produz.

Compreender a *alternatividade* é, ao mesmo tempo, questionar a lógica de que pequenos agricultores só comercializam os produtos que excedem o consumo familiar. No mercado não são ofertados apenas excedentes, posto que nem sempre aquilo que a família produz é para o próprio consumo (como é o

⁶⁶ Wolf também fez observação semelhante. Para este autor “*Diante da ausência do incentivo provocado pela troca do produto por uma grande quantidade de bens trocados em um mercado, existe a tendência de limitar a produção apenas aos bens que podem ser diretamente utilizados pelos produtores*”.

caso de lavouras estritamente comerciais) ou quando cultivam lavouras com elevada alternatividade também estão se preparando para uma possível oferta no mercado produtos, em caso de necessidade, mesmo que suas necessidades não estejam plenamente atendidas.

Identificar áreas de domínio direto e convertê-la em seu benefício, esta é uma das bases de seu relacionamento com o mercado. Para Garcia Júnior (1990), não faz sentido atribuir à rotina, à tradição ou a insensibilidade ao mercado como responsáveis pela escolha dos produtos do roçado, nem classificá-los como irracionais por não escolher e nem se especializar em cultivos de melhor preço e rentabilidade monetária. Isto porque se baseiam na combinação entre *alternatividade* do produto e do risco percebido à manutenção da família.

Em síntese, cultivar produtos com elevada *alternatividade* garante duas condições para o agricultor: 1) autonomia e segurança no abastecimento pois podem consumir o que produziram; 2) garante a possibilidade de deixar de atuar no mercado sem que haja grandes prejuízos à família, o que caracteriza o mercado a sua ação no mercado como uma *integração parcial*.

Mas estes mercados não representam apenas ameaças para os agricultores, é certo que a existência de mecanismos de regulação que foge ao seu controle, escoamentos incertos e possibilidades de variações dos preços que para Bloch (2001), os agricultores passam a percebê-lo como misterioso e um pouco perigoso.

Mas como ainda assim necessitava realizar trocas no mercado e se neste não exerce influência, a saída foi procurar formas de preservar sua autonomia, ainda que parcial. Outra característica dos mercados em que se inserem os agricultores camponeses é a *imperfeição*, o que significa que as trocas econômicas não são influenciadas apenas pelos preços e pela concorrência existente, mas por relações entre pessoas. Para Abramovay (1998), o processo de venda de produtos em sociedades camponesas se confunde com prestações

personais que revelam a imperfeição em que os mecanismos de mercado atuam e limites à racionalidade econômica.

Para Polanyi (1980), a economia não existe como uma esfera autônoma da vida social e nos mercados onde os camponeses atuam as leis de oferta e demanda exercem uma influência limitada. Nestes mercados a proximidade forma uma sociedade de interconhecimento que coloca frente a frente indivíduos que se conhecem e que estabelecem relações, muitas vezes intergeracionais, que vão além do círculo econômico, cujas ligações necessariamente influenciam nas trocas no mercado. Ação no mercado passa assim a envolver múltiplos elementos, sendo a dimensão econômica uma das dimensões da relação social de troca, que se configura como um *fato social total*. (Mauss, 1970)

Estas ponderações jogam por terra o mito liberal de um mercado auto-regulado e de existência de comportamentos individuais, que atendem apenas a interesses próprios. Na prática, os camponeses agem em estruturas sociais complexas, onde seu comportamento é interdependente em relação aos demais agentes. E por estarem interligados, as trocas ganham contornos de amizade e reciprocidade, na qual interesse econômico existe, mas de forma disfarçada. (Abramovay, 1998; Abramovay, 2003)

Assim, mesmo apresentando algo de misterioso e perigoso, o mercado deve ser analisado como uma estrutura social e não apenas econômica onde a racionalidade econômica é insuficiente para determinar a ação, pois a conduta dos indivíduos só se explica socialmente e é influenciada por crenças partilhadas e normas sociais. As ações no mercado corresponderiam às formas recorrentes e padronizadas mantidas por sanções onde o comportamento dos agentes não seria apenas economicamente orientado, este pode se orientar por interesses materiais mas também terá como referencial o comportamento dos outros, o que caracteriza a sua ação como social - *ação social* (Abramovay, 2004b).

Para Weber (2003), por mais calculistas que sejam as relações entre fregueses e comerciantes, é bem provável que estas envolvam valores emocionais que transcendem o seu valor utilitário.

4.5. Pobreza e estratégia: da irracionalidade a arte de gerir ⁶⁷

Se a agricultura camponesa, voltada prioritariamente para a subsistência, mesmo empobrecida consegue se reproduzir socialmente como mostrou os vários estudos, quais as forças sobre as quais se apóia e que cria as condições para a sua manutenção? Sobreviver num quadro desfavorável ou de restrições em disponibilidade de recursos seria na verdade consequência da irracionalidade ou representaria uma arte orientada pela escassez?

O que se percebe é que apesar das trocas desfavoráveis que as explorações familiares estabelecem com os centros urbanos e frente ao quadro econômico que restringe suas margens de manobra e no qual parte significativa destes agricultores se insere, não permaneceram resignados, mas buscam criar ou preservar as condições necessárias para a reprodução. Os estudos aqui apresentados jogam por terra o mito da irracionalidade e da incapacidade de gestão que por muito tempo esteve associada à pequena exploração e que fundamentou uma dominação ideológica, como afirma Martins (1975), que inviabilizou que fossem percebidos seus mecanismos de gestão e melhor compreendidos os seus objetivos e as suas estratégias.

⁶⁷ Segundo Ruth Cardoso (Cardoso, 1986) estudos sobre populações pobres, principalmente nas periferias das grandes cidades, despertaram o interesse de pesquisadores que buscavam compreender como sobreviviam e encontrar respostas para o fato de ocorrer revoltas, apesar das condições de vida precárias. Segundo Ramos & Lazo (2004) as expressões estratégia familiar e estratégia de sobrevivência foram difundidas na segunda metade da década de 70, em estudos antropológicos sobre comportamentos de famílias pobres, visando analisar o modo integrado como agem estas famílias notadamente quanto ao acesso e a distribuição dos recursos.

Na perspectiva de Lamarche, um dos atributos fundamentais da agricultura de base familiar é a evidente capacidade de adaptação aos diferentes contextos, visando a sua reprodução mesmo em situações adversas. Portanto a agricultura familiar não representaria uma rocha, sólida e pesada, sustentada pela tradição, o que é corroborado por Wolf que afirma que “*ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico*”. (Wolf, 1976, p. 34)

Já a abordagem de Schultz mostra que pobreza e eficiência podem caminhar juntas e que racionalidade também existe entre aqueles que se encontram num quadro de escassez de recursos. A pobreza não significaria ingerência, pelo contrário, a família tem papel ativo e procura a melhor aplicação possível de seus recursos, principalmente por que são poucos, o que não é incoerente com a sua permanência no quadro da pobreza. Esta teoria contribuiu para desfazer a imagem de um agricultor que, além de pobre, era incapaz de tomar decisões já que, para Schultz, inexistia melhor combinação de recursos do que a que já foi alcançada pela agricultura tradicional. E a contribuição desta abordagem não foi apenas teórica, representou também um pensamento que subverteu parte dos pressupostos que orientavam os programas de modernização, pois se destacou a capacidade e habilidade do agricultor tradicional em melhorar a alocação dos fatores.

Para Chayanov, a essência da reprodução reside no fato de que as decisões permanece nas mãos dos agricultores - *o camponês é que cria a sua própria existência* - e chama a atenção para o fato de que voltar-se para dentro não significa insensibilidade ao mercado, mas indica que seu objetivo prioritário é outro: o foco da organização camponesa (que aloca terra, capital e trabalho) é a satisfação das necessidades de consumo da família. É o que mostra também Heredia (1979), a família orienta a sua atividade em função da sua organização interna, das relações da manutenção da hierarquia, da honra e incorpora um novo

elemento, ausente em Chayanov: o camponês como *homem moral*, que toma decisões visando à reprodução da família enquanto um valor.

E a manutenção, pelos camponeses, de uma ética moral, mesmo inseridos em uma ambiente global em que predomina a ética econômica é que garante a este grupo social a classificação de sociedade parcial, que age como um mecanismo de proteção e estabilidade, ainda que num nível mais básico. Contam com a solidariedade da família estendida e até mesmo de outros vizinhos, com os quais mantém relações de reciprocidade e ajuda mútua, nas quais o dinheiro muitas vezes está ausente, minimizando os impactos de uma situação desfavorável. Os valores tradicionais então passam a fazer parte do cabedal de estratégias de manutenção destas famílias.

Os seus valores organizativos fundamentais também determinam a posição que as trocas no mercado terão em sua vida, pois, mesmo orientado por uma dinâmica interna (domiciliar e comunitária), o camponês não pode dispensar o contato com o mercado pois dele depende para a satisfação das necessidades. Chayanov reforça esta proposição ao afirmar que o mercado não organiza o trabalho e nem a atividade econômica da família, fica submetido a sua lógica. E se o camponês não está ausente das relações com o mercado, para preservar o que Wolf (1976), classifica como *frágil equilíbrio*, a família irá procurar se preservar das variações. E a participação em *mercados imperfeitos* ou *incompletos* é um destes mecanismos, caracterizado pela existência de relações de proximidade que proporcionam que todos se conheçam (uma sociedade de interconhecimento, ampliando o sentido originalmente construído por Mendras) e estabeleçam mais do que troca econômica - *entre coisas, entre individualidades* - mas trocas sociais - *entre pessoas*.

Portanto, ao agir no mercado, o agricultor procura não ficar totalmente dependente de trocas monetárias, o que é assegurado pelo nome que investe nesta ação e pelas regras sociais que normalizam estas trocas. Assim, mesmo

com baixa liquidez poderá permanecer consumindo, pois o que está envolvido são os laços de reciprocidade que dão forma a uma teia social que lhe garante proteção. Assim, não só com a família e a comunidade que mantém laços de sociabilidade, no mercado podem ter acesso a mínimos sociais compatíveis com as suas necessidades.

Além de agir em *mercados imperfeitos*, sua integração a este é *parcial*, e para a compreensão desta relação o conceito de *alternatividade* deve ser recuperado, pois lança luz sobre a forma particular que o camponês busca manter a sua autonomia. Ao cultivar produtos que podem ser consumidos ou vendidos, a família agricultora poderá participar do mercado quando lhe convier, deixando-o quando não lhe for favorável, sem que a manutenção básica seja comprometida, pois estes mesmos produtos poderão ser internamente consumidos, protegendo-a de possíveis oscilações desfavoráveis.

No entanto todas estas variáveis não estão disponíveis de forma natural para as famílias, elas também tem que mantê-las para acessá-las nos momentos em que precisa, e para isto trabalha na sua própria terra para minimizar sua dependência em relação ao mercado, respeitam certos códigos de conduta, observam os direitos e deveres recíprocos existentes entre os membros da família, procuram preservar seu “*nome*” como um ativo para momentos de maior dificuldade. É esta ação que caracteriza a família, segundo Schneider (2001) enquanto um agente que elabora estratégias conscientes e racionais, mediada por uma racionalidade informada pela realidade, que é expressão das relações materiais presentes, como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Estratégias que não são causais mas resultado da ação humana frente às contingências.

5. OS LUGARES E OS MEIOS

“O cara pensa assim: alguma vez engorda um porco, dá pro cara e pergunta: - Quanto tá na cidade? O cara fala: - Na cidade é tanto... E daí o cara pega a carne ou o toicinho na mão dele e não paga não! Ele pergunta: - quanto é? O outro fala: - Nada não! E o cara não paga, não. Mas quando ele mata lá, o cara traz dois ou três quilos de toicinho e dá pra ele! É desse jeito, não compra na mão dele, sabe! Um ajuda o outro. Hoje eu não tenho, ele matou lá, serve pra mim! Quando for um dia aí eu mato cá e já levo pra ele que não tem! É desse jeito!”

(E.; agricultor e migrante)

“Não compensa morar na cidade por que é tudo comprado”

(V.; agricultora)

5.1. Os lugares

As comunidades Porto dos Alves e Córrego do Carrapato, município de Chapada do Norte



Foto 1. Comunidade Porto dos Alves (margem direita)



Foto 2. Margem esquerda vista a partir da porção mais central da comunidade

Porto dos Alves e Córrego do Carrapato são duas comunidades rurais geograficamente próximas, mas que se situam em ambientes distintos. Córrego do Carrapato ocupa a porção mais elevada da paisagem, próxima à chapada, e está a aproximadamente um quilômetro de distância em relação à margem do Rio Araçuaí. Ao deixar as terras altas do Córrego do Carrapato, seguindo em direção ao vale por uma grota cortada pelo leito de um córrego, abre-se uma paisagem que tem como protagonista o Rio Araçuaí e, em suas margens, a comunidade Porto dos Alves (FOTO 1 e FOTO 2). Com 24 famílias, a disposição das casas segue os contornos do leito do rio e cuja forma se assemelha a um “*arruado*”, termo que na região indica semelhança com o traçado e ruas da cidade: no centro⁶⁸, as casas estão dispostas lado a lado, ficando mais espaçadas entre si na medida em que distancia deste núcleo, formando uma rua.

Cortada ao meio pelo Rio Araçuaí, Porto dos Alves tem sua vida social e produtiva concentrada em terras mais baixas. O rio não é apenas uma marca na paisagem, mas um referencial identitário para as comunidades que vivem em suas margens. Quando procuram se referir a população ribeirinha, tanto os moradores da cidade quanto da zona rural usam a expressão “*o povo lá da beira do rio*”, o que conota um modo de vida específico, que se desenvolve em condições ambientais particulares proporcionadas pela proximidade com o rio. Em geral as famílias possuem terras com as seguintes características: uma *bebida* no rio, que é a porção de terra denominada de vazante, com terra branca, fina e arenosa. Acima da vazante, já próxima à casa, está uma área destinada para cultivos como milho e mandioca. Seguindo na direção ascendente encontram-se as casas e seus quintais, onde estão as plantas perenes que

⁶⁸ A categoria *centro*, aqui usada, é uma denominação atribuída pelo pesquisador e não se refere a qualquer categoria classificatória dos entrevistados. Foi aqui empregada para fins de diferenciação de espaço, por ser o centro geralmente associado a locais mais densamente ocupados.

conformam o pomar, os animais de pequeno e médio porte, alguns pés de milho (milho de quintal, geralmente para se comer verde). Logo acima se situa outra área em que encontram manchas de terra fértil e que são destinadas às lavouras e, fora destas, podem criar o gado. Por último, na parte mais alta, uma área de mata fechada.

São duas comunidades que estão separadas devido à localização e ao curso d'água de referência, mas que comungam uma vida social. Ainda que posicionadas em ambientes distintos, uma na parte mais alta, a outra na beira do rio, a dinâmica das comunidades se entrecruzam e se complementam. Para os que vivem no Córrego do Carrapato, o Rio Araçuaí, na porção que margeia a comunidade Porto dos Alves, é o lugar mais próximo para conduzir suas criações em época da *seca*, quando a combinação entre necessidade e escassez torna estes contatos mais freqüentes. E este vínculo é corriqueiramente atualizado tanto por homens quanto por mulheres: se o cuidado com o gado e com os animais de serviço, destinados ao transporte e trabalho como equinos e muares, é uma tarefa prioritariamente exercida pelos membros adultos e do sexo masculino, é na ausência destes que esta passa a ser assumida pelas mulheres e filhos menores, que a executam na condição de *ajuda*, pois se situa fora do domínio da casa. Para as mulheres, em função das limitações quanto ao abastecimento de água na própria unidade de produção, é para a margem do rio que se deslocam para lavar roupas e buscar água para uso doméstico.

A água é um recurso que está diretamente vinculado à localização geográfica, sendo quadros distintos para as duas comunidades: em Porto dos Alves, por margear o rio, captam-na diretamente deste, havendo fonte constante ao longo do ano e com custo de captação apenas para aquelas famílias que possuem bomba para abastecimento (é usada a energia elétrica). No período em que as chuvas se tornam mais constantes, no entanto, a água se torna mais “*barrenta*” o que inviabiliza momentaneamente o seu consumo, que fica restrito

ao que a família conseguiu armazenar. No caso do Córrego do Carrapato, mais distante do rio, as famílias têm recentemente à disposição cisterna para captação de água da chuva (implantada via Programa Um Milhão de Cisternas Rurais), que busca disponibilizar água de forma estável para as famílias ao longo do ano. O caminhão-pipa também abastece em quantidade suficiente para uma semana, porém é uma água considerada imprópria para o consumo humano pois, segundo os moradores, tem a sua origem no Rio Capivari, que capta o esgoto da cidade de Chapada do Norte. A alternativa, para consumo humano, é uma mina d'água e, na sua falta, a água da cisterna de placa. Já para os animais, há um reservatório que capta água de chuva, construído para este fim e que, quando seco, recorrem ao Rio Araçuaí.

Mas não é somente em momentos em que necessitam de água que são estabelecidos contatos. As comunidades realizam festas nas quais os convites são amplamente divulgados, ratificando a existência de relações próximas, amistosas e de solidariedade entre os dois grupos e que são reafirmados a cada evento realizado. Durante a pesquisa de campo presenciou-se a ocorrência, em Córrego do Carrapato, de uma festa realizada por uma família de aposentados para agradecimento a uma graça recebida. Marcada pela queima de fogos que quebrava o silêncio que geralmente envolve a comunidade, esta marcava o início da confraternização caracterizada por dois momentos: a reza do terço, que teve início durante a tarde e que representa a celebração religiosa do evento e, após o seu término, um “*forró*” que continuou durante a noite. Para a comemoração os moradores da comunidade de Porto dos Alves também foram convidados, marcando um momento em que são atualizados e fortalecidos os laços de sociabilidade entre as famílias, que se reafirmam enquanto membros daquele círculo social e reforçam os compromissos de reciprocidade.

Estes círculos de relações sociais amplos se combinavam com circuitos mais restritos, orientados geralmente para a família estendida que, na perspectiva de

Wolf (1976), representam laços de solidariedade mais estáveis. As comunidades são formadas por pequenos núcleos familiares (que é uma expressão diferente de família nuclear) cujo percurso histórico conformou um sistema de domínio e herança denominado de terra no “*bolo*”, em que todos os herdeiros ocupam aquele terreno mas este permanece indiviso, porém cada domicílio possui características específicas que estruturam as suas possibilidades de reprodução. Toma-se um grupo familiar estudado como referência: formado por cinco irmãos, vizinhos, cada um com sua própria família nuclear, comparam as suas condições de vida de sua família à mão: “*os dedos da mão não são iguais*”(J; *agricultor aposentado*). Embora todos estejam em um mesmo lugar, um lugar “*fraco*” por não correr dinheiro e nem haver serviço “*carreado*”, que é uma das fontes de renda para este grupo, existem diferenças entre eles: uns têm mais filhos, já outros, mais jovens, estão no auge da força produtiva o que possibilita que realizem mais trabalhos remunerados (como diaristas) fora da unidade produtiva ou que cultivem áreas mais amplas, já outro é aposentado.

Mas isto não quer dizer que se constituam unidades domésticas autônomas, com vidas independentes, pelo contrário, procuram a complementação. Suas diferentes capacidades podem e são mobilizadas em momentos de maior necessidade como forma de manter o equilíbrio e atender as necessidades do grupo como um todo. Os que conseguem obter maior renda ou que tem melhores condições para poupá-las em função do tamanho da família, por exemplo, pode emprestar dinheiro para os que necessitam. Ou que mais produzem alimentos, podem e efetivamente colocar no circuito de trocas parte do que obtiveram. Como o trabalho na unidade produtiva tende a não ocupar a integralidade do tempo do lavrador pois faz parte da sua atividade o tempo de não-trabalho (determinado pelas condições biológicas inerentes ao desenvolvimento da atividade agrícola), torna-se possível também entre eles a troca do dia de serviço ou *mutirão*: quando um irmão necessita de capina em sua roça, repassar

o milho, bater pasto, todos convergem para aquela área e realizam o trabalho em conjunto. Ao irmão que recebeu a prestação cabe realizar a contraprestação no futuro, na área dos outros irmãos, até que o círculo de prestações e contraprestações se complete, sem haver a necessidade de dispêndios financeiros. A solidariedade existente entre este núcleo proporciona a ajuda mútua e atribui a terra um outro sentido, outro valor que não apenas o produtivo. Para estes irmãos a terra representa mais, é um lugar, é o seu lugar, um território, um local reprodução física e social da vida, um espaço sob o qual foram construídas e são cotidianamente renovadas e fortalecidas as relações familiares, onde a interação entre os domicílios estabelece uma estrutura social de apoio e proteção que viabiliza a manutenção do grupo, e não apenas de domicílios.

E são estes núcleos familiares aqui apresentado em uma estrutura elementar, simples, de cinco irmãos com domicílios separados mas socialmente ligados, que constituem a estrutura e representam o ponto de partida para compreensão das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha.

Consolidou-se assim, ao longo da história, uma relação de proximidade entre ambas, sendo o Rio Araçuaí, pela sua perenidade, o ponto de convergência entre estas duas trajetórias. A posição geográfica não foi portanto um limite para a vida social das duas comunidades, pelo contrário, a complementariedade entre os ambientes fez cruzar as estratégias de reprodução e reforça os laços vicinais. A proximidade social criou condições propícias para a construção de uma sociedade de interconhecimento, onde a *vida de todos é amplamente conhecida por todos*, como afirma Mendras (1978), não apenas em traços físicos, visíveis, mas também detalhes da personalidade.

E a lavoura, o quintal e as criações, publicamente expostos, são objetos que favorecem este interconhecimento e os agricultores os observam enquanto um *fato social total* (Mauss, 1970), por revelar um conjunto de traços como a disposição da família para o trabalho, o exercício do pai enquanto provedor, a

capacidade do grupo doméstico para enfrentar gastos inesperados. Para os agricultores existe uma ética do trabalho na terra. Salvo em casos em que a idade ou doenças não permite que se labore, a terra não pode ficar parada, sem uso produtivo, pois quem nela trabalha não passa necessidade, sempre vai ter “*alguma coisinha pra comer*”, para vender em casos de maior necessidade, trocar ou doar para vizinhos, garantindo sua manutenção seja por meio do autoconsumo, do dinheiro da venda ou inserção em círculos sociais de trocas intertemporais que garantirão, ao menos, a satisfação das condições básicas de sobrevivência. Ao passo que quem possui “*força*” e não está disposto a cultivar é avaliado como uma pessoa que é mais dependente da ajuda da comunidade, mais vulnerável aos eventos que causam instabilidade no abastecimento da família, com por exemplo quando necessitam de realizar gastos inesperados ou quando o dinheiro que utilizavam se esgota. Nestes casos, ficam a mercê da ajuda de parentes imediatos ou empréstimos dos vizinhos pois não se preocuparam em ampliar a disponibilidade de meios para alocação para nestes momentos. O trabalho na terra significa assim a expansão das possibilidades de ação e traz em seu cerne a noção de maior segurança, independência, de autonomia.

“Aqui eu tô fora da água, do IPTU, e aqui na roça é isso! Olha, posso plantar uma cava de milho, pode plantar uma cava de feijão, quiabo, bananeira, e lá na rua vou plantar o quê? Você vai sair da roça pra cidade só pra dormir? Aqui na roça você dorme e trabalha!” (J.P, agricultor)

O direito sobre a terra, tanto em Porto dos Alves quanto no Córrego do Carrapato é passado entre gerações através de herança e geralmente encontram indivisas por não serem repassadas aos herdeiros, mesmo depois que estes casam: são terras no “*bolo*”, gerida a partir de um código moral que impede ou coloca restrições à fragmentação do patrimônio da família, não apenas por conferir produção, mas por disponibilizar um conjunto de recursos que só

encontram naquele território: como solidariedade vicinal, de parentes, casa própria, água e certo grau de autonomia sobre as condições de vida. Representa também uma estratégia holística, que coloca os interesses da família sobre o dos herdeiros individuais, pois a terra fica disponível para quem precisar dela e ao mesmo tempo coloca restrições à venda pelo herdeiro que não a utiliza.

A FOTO 1 representa a margem direita da comunidade Porto dos Alves, durante o período da *seca*, quando o rio apresentava menor volume de água, surgindo a vazante. Esta foto possui um conjunto de características que permitem a realização de uma leitura sintética da comunidade. Na parte inferior da foto, encontra-se um dos motivos de sua localização geográfica, a proximidade em relação ao Rio Araçuaí, que garante o abastecimento regular de água para consumo humano, para o regadio e para as criações de forma permanente.

Em suas margens encontram-se as vazantes, com solo mais arenoso e claro e que, devido a sua umidade foram ocupadas principalmente para o cultivo de hortaliças, anualmente realizado e que representa economia nos gastos, variedade na alimentação ou mesmo fonte de renda, quando vendidas. Nestas áreas também é cultivada a cana, que fica disponível para beneficiamento, consumo humano e à criação quando a seca reduz a disponibilidade natural de pasto. Com a cana, a família tem a possibilidade produzir a rapadura e cachaça, que poderão ser vendidos nas comunidades ou na feira, garantindo renda.

Por meio de observação das áreas de horta na vazante combinada com a disposição das casas é que se compreende a estrutura fundiária da comunidade: a cana e as hortas não são cultivos contínuos, mas sim separados, cuja disposição está verticalmente alinhada à posição das casas.

Portanto a terra é distribuída por faixas, ou “*tira de terra*” como denominam, e cada uma possui, de maneira geral, uma “*beira*” no rio que, em certos casos, pode se transformar em vazante durante a seca. Entre a casa e a

vazante estavam cultivos diversos, de acordo com a qualidade da terra, sendo em alguns casos a mandioca, em outros a cana ou milho. Acima desta área encontram-se as casas e os seus quintais e, acima destas, as terras destinadas à lavoura nas *águas* ou pastagem, mesclando manchas de terra de cultura e, a medida que se distancia do rio, predominam o campo. E no topo do morro encontram-se áreas de mata nativa que, se cultivadas, são para formação de mandiocais ou para solta de gado, devido às características do solo, ou para extrativismo, principalmente de “*pau*” para lenha, atividade que se intensifica no período que antecede ao início das *águas*, quando encontravam-se mais secos.

A proximidade geográfica entre as casas proporciona o reforço dos laços vicinais de solidariedade justapostos às relações de parentesco: por ser terra no *bolo*, não dividida, como vizinhos imediatos estão as famílias dos filhos casados que ocuparam o mesmo terreno que os pais, ou parentes ligados por laços de compadrio.

Comunidade Curral Novo, município de Virgem da Lapa



FOTO 3. Vista parcial da comunidade Curral Novo

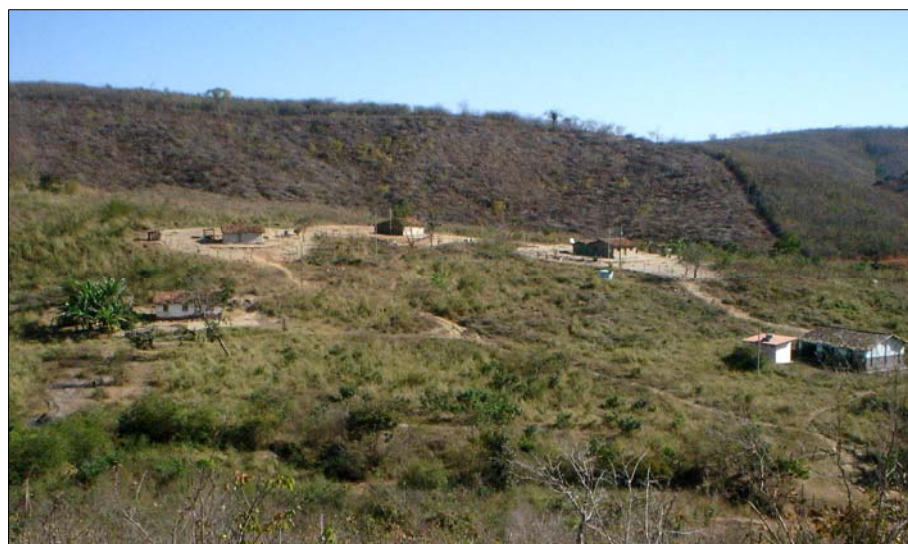


FOTO 4. Vista parcial da comunidade Curral Novo

Comunidade com 34 famílias, distante 24 km da sede do município. No centro da comunidade encontra-se uma creche, de uma organização não-governamental de assistência à criança e uma casa comercial (ou simplesmente “*comércio*”, referência local) no qual se encontra boa parte dos moradores durante os finais de semana. Próximo a este centro segue o leito de um córrego que no período da *seca* encontrava-se sem água, e suas margens ocupadas predominantemente pelo cultivo da cana, voltado principalmente para o suprimento de um alambique particular próximo à comunidade e para criações, e que dividiam espaço com canteiros de hortaliças, estes voltados predominantemente para o abastecimento das famílias.

Na FOTO 3, é possível observar esta composição da paisagem: na parte inferior, onde está situado o leito do córrego, estão situadas as plantações (no caso, o milho). Acima, margeando o córrego, estão a estrada e as casas. No caso desta comunidade, a faixa com solo exposto (“*pelador*”) marca a área onde ocorreu ação antrópica de maneira mais intensa. Em certos locais ainda é cultivado, porém apenas no período das chuvas. Na parte superior da foto, no “*topo do morro*”, observa-se uma área com densa vegetação nativa que apresenta restrições naturais para a atividade agrícola frente ao modelo tecnológico adotado, mas que é usada para coleta de madeira para lenha.

As fontes de água disponíveis para a comunidade são duas: poço, para limpeza da casa e criação e que pagam uma taxa mensal para os gastos com captação. Para consumo humano a comunidade recorre a uma mina que tem um gosto mais agradável do que a água do poço.

Segundo a agricultura E., “*aqui todo mundo é parente*” o que mostra que entre seus moradores os laços vicinais estão sobrepostos às ligações familiares, onde a distribuição da casa é comparável ao grau de parentesco entre os mesmos: os vizinhos espacialmente mais próximos tendem a guardar entre si também *proximidade pelo sangue*, laços de consangüinidade (como vizinhos

imediatos estão pais e filhos casados, irmãos). Já os vizinhos geograficamente mais distantes tendem a apresentar grau de parentesco menos imediato: pode ser um primo, um tio ou afilhado, por exemplo. Porém é regra que ao menos um dos moradores de uma residência guarde algum grau de parentesco com outro membro, de outro domicílio.

Em Curral Novo os laços de parentesco também marcam a estrutura fundiária e o sistema de herança, estando as terras das famílias indivisas, no “*bolo*”. Assim, os filhos casados, quando não migram, ao constituir nova família permanecem no mesmo terreno dos pais, o que dá contornos à ocupação familiar na comunidade, formando pequenos núcleos com relações de parentesco imediatas, ou seja, diversas famílias conjugais, com seus filhos (casados ou não) em uma terra sob domínio de um só casal, os pais (ou avós). Desta forma argumentam que mesmo pequena, a terra é mais eficientemente alocada do que quando dividida entre os herdeiros pois cada um irá plantar a área de acordo com a capacidade de trabalho da família, ao mesmo tempo em que estará disponível para os demais herdeiros, caso precisem voltar para a comunidade, tendo assim um *lugar garantido* para o qual podem recorrer em situação de maior necessidade.

Além dos trabalhos na agricultura e com criação de gado, existem outras atividades que os agricultores buscam realizar. O “*trabalho na foice e na enxada*” é um deles, enquanto diaristas. E são várias as atividades que estes agricultores podem realizar: bater pasto, palhada (restos da cultura de milho), realizar atividades de limpeza de áreas que serão alocadas pra cultivo, no plantio, *repasse* e colheita, ou abertura de matas que se encontravam em *pousio* para a formação de novas lavouras. Mas estes serviços são concentrados e não garantem renda estável, pois só trabalham quando demandados por famílias que cultivam áreas além de sua capacidade de trabalho familiar. Para estes trabalhadores, é no período que antecede as *águas* e durante esta que encontram

as maiores oportunidades de ocupação, seja para limpeza de terreno e plantio. Já a partir de janeiro, a demanda por seus trabalhos começa a se reduzir.

A ocupação em um pedreira próxima à comunidade é outra alternativa de trabalho disponível, mas não são contratados permanentemente e nem ganham salário pois trabalham como diaristas. Já para os jovens, por ainda não possuírem dependentes diretos, uma das alternativas é a migração, que por sua vez viabiliza a obtenção de um dinheiro mais “reunido”. Para estes é a oportunidade e um meio para realizar investimentos que proporcionarão a sua estabilização e as bases para a formação de sua família, seja na comunidade ou na cidade.

A FOTO 4 representa parte da comunidade em que é possível observar claramente a importância que os laços de parentesco assumem na ocupação destas comunidades. Nela é possível observar um grupo familiar ocupando o mesmo terreno, sendo a casa central habitada atualmente apenas por uma senhora aposentada. Ao seu redor estão instalados os seus filhos e filhas, já casados, herdeiros, e na porção inferior da paisagem, é possível observar o córrego que se encontrava, naquela oportunidade, com pouca água, suficiente para o gado e, em suas margens, o cultivo de algumas hortaliças. Acima das casas encontra-se uma área recortada que estava, na época, sendo preparada para o cultivo e ao seu redor, em suas margens, a mata ainda fechada, em recomposição.

Tal proximidade intensifica os compromissos familiares recíprocos, que se expressam na ajuda mútua em situações de maior necessidade, recorrendo aos parentes nas situações em que precisam de ajuda, e neste caso ganha destaque o poder de estabilização da aposentadoria que representa uma fonte estável e de ajuda quando aos outros domicílios falta liquidez, e na troca de dia de trabalho entre os moradores deste núcleo familiar.

Comunidade Retiro, município de Carbonita



FOTO 5. Porção central da Comunidade Retiro



FOTO 6. Paisagem de Logrador

Diferentemente das comunidades anteriores, que se localizavam na Bacia do Rio Araçuaí, a comunidade de Retiro se situa na Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, e era a que apresentava mais intensa atividade produtiva durante o período da seca. Para os técnicos agrícolas da região, a sua localização possui como característica chuvas mais regularmente distribuída durante o período das *águas*, o que interfere diretamente nos resultados produtivos.

Além destes fatores, dois outros favorecem a comunidade: o relevo, estende-se por centenas de metros um vale plano, cortado perenemente pelo Córrego do Retiro. Para este vale correm os sedimentos da grota e em toda a sua extensão é mínima a alteração em relação nível do córrego, favorecendo a retenção da umidade, possibilitando que a área seja integralmente tomada por cultivos diversos, como cana, feijão e milho, e parte dedicada à pastagem. Este mesmo córrego permanecia, no auge da *seca*, com volume de água capaz de atender as famílias, a criação e seus cultivos, inclusive irrigados (feijão e hortaliças), sem haver percepção de escassez entre as famílias, como apontam o depoimento: “*aqui pra nós nunca faltou água!*” (M.; agricultora).

A disposição do terreno e disponibilidade de água facilitam a implantação de um modelo de produção mais tecnificado, sendo possível realizar as tarefas de preparo do solo com o uso do trator e a implantação de cultivos irrigados. Foi nesta comunidade, durante o auge da *seca*, onde foram encontradas as maiores áreas de cultivo, tanto lavoura quanto de hortaliças.

Parte representativa deste vale é ocupada para a produção de cana, cujas finalidades principais são: para o consumo da família, na forma de rapadura (que substitui o açúcar), ou destinada à produção de cachaça, para a venda fora da comunidade, sendo encontrados três alambiques entre as famílias pesquisadas. O bagaço aproveitado para alimentação da criação.

A comunidade pode também ser dividida em três contextos diferentes. O primeiro, na parte mais baixa, situa-se em um vale aberto e predominantemente plano, cortado pelo Córrego do Retiro, onde residem a maior parte das famílias.

O segundo ambiente é uma grota menor, menos habitada, cortada por um córrego, porém este se difere do primeiro por apresentar uma topografia mais acidentada: as lavouras, menores, ficam pressionadas entre a área de campo e o córrego, configurando a seguinte paisagem: onde imediatamente termina o córrego, começa o campo, restando apenas uma pequena porção de terra para o cultivo, geralmente restrita a horta ou outra lavoura menor, milho ou cana, para consumo da família, conforme informaram os moradores. Com menor área para a produção, para viabilizar a sua manutenção no sítio, coube as famílias recorrer ao assalariamento em fazendas fora da comunidade. Trabalhar fora da unidade de produção é percebida como uma vantagem para estas pois, como afirmam, é um “*ganhame garantido*”, enquanto a lavoura, frente às condições do terreno, não possibilitaria a manutenção da família no mesmo patamar que possuem atualmente. Ressaltam também a importância da segurança proporcionada pelo seu salário, garantindo o abastecimento das famílias independentemente da condições ambientais.

Por outro lado, os agricultores que se dedicam maior tempo a sua unidade de produção observam o assalariamento de forma diferente: para estes só produzindo para si próprio é que podem melhorar a vida pois percebem o salário como suficiente apenas para a manutenção durante um mês. Para o agricultor V., quando “*trabalha pra gente mesmo é a gente que ganha*” pois todo o trabalho realizado se converte para a família, e o esforço investido vai gradualmente constituindo um patrimônio que fica como herança para os filhos, em oposição ao trabalho assalariado em que “*os outros é que ganha com o trabalho do empregado*”.

A terceira paisagem, no limiar com a chapada, denominada de Logrador (FOTO 6), fica distante do centro da comunidade (um complexo formado por um campo de futebol, uma capela e um comércio) e é vista pelos moradores da parte mais baixa da comunidade como uma área de *campo*, um solo mais fraco, com algumas áreas consideradas de cultura, destinada a hortaliças em função da água disponível. Logrador ou “*Logradô*” não é uma denominação local e seu nome remete a sua utilização tradicional. Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (2003), descrevendo os espaços de trabalho dos vaqueiros sertanejos no Nordeste, encontra o mesmo termo e o define como “*pastagens sem cerca, às vezes muito afastadas dos sítios. Tem o nome particular de logrador quando, mais próximas, estão em lugares aprazíveis*” (Cunha, 2003, p. 122). Assim tanto no Nordeste quanto na comunidade o termo remete a contexto comum: área de criação de gado.

Em tempos anteriores esta região da comunidade não era ocupada enquanto lugar de morada, não ocupava espaço central nas estratégias de reprodução da família. Era essencial mas ao mesmo tempo complementar nas estratégias da família, sua função era servir como área de solta para criação, já que as melhores terras, as que estavam nas grotas, próximas ao curso d'água, eram destinadas a lavoura de mantimentos, fundamentais para a sobrevivência da família. Esta oposição também foi encontrada por Garcia Júnior (1983) entre que para pequenos sítiantes do nordeste, para os quais nas condições tradicionais a terra destinada a reprodução do gado está submissa a terra de lavoura, onde se *bota o roçado*, e portanto a reprodução das pessoas antecedia a reprodução dos animais. Porém, com a expansão dos mercados, as terras para a lavoura (*terra de trabalho*) foram sendo suprimidas pela *terra de gado*, o que levou a uma inversão nos padrões tradicionais e representou uma ameaça às famílias: agora a reprodução do gado precede à da família.

O crescimento das famílias exerceu pressão sobre as terras mais férteis existentes no centro da comunidade, e parte destas tiveram que se deslocar para o Logrador. Um dos casos de deslocamento se refere a um aposentado que, já impossibilitado de *botar lavoura*, deixou a terra para os filhos e mudou para esta área, onde começou a cuidar de gado. A terra de morada e terra de gado, que tradicionalmente eram áreas separadas, neste caso passaram a se sobrepor.

Pelas características do meio, coube às famílias desenvolver atividades alternativas à lavoura, ocupando a área com criação de gado, o que faz com que na paisagem deste local destaquem dois ambientes nitidamente distintas: as pastagens com braquiária, com algumas árvores mais altas, cercadas com o ambiente chamado localmente de “*serra*”, que representa o topo do morro, de mata fechada, que marca o princípio da chapada, onde predomina o cascalho.

No Logrador encontra-se uma nascente que é compartilhada por quatro domicílios de um mesmo tronco familiar e que ocupam, no “*bolo*”, o mesmo terreno. Esta água proporciona às famílias compostas por mãe e filhos ainda pequenos a possibilidade de produção de hortaliças e cuidados com criação de animais, maximizando a utilização da mão-de-obra disponível em atividade considerada leve e complementar.

E como percebem a atividade agrícola como insuficiente para manter a estabilidade da família recorrem, além da pecuária que é uma fonte de renda complementar e um “*calço*” para situações de maior necessidade (uma poupança), a atividades remuneradas fora da unidade de produção. E neste caso, à carvoeira.

A FOTO 5 é uma visão parcialmente a comunidade e representa a porção que comporta o maior número de domicílios, considerado o seu centro. Situado na grotá, é formado por um vale plano cortado pelo córrego do Retiro. Neste vale encontravam-se durante o mês de julho, tido como um dos períodos em que a *seca* se torna mais intensa devido à falta de chuva, áreas de horta

extensas (quando comparadas àquelas destinadas a este fim nas outras duas comunidades) e que contavam com sistema de irrigação que proporcionava maior produção, sendo parte representativa da produção destinada a comercialização na feira livre, o que ocorre quinzenalmente. Estes cultivos dividiam, naquele período, espaço com feijão da *seca*, cana, milho e mandioca. O gado, durante este período de pastagens escassas nas áreas mais altas, também se alimentava neste local, nas margens do córrego.

5.1.1. As estações: a vida e o tempo

A vida das famílias rurais do vale do Jequitinhonha está intimamente ligada às variações do ano e determinam a disponibilidade de alternativas e estratégias as quais poderão recorrer visando à manutenção de um certo equilíbrio. Em cada momento estará a seu alcance um conjunto de recursos que procurará combinar e a disponibilidade destes é diretamente influenciada por dois momentos: o período da *seca* e das *águas* (doravante referenciado como *seca* e *águas*).

São estas variações, dentro de um mesmo ano, que exercem influência na disponibilidade e uso dos recursos naturais, nas possibilidades de alocação da força de trabalho, determinando os melhores momentos para obtenção de renda e conseqüentemente as margens disponíveis para a tomada de decisão para a família.

A terra é um dos elementos cuja possibilidade de manejo se altera em função da estação do ano, orientado por ciclos. No Alto Jequitinhonha, os agricultores aprenderam a lidar com ela, a conhecer as suas características, identificar a melhor área para cada cultivo e a época do ano em que estas estarão disponíveis.

Geralmente as terras mais férteis e mais intensamente cultivadas com lavoura branca⁶⁹ estão próximas aos cursos d'água, onde o cultivo tende a ficar menos vulnerável a condição climática, como por exemplo o *veranico*⁷⁰. Mas é possível encontrar terra de cultura em locais mais distantes dos cursos d'água. Conhecidas por *tabuleiros*, frente à tecnologia adotada pelos lavradores elas ficam disponíveis para trabalho somente no período em que ocorrem as precipitações, ou seja, durante o período das *águas*, sendo que no restante do ano ficam inviáveis para o cultivo. Exceção a esta regra é o caso de tabuleiros cultivados com mandioca e cana pois estas culturas, uma vez plantadas, continuam a desenvolver, ainda que mais lentamente, durante o período de estresse hídrico.

O quanto e o que se pode produzir está, portanto, vinculado a este processo contínuo de *alargamento e estreitamento* das áreas para cultivo, o que interfere diretamente nas possibilidades de comercialização, de ocupação da mão-de-obra familiar e geração de renda a partir da própria lavoura.

Quanto à geração de renda a partir da própria lavoura, um dos traços mais marcantes dos produtos das famílias agricultoras é a elevada alternatividade. Este conceito é importante pois amplia o que é entendido por agricultura de subsistência, que geralmente está associada a um sistema insensível ao mercado. Mas os lavradores não demonstram esta insensibilidade e isto nem poderia ocorrer pois parte dos produtos que consomem tem que ser comprados, o que demanda recursos monetários. O que ocorre com famílias agricultoras do Jequitinhonha é que os produtos voltam-se *prioritariamente* para o atendimento

⁶⁹ Lavoura branca é aquela que não é perene. Geralmente está associada aos mantimentos ou produtos voltados para o abastecimento familiar, como feijão, milho. Alguns agricultores incorporaram, nesta classificação, a mandioca e a cana, cujo ciclo de desenvolvimento supera um ano.

⁷⁰ É uma estiagem que ocorre dentro do período das águas, e que pode representar risco para a lavoura dependendo da sua severidade e do estágio de desenvolvimento da

das necessidades da família, mas isto não quer dizer que não poderão, caso necessário, ser vendidos no mercado. Assim, apesar das alterações na disponibilidade de produtos ao longo do ano para a família, um traço comum é que todos apresentam este caráter *alternativo*, porém em determinadas épocas poderão estar mais propensos a colocá-los no mercado em função de suas necessidades e de acordo com a quantidade que podem produzir.

Intimamente ligado ao ciclo anual estão também as pastagens. Para as famílias que não possuem *manga* (pasto) plantada e que também não têm condições de alugá-las, a solução é deixar os animais soltos em áreas de campo que representa uma pastagem natural. Nestes casos, como a vegetação nativa tende a secar mais rapidamente que o capim cultivado, as possibilidades de criação do animal vão se tornando cada vez mais reduzidas, o que tende a fragilizar famílias: com menor disponibilidade de terra, com menor possibilidade de utilização da mão-de-obra em atividades remuneradas mesmo que de maneira descontínua, e sem outras fontes de renda que não estão vinculadas diretamente ao trabalho, como aposentadorias.

5.1.2. As águas

O período das *águas* inicia-se geralmente entre outubro e novembro, meses em que ocorrem as primeiras precipitações. Para avaliar se o período das águas realmente começou e se é o ensejo para começar a plantar o agricultor pode consultar os vizinhos, os parentes mais idosos que, mais experientes, estão em melhores condições para inferir sobre o assunto. Ao mesmo tempo observam a movimentação das demais famílias da comunidade e se estas já estão iniciando o seu plantio, afinal, quando o trabalho é realizado na lavoura todos vêm. Segundo o agricultor V. “*planta em novembro! Ano passado a primeira chuva*

planta. No ano da pesquisa a lavoura de milho foi seriamente comprometida por este

foi em outubro, mas espera passar as primeiras chuvas! Difícil plantar nas primeiras chuvas, tem que organizar, né?

Com o terreno já *limpo*, pronto para receber as primeiras chuvas, assim que estas chegam os lavradores têm a disposição um solo mais maleável para cultivo. No entanto estas águas é classificada como apenas uma *aguinha pois* que não dá condições ao solo, que vem de um período longo de seca, de garantir o desenvolvimento da planta quando estas cessarem, pois como afirma a agricultora L. “*o sol fica mais forte depois da chuva!*”. Assim, é só a partir do momento em que as chuvas se tornam mais assíduas é que a maioria considera como o início efetivo das *águas*, é quando sentem a segurança necessária para trabalhar com menor risco de perdas do esforço investido no roçado.

E o início desta estação tem, entre os lavradores, uma vinculação estreita com as expectativas para todo o período: para os agricultores se até por volta do dia 12 de outubro não *caírem* as primeiras chuvas é por que período das *águas* não será bom e, conseqüentemente, o produto da lavoura também não.

Mas, ao mesmo tempo, a decisão sobre iniciar o plantio pode ser uma iniciativa individual, fruto de uma decisão particular, pois o agricultor poderá plantar após as primeiras chuvas como forma de diversificar tempos de plantio. Com o terreno previamente limpo, já na expectativa das primeiras chuvas, assim que estas ocorrem, começa a plantar, mas o cultivo é feito apenas numa área específica e não na totalidade do terreno disponível para a lavoura. Com isso ele busca ter lavouras em diferentes tempos, resguardando-se assim de variações climáticas que prejudiquem a lavoura.

É o caso do feijão rasteiro, planta de ciclo curto (entre 60 e 90 dias). Cultivado em dois tempos, o agricultor pode se proteger da ocorrência de chuvas concentradas, por exemplo, em dezembro, colhendo assim que avaliar que a lavoura está ameaçada pelo excesso de água no solo. No entanto, ele não deixará

fenômeno.

de realizar um segundo cultivo em novembro, junto com a maior parte dos agricultores, pois o primeiro plantio poderá ser perdido caso falte a chuva no período compreendido entre outubro e novembro, essencial para o estágio inicial de desenvolvimento da planta. Portanto o lavrador participa de um jogo com o clima, usando os recursos e os meios que possui para minimizar o impacto sobre a lavoura, possibilitando que sempre tenha uma colheita, mesmo que menor.

É por causa das chuvas que terras que, durante a *seca*, não eram cultivadas passam, a partir de então, a ser trabalhadas. As áreas que estavam sem uso agrícola durante a *seca* têm, com as chuvas, uma súbita elevação do seu potencial produtivo e o espaço disponível para trabalho não fica restrito apenas àqueles próximos ao leito de córregos e rios. Estes se estendem para outras áreas, maiores e mais distantes, que então passam a ser cultivados.

Segundo avaliação do senhor J.I. “*aqui a terra é boa, mas precisa plantar na época dela, se chover, dá!*” o que mostra a existência de um potencial que permanece latente durante a *seca*, mas que com as primeiras chuvas se recupera, possibilitando o cultivo de mais áreas. É nestas épocas que as terras que se localizam na parte mais alta da grota, distantes dos córregos ou leitos do rio, oferecem condições para a produção. Assim, frente as características do ambiente em que vivem, a distribuição da chuva e a capacidade de sua retenção pelo solo são dois fatores definidores das possibilidades de trabalho na terra e dos resultados da *lavoura das águas*.

É nesta época é que se *bota lavoura*, que são plantados os cultivos feitos em áreas mais amplas, como o milho, variedades do feijão verde (feijão de corda e feijão andu), feijão rasteiro, mandioca e cana. Para melhor aproveitar o *tabuleiro*, que representa uma fração reduzida da totalidade do terreno, o feijão de corda é plantado na mesma cova que o milho, onde o primeiro usa o segundo como suporte. Ainda nesta mesma área, entre as covas do milho e do feijão de corda, planta-se o feijão andu, uma variedade arbustiva que possui a

característica de ser semi-perene pois pode ser mantido por até três anos que permanece produzindo, sem haver a necessidade de um novo plantio.

Se aumentam as possibilidades de produção, este mesmo período é também de trabalho intenso no roçado. Todos os membros da família que estão em casa são deslocados para o trabalho na lavoura, incluindo as mulheres que deixam os afazeres domésticos momentaneamente em segundo plano⁷¹. O objetivo de tamanha mobilização é reduzir ao máximo o tempo na execução destas tarefas para que seja melhor aproveitada a umidade do solo proporcionada pela chuva. E por isto que os agricultores enfatizam o fato de ser necessário ficar preparado: antes mesmo das primeiras chuvas o terreno já está limpo e reservam uma soma de dinheiro para contratar camarada caso a força de trabalho familiar não seja suficiente. Segundo o agricultor E.: *“plantação de roça vence, tudo vence! Tudo tem a época de plantar, né? Passou daquela época, tá tudo crítico”*, e a perda do tempo certo sinônimo de *“prejuízo”* já que é o mesmo que *abrir mão* do melhor momento para se ter fartura, é abster-se do prazer de comer o próprio alimento: *“o que a gente colhe é sagrado”* (J. O.; agricultor e aposentado).

Não se preparar é colocar em risco a autonomia da família, é perder a possibilidade de assegurar em suas mãos parte do abastecimento, representa a possibilidade de economizar dinheiro, de ficar livre, menos dependente do mercado.

Iniciado o período de trabalho em outubro e novembro, os resultados só serão colhidos a partir de dezembro. É nesta época que a variedade e a quantidade produzida tendem a ser maiores e por isso representa a *“fartura da roça”*. O feijão, para quem plantou em outubro, pode ser colhido já em dezembro; em janeiro e fevereiro há a disposição quiabo, abóbora, tomate, maxixe, mamão, moranga, milho verde pronto para ser *“quebrado”*. A partir de fevereiro colhem o feijão andu e depois o feijão de corda. Em abril o milho seco

⁷¹ Sobre trabalho e gênero consultar Paulilo (1989)

já pode ser colhido, ou para fazer farinha ou para servir de ração para as criações.

A fartura começa pra nós aqui sessenta, noventa dias após o plantio! Planta em novembro! Daí, o pé de maxixe já começa a produzir, uma abóbora já começa a produzir, começa a aparecer um pé de quiabo, então começa a aparecer aqui muita coisa! (J. de A; agricultor)

É por isso que a época das águas tem importância central na vida das famílias que trabalham e vivem da terra, pois é neste período que encontram à disposição os fatores necessários para que possa fazer, principalmente dos primeiros meses do ano, um momento de fartura. Chuva e terra combinadas ao trabalho familiar proporcionam a ampliação das possibilidades de manutenção da família geralmente dois meses após as primeiras chuvas, tendo em vista o período natural de desenvolvimento, formação e colheita.

É esta ampliação das possibilidades de manutenção a partir da aplicação de fatores diretamente submetidos ao seu controle como alocação da terra e do trabalho que faz com que a família alcance maior independência em relação ao mercado. Neste período, a participação da produção própria em suas refeições é destacada: durante um período não precisará comprar feijão, mesmo que os resultados da lavoura própria dure poucos meses na dispensa. Tem abóbora para fazer molho, milho verde para comer entre as refeições e fazer doces. Frutas, como pequi, panã, manga, bananas podem ser colhidas.

Segundo a agricultora A. *“quando tem estas coisas, favorece”* pois representa um momento em que diversos produtos ficam disponíveis para a família, a possibilidade de variar o consumo, sem que para isto seja necessário comprá-lo no mercado, o que necessitaria de dinheiro, o que conota incerteza. Segundo o agricultor e migrante E.:

“(Nas águas) não precisa buscar na cidade, alimenta só do lugar! Às vezes você planta um pouco de feijão, não vai buscar lá na rua (cidade), não vai

lá no mercado! Feijão verde você colhe, tem do que plantou! Debulha o milho, põe no fogo e já come! Já tem uma abóbora, um quiabo, um tomate! Já alimenta do seu (produto), né? Alimentado do seu já é uma comida da terra adubada pela natureza!”

Durante os primeiros meses, entre janeiro e fevereiro, a fartura é principalmente para “*gente*” pois os produtos colhidos voltam-se principalmente para compor e diversificar a alimentação da família. À medida que o tempo das águas vai passando, já no limiar da *seca*, a fartura é diferente, é a “*fartura para os bichos*”, pois o milho seca e volta-se prioritariamente para o sustento das criações, decisão que envolve a observação do preço deste produto no mercado. A cana também passa a ser importante, pois pode ser beneficiada ou voltar-se para alimentação do gado, sustentando esta forma de poupança principalmente durante o período em que a *seca* se intensifica⁷². O feijão andu, que enrijece, pode ser oferecido aos porcos.

5.1.3. A *seca*

A chegada da *seca* representa, para a família, um momento marcado pelas restrições. Iniciada geralmente por volta de março e abril, estendendo-se até aproximadamente outubro, esta estação é, em oposição a *águas*, caracterizada pela menor intensidade das precipitações e, conseqüentemente, pela redução na disponibilidade de recursos como água e terra cultivável. Os córregos temporários secam, o que dificulta o abastecimento da criação.

Na *seca*, as áreas de terra disponíveis para a atividade agrícola seguem o movimento inverso aos das águas: se nesta as terras se expandem e *sobem a*

⁷² Segundo Noronha (2003) o cultivo da cana poderá demandar tipos diferentes de solo, de acordo com o produto que se deseja. Para a produção de açúcar mascavo e rapadura, pode ser utilizada uma terra mais agreste, pois isto confere a estes produtos as características apreciadas no mercado. Para cachaça, pode ser utilizada terra mais vermelha.

grotas, na *seca* ficam mais restritas. Não se cultiva uma área tão ampla como nas *águas*, e os tabuleiros mais altos já não estão mais disponíveis devido a ausência da chuva. Neste período é demandado da família que realize uma série de adequações em sua rotina de trabalho e que mude seus hábitos em função das alterações ocorridas.

Por outro lado, outras atividades começam a se intensificar. É o caso do cultivo de hortaliças, principalmente folhosas, suscetíveis às chuvas e por isso cultivadas nas *baixas molhadas* (terras úmidas), pois são as únicas capazes de fornecer as condições adequadas para o crescimento das plantas. Mas para isso é exigido cuidado cotidiano com regadio, se restringindo a áreas menores quando não há a disposição sistemas de irrigação. Assim o trabalho se restringe a espaços relativamente pequenos quando comparados às lavouras feitas nas *águas*, concentrando a atividade agrícola nas terras mais baixas, próximas aos cursos d'água ou nos quintais das casas.

É a *seca* o período em que são realizadas as atividades relacionadas à indústria doméstica rural (IDR), que corresponde à transformação de produtos primários. O milho seco, a mandioca e a cana, devido à falta de chuvas apresentam menor teor de umidade e portanto estão mais propícios para transformação, seja da cana em pinga e rapadura, ou mandioca e milho em farinha, possibilitando a melhor distribuição de seu consumo ao longo do ano, até a próxima colheita, ou reservá-los para comercialização nos momentos em que precisarem de recursos monetários.

As famílias que possuem terras mais baixas e úmidas podem plantar no final das *águas*, geralmente após a quarta-feira de cinzas (tem que esperar as “*cinzas caírem*”). O feijão da *seca*, que é o mesmo cultivado nas *águas*, fica a espera da “*chuva de feijão*”, que representa as derradeiras precipitações que geralmente ocorrem em março. Como esta variedade de feijão é mais suscetível às chuvas, nesta época há menor chance de *melar* em função da *seca* que se aproxima.

Porém restringe-se a uma área menor, em terra mais baixa, margeando os cursos d'água. Segundo o agricultor O., *“pode plantar o feijão da seca, mas é pra quem tem beira de água seca, que é terra fresca, terra que com pouca chuva produz! É terra boa mas é dividida para muita gente, e é pouco lugar que tem”*.

Marca-se então o início das compras de produtos que até então estavam disponíveis em estoque, como o milho para as criações, o feijão para alimentação humana. As famílias que não têm área adequada para o cultivo de hortaliças procuram comprá-las ou substituí-las na medida do possível. Estas despesas se juntam, então, àquelas que são frequentemente feitas no mercado como a aquisição de arroz, café, açúcar, sal, óleo, entre outros.

Outro fator limitante para as famílias durante a *seca* é a disponibilidade de água para o gado no auge desta estação (de julho até setembro/outubro), quando os córregos secam ou têm o volume de água reduzido. A criação também encontra dificuldades com relação à disponibilidade de pastagens, que no período fica restrita às áreas mais baixas e próximas às fontes ou cursos d'água. Para compensar as perdas de pastagens os agricultores procuram plantar a cana, que é colhida justamente na *seca*. Como afirma o agricultor T., *“isso que é a valência do povo daqui nessa época”*, referindo-se às áreas de cana que servem tanto para ao gado quanto para beneficiamento que poderá ser convertido em renda para as famílias, caso necessitem, já que quando transformado possui elevada alternatividade. Porém esta alternativa não está igualmente disponível para todas as famílias, depende da localização da terra que possui e que poderá cultivar.

Constatou-se que as famílias que obtiveram uma produção relativamente satisfatória, em julho estavam comprando o milho para fazer frente às necessidades de consumo das criações, retardando assim a decisão de desfazer dos animais, da poupança. Isto ocorreu pela soma de dois fatores: o atraso no plantio devido ao prolongamento do período de estiagem que marca o calendário

agrícola, e o severo veranico iniciado em janeiro e que prejudicou o estabelecimento das novas plantas.

5.2. Os meios

5.2.1. A produção

Cada família, dependendo do ambiente em que mora, tem a sua disposição áreas para cultivo específicas e que determinam o que poderá plantar e a época em que a terra estará em melhores condições para ser trabalhada.

Para os agricultores que moram nas beiras do Rio Araçuaí, a faixa que margeia o curso d'água é chamada de *vazante*. Esta proporciona condições para garantir o cultivo como cana, milho e feijão de corda (este mais resistente a umidade) e produtos “*de quintal*” como quiabo, abóbora, cenoura, cebola, alho, beterraba, repolho, abóbora, moranga, alface, alho e maxixe.

Uma vez que a proximidade do rio garante umidade suficiente para o desenvolvimento contínuo das plantas durante o período de maior déficit hídrico, Além de proporcionar solos mais úmidos, sobre estas áreas também ocorrem a “*neblinada*” que é um fenômeno natural associada a presença do rio e que forma uma névoa sobre todo o vale que, como dizem os agricultores, “*molham as plantas*”, minimizando a materialização de prejuízos relacionados a escassez de chuva no período.

Mas se a proximidade com o rio lhe confere vantagens, por outro lado existem algumas limitações. O feijão rasteiro, por exemplo, presente na dieta local e com aceitação no mercado, quando seco pode ser armazenado por um período mais longo do que o das variedades de feijão verde. Porém tende a não se desenvolver bem em áreas com maior umidade já que, segundo os

agricultores, faz com que vagens demorem mais a secar, que complete seu desenvolvimento, o que pode fazer com que “*mele o feijão*”⁷³.

Outro cuidado necessário é com as cheias do rio, que ocorrem no início das águas, e que podem comprometer, dependendo do volume precipitado, todo o esforço despendido pela família na vazante. A agricultora M.R. descreve esta situação: “*na ladeira do rio planta é abóbora, couve, milho, batata! Em fim de setembro em diante, quanto começa a dar uma água (chuva), dar aquela aguinha, assim, aquelas batatas que plantam na areia do rio têm que ir arrancando! E quando é novembro, já vai e arranca tudo! Corre, vem cá pra barra e tira do rio porque se não arrancar, leva tudo!*”

Há, em Porto dos Alves, diferenças entre as margens do rio. Na esquerda (FOTO 2), cujas casas se situam num terreno com declividade mais acentuada, formam-se anualmente vazantes mais amplas que praticamente *invadem* o rio na *seca*⁷⁴, período em que este se encontra com menor vazão, o que representa vantagens: a plantação de milho, feijão verde, de cana e os canteiros destinados às hortaliças são maiores do que no lado direito, onde a vazante é mais restrita (FOTO 1). Outro fator que viabiliza maiores cultivos em vazantes para às famílias situadas na margem esquerda é que o número de casas é menor, o que em parte se deve as condições de produção neste terreno de maior declividade, ou como é referido na comunidade, é uma terreno “*morrado*” (relativo a morro) e que assim torna a vazante menos fragmentada⁷⁵.

⁷³ *Melar e derreter* são termos usados pelos agricultores que conotam duas situações: a vagem não amadurece e as folhas da planta ficam deterioradas. Por ser uma variedade rasteira e buscando se resguardar das perdas pelo excesso de umidade, adota-se cultivá-la separadamente, em área exclusiva, para que não sofra competição e se desenvolva em melhores condições.

⁷⁴ Logicamente a gênese da vazante é diferente, ela é formada pela diminuição do volume de água no rio. Porém, devido a conformação da paisagem a impressão visual é oposta: a terra é que parece invadir o rio.

⁷⁵ Cabe salientar, que nem sempre esta relação é direta. Há casos, por exemplo, de famílias que moram numa margem mas que possuem lavoura no lado oposto.

No entanto haver amplas vazantes não representa apenas uma vantagem para estas, é mais do que isso. Para os que moram na margem esquerda a vazante praticamente faz divisa com a morada e imediatamente acima desta tem início uma área de mata fechada, que os agricultores chamam de *catinga*, cuja terra classificam como *parda* e com pedras, onde nem capim pra pasto nasce. e que é destinada ao extrativismo e imprópria, frente ao estado da técnica, à agricultura, o que é corroborado pela afirmação da agricultora V. “*aqui só planta na vazante, no resto nem sai pasto!*”.

Ter vazante com maiores dimensões é, portanto, mais do que vantagem, é uma condição necessária para a reprodução pois é nela que está a integralidade dos seus cultivos, não suportando a mesma fragmentação ao qual foi submetida a outra margem, que tem a disposição outras terras de *cultura* espalhadas em seu terreno, distantes das vazantes, e que podem destinar ao cultivo. A fragmentação, no caso da margem direita, não inviabiliza a sua reprodução, pois destinam as restritas vazantes aos cultivos que ocupam menor área, com horta e os tabuleiros distantes do rio ocupam com roça de mantimentos. Como afirma a agricultora aposentada E., que mora na margem esquerda: “*terra do lado de lá é melhor, dá para plantar milho até em cima, aqui desse lado a catinga vem até o tabuleiro*”.

Mas vazante é um ambiente que está disponível às comunidades que se situam às margens do rio, e assim não é uma realidade para a maioria dos agricultores. Para estes cabem duas situações, cultivadas em áreas em *baixadas*, que são áreas também úmidas situadas próximas ao leito dos córregos que cortam as grotas mas como têm extensão limitada pois a cada família é reservada uma *bebida* no curso d'água, geralmente são destinadas às hortaliças.

Em oposição cultivam também nas manchas de terra situadas em pontos mais altos, cuja atividade produtiva tende a se concentrar em um período restrito do ano devido à necessidade de água, como define uma agricultora M. L.: “*no alto tem terra de cultura também, mas a lavoura só dá nesses altos se tiver*”.

água, antigamente dava muita produção nesses altos, aí!” e o agricultor e migrante P.: “aqui se chove a terra pega lavoura branca (de mantimentos), se não der, ainda consegue botar capim, não precisa nem de adubo! Aqui é terra vermelha que só dá produção na época da chuva! Num é ruim, é boa, se planta, dá, mas depende da chuva! Na seca até aroeira fica pelada.”

Mas diferentemente das vazantes, os *tabuleiros* (FOTO 9) que ficam mais distantes dos córregos e rios não têm a mesma capacidade de reter a umidade necessário para as plantas.

Para as comunidades, durante as *águas*, é desejável que as chuvas sejam bem distribuídas ao longo da estação, principalmente no mês de janeiro, quando a lavoura encontra-se em desenvolvimento. Existe um preceito de que as chuvas, quando se concentram em dezembro, é porque certamente irão faltar em janeiro, como diz um agricultor aposentado J. I. “*chuva em dezembro não é chuva de futuro*”, o que realmente estava acontecendo no ano da pesquisa, revelando o conhecimento empírico dos agricultores sobre o seu ambiente.



FOTO 7. Paisagem da margem direita, onde se destaca o ambiente com maior ação humana (mais intensamente transformado).



FOTO 8. Visão geral do vale onde se localiza da comunidade, destaque para a margem esquerda com ambiente com menor grau de transformação.



FOTO 9. Vista de área classificada como tabuleiro, que seria preparada para as águas.

No caso de chuvas concentradas em dezembro, o prejuízo para a lavoura pode ser duplo no que tange aos dois cultivos básicos mais suscetíveis ao tempo: o *feijão das águas* e o milho. Depois de plantado, por volta de início de novembro, o *feijão da águas* geralmente atinge sua maturação após sessenta dias, porém quando as chuvas se concentram em dezembro afetam o estágio final de seu desenvolvimento, impedindo que os grãos amadureçam, fazendo-o “melar” ou “derreter”. Isto ocorre porque este tipo de feijão é uma variedade *rasteira*, suas vagens ficam próximas ao solo e por isso mais suscetíveis a excessivas chuvas, diferentemente das outras duas variedades comumente cultivadas durante as águas, como é o caso do *feijão andu*, que é um vegetal arbustivo, e do *feijão de corda*, que se apóia no milho, em ambos os casos as vagens ficam protegidas do contato excessivo com a umidade.

Para o milho, a falta de chuva em janeiro tem duas implicações para a produção: primeiro é o comprometimento na formação dos gametas necessários à reprodução, que geralmente em dezembro já começam a ser formados. Segundo, após ocorrer a fecundação, planta demanda água para poder “*encher o milho*”, formar as espigas. Caso falta chuva neste período, a realização destes dois processos estará comprometida, e conseqüentemente a produção será menor, como vem ocorrendo sucessivamente nos últimos anos, como afirmaram os agricultores. O caso do milho é emblemático para a compreensão das implicações dos diferentes gradientes de resistência dos ambientes frente à falta de chuva. Durante janeiro, época em que estava ocorrendo a “*invernada*”, para as famílias que podiam cultivar esta lavoura em área de vazantes o milho encontrava-se mais bem formado e praticamente não havia expectativa de perdas pois a vazante proporcionava a umidade necessária ao seu desenvolvimento. Já para as famílias que não tinham acesso ou que não possuíam áreas suficientes para realizar este cultivo nas vazantes, já havia preocupação quanto ao desenvolvimento da planta e percebiam ameaças á colheita caso não ocorressem precipitações ainda naquele no mês de janeiro.

Outros dois cultivos que fazem parte da pauta produtiva da agricultura tradicional não são tão ameaçadas pelas variações do clima extremas do clima: a mandioca e cana. Ambos apresentam maior resistência e contribui para isso, além da rusticidade das plantas, o fato de seu ciclo de desenvolvimento ser mais longo, superior a um ano. Plantados também durante as águas, tanto a mandioca quanto a cana desenvolvem mais rapidamente durante este período, porém este crescimento se torna mais lento quando entra o período da seca, para ser retomado e finalizado somente nas próximas *águas*. O que ocorre é que geralmente estes produtos não são consumidos durante as águas pois é o período em que retém maior umidade, menos agradável ao paladar local ou proporcionando menores rendimentos, quando o seu destino é o beneficiamento.

O destino prioritário da produção das famílias é o consumo interno, para a “*despesa*”, para o “*gasto*”, ou para as criações, principalmente no caso do milho, porém pode vendida na zona rural mesmo ou também ofertar na feira livre da cidade já que são produtos de elevada alternatividade já que tem a propriedade de serem consumidos ou vendidos, de acordo com a necessidade da família.

Como necessitam ir até a cidade, o que geralmente envolve o dispêndio de dinheiro (na época da pesquisa o valor do transporte era de R\$10,00), as famílias realizam o gastos ao mesmo tempo em que procura preservar a sua reserva monetária. Por exemplo, se for possível trocar itens da produção própria por outros que necessitam, evitando assim gastar ou não envolver o dinheiro, assim farão. É o que ocorre, por exemplo, em supermercados que agindo assim passam a ser um ponto de escoamento da produção local, mesmo que exerça essa função de maneira marginal.

Por outro lado, caso essa troca não seja viável, como ocorre com despesas com contas de energia elétrica, contribuição para o sindicato ou compra de um remédio, as famílias procuram, sempre que possível, voltar com o máximo de dinheiro em relação ao montante que levaram para a cidade. Para manter este equilíbrio entre entradas e saídas, oferecem na feira ou de porta em porta, hortaliças frescas e produtos da indústria doméstica rural, que proporcionam um conjunto de vantagens: tendem geralmente a ter um valor venal mais elevado e portanto conseguem obter maior retorno com um esforço menor; são produtos que possuem boa aceitação pela população urbana, o que torna praticamente garantida a venda do que é oferecido.

5.2.2. A lavoura e a vulnerabilidade das famílias

Quando se toma como perspectiva de análise os elementos que encontram disponíveis no próprio sítio para a reprodução familiar, percebe-se que é pela

combinação de dois fatores ligados às estações do ano, os efeitos de um período prolongado de seca e o recomeço das atividades na lavoura, que faz do início do período das águas uma das épocas em que a família se encontra mais vulnerável. É neste intervalo de tempo, que se estende por aproximadamente sessenta dias, até por volta de dezembro para aquelas famílias que plantaram nas primeiras águas, e janeiro para as que começaram a cultivar em novembro, que os agricultores encontram limitadas possibilidades de reprodução a partir da produção própria.

Neste período o que os lavradores tinham à disposição para colher durante a *seca* geralmente já foi consumido e os cultivos típicos das *águas*, que inauguram um momento de fartura, estão sendo cultivados ou encontram-se em desenvolvimento, para ficar disponível no final de dezembro. Como afirma o agricultor J.I. *“quando chega ali na entrada da chuva, também tem pouca produção por que a gente vem de um período de seca e a lavoura nossa entra na fase de crescer, de desenvolver!”*.

As hortaliças, que começam a colher em junho ou julho, e que representam a possibilidade de consumo e ao mesmo tempo de geração de renda para a maioria das famílias que podem cultivá-las, geralmente foi consumida até o final de agosto ou início de setembro. Após este período, e precipitando as primeiras chuvas, a temperatura tende a se elevar, marcando um dos períodos mais quentes do ano, ao passo que as fontes de água ainda estão escassas, fatores que tornam pouco compensador a realização de um novo cultivo.

Para as famílias que plantam maiores áreas em função das características de seu terreno, como os baixios, ou por contarem com sistemas de irrigação que asseguram uma escala maior de produção, o período em que possuem hortaliças pode ser maior, chegando até o mês de outubro. Porém, a partir deste mês, frente a tecnologia disponível e a vulnerabilidade das hortaliças folhosas frente as

chuvas, seu cultivo torna-se inviável. O retorno da horta, sem a presença de produtos folhosos, se dará novamente a partir de janeiro.

Segundo o técnico J.A., é na horticultura que as famílias encontram melhores condições para comercialização e geração de renda. Já os demais produtos geralmente tendem a ser consumidos internamente devido a quantidade que podem cultivar, ou seja, voltam-se quase que exclusivamente “*para o gasto da casa, é para despesa*”, como dizem os agricultores. E no início das águas representa justamente o intervalo no qual o que tinham de produção da *seca* já foi consumido enquanto as hortaliças para as águas começaram a ser plantadas, para completarem seu ciclo em janeiro.

Este é também o intervalo em que as famílias, na maioria dos casos, não têm mais disponível feijão oriundo da própria produção. As variedades verdes são consumidas por um período curto: são colhidas, entre março e abril e não podem ficar armazenadas por muito tempo. Já o feijão rasteiro, menos perecível, não pode ser cultivado por todas as famílias pelos seguintes motivos: nem todas as famílias possuem terras úmidas e, segundo os agricultores, são raras as que possuem e, quando isto ocorre, geralmente são em beiras de córrego que possuem tamanho reduzido pois tendem a ser divididas entre várias famílias. Além destes fatores, frente a quantidade produzida a prioridade se torna o autoconsumo que reduz a possibilidade de venda visto que pode comprometer o abastecimento da família ou deixá-lo dependente do mercado, como afirma a agricultora N. “*feijão colhe pouco, pra despesa, pra consumo!*”.

Mas durante a pesquisa constatou-se a existência de famílias que conseguiram obter produção que avaliaram que seria o suficiente até as águas por dois motivos: as *chuvas de feijão* foram consideradas suficientes para garantir maior produção durante a *seca*. O segundo caso era o dos produtores da comunidade de Retiro, que dispunham de áreas maiores para o cultivo do feijão da seca, além de tecnologia e água disponível para irrigar (Foto 10).



FOTO 10. Sistema de irrigação utilizado durante a *seca* na comunidade de Retiro.

Quanto à cana e mandioca, podem permanecer na terra por um período superior a um ano, o seu consumo ou venda durante o início das águas apresenta restrições. A cana cultivada no período das águas anterior, doze meses após o plantio ainda se encontra em formação pois seu ciclo se completa a partir de um ano e meio, ficando disponível para a colheita a partir do mês de abril, no início da *seca*, quando passa a ser consumida. Já aquelas que completaram o seu ciclo e que permanecem na terra (podem ser mantidas no solo por até três anos), com as chuvas deixa de apresentar as condições necessárias para ser colhida e beneficiada pois o teor de umidade se eleva, reduzindo o seu rendimento e dificultando a sua transformação, seu beneficiamento.

Com a mandioca ocorre situação semelhante. Nas águas ela não está no melhor momento para ser beneficiada e comercializada por causa da umidade que dificulta a sua transformação em farinha. Mesmo *in natura*, a mandioca colhida após as chuvas já não é mais tão apreciada para ser cozida, pois

desmancha com maior facilidade. Assim, as possibilidades de sua venda para atender as necessidades é mais restrita, como descreve a agricultora sobre as condições que encontra no seu sítio no início das águas:

“Mesmo quem tem ali um mandiocal, que pode vender na feira, a mandioca não fica de boa qualidade, então é uma época que é difícil!
(M. B., agricultora aposentada)

5.2.3. O agricultor que amplia as suas margens de decisão

Mesmo com as incertezas que cercam a sua atividade produtiva, ainda assim as famílias deslocam a força de trabalho para o cultivo das manchas de terra de *cultura* disponíveis. Para estas é um recurso que não pode ficar “parado” já que representa a ampliação das possibilidades de reprodução da família pela preservação, na esfera doméstica, de parte das decisões sobre a sua manutenção. Como afirma o agricultor C., “dá ou não dá, é obrigado a plantar!”. Já para o agricultor N. a lavoura é comparável a uma consulta médica: “você vai lá e consulta, pode ser que não dá nada, mas você vai lá mesmo! Pode ser que um dia dá alguma coisa, a gente num sabe, né?”

Foi a partir da convivência com as incertezas que envolvem o ambiente e a atividade agrícola que as famílias aprenderam a lidar com estas variações, procurando minimizar ao máximo nos gastos monetários pois sabem que o dinheiro é um recurso que pode ser convertido num amplo leque de produtos e serviços, dependendo da necessidade. E fazem isso aproveitando sementes das colheitas anteriores, o adubo proporcionado pelas criações e adotando técnicas tradicionais intensivas em mão-de-obra, que representa o fator que encontram em maior disponibilidade, combinado pontualmente com a ajuda de um camarada contratado.

Além do valor material, há também um valor social no trabalho na terra, é o que aprenderam com os pais, é o que garante a reprodução da família. É a forma de preservar o patrimônio e de transferi-lo aos herdeiros para que estes também possam ter no *lugar, naquele torrão*, as condições para reprodução. Trabalhar na terra é preservar a autonomia e a liberdade, como afirma o agricultor V. *“eu falo que ser agricultor é a melhor profissão do mundo! Você trabalha no que é teu, constrói as suas coisinhas lá que vão ficando para os filhos! Trabalha a hora que quiser, não vira escravo de firma e ainda dá o direito de aposentar depois! Não tem coisa melhor!”*.

Ainda assim não permanecem “fiados” apenas na agricultura. Combinam a esta basicamente duas atividades: criações e desenvolvimento de outros ofícios, fora da unidade de produção (como migração sazonal, venda de dia de trabalho em atividades agrícolas ou não).

Da mesma forma que a agricultura, os animais (destacadamente gado, aves e suínos) também possuem elevada alternatividade pois podem ser convertidos em consumo pela família, vendidos no mercado ou as duas formas combinadas: comercializa uma parte e consome outra. Quanto ao gado, animal de grande porte, mantê-lo, seja criado na *solta* ou as custas do aluguel de pastagens principalmente nos meses mais críticos, durante o final da *seca*, setembro e início de outubro, é sinônimo de segurança. Representa também a possibilidade de melhor utilização da terra disponível: se as áreas destinadas ao cultivo, as *manchas de terra de cultura*, são restritas, por sua vez há o predomínio do que é localmente definido como “*campo*”, considerada “*terra ruim*”, geralmente alocados para a pecuária, como afirma o agricultor O. *“tem muita terra que é ruim pra lavoura, terra de campo, terra de pedra e o gado aproveita tudo! A gente planta no que é melhor e o gado aproveita o resto!”*

Criado em *mangas*, os animais de grande porte tendem assim a ficar mais distante da casa pois a morada da família é preferencialmente instalada em terras

de maior aptidão agrícola, onde tem fácil acesso à água e melhores condições naturais para formar quintais e cultivar a sua lavoura.

Se o gado guarda distância em relação a casa, em oposição estão as criações de menor porte, os *bichos de terreiro* (galinhas e suínos) que são criados próximos à residência, nos quintais, cuja alimentação, diferentemente do gado, guarda maior semelhança em relação ao que a família consome: além do milho, são alimentados com sobras das refeições e produtos de horta, como alface, moranga, repolho, abóbora. Tal como o gado, os animais *de terreiro* possuem elevada alternatividade pois são apreciados na dieta local e, ao mesmo tempo em que são criados para consumo doméstico, contornam o problema da indivisibilidade do gado, que representa poupança mais vultuosa e um investimento de mais longo prazo, cujas decisões de venda ou consumo são tomadas com maior cautela devido ao valor, ao patrimônio envolvido.

É por isso que as criações de pequeno e médio porte passam a ser um recurso fundamental e estratégico nas decisões da família. Estas representam ampliação das alternativas, possibilidades de escolha ao passo que permitem preservar o gado que é, por excelência, o patrimônio da família. Havendo a disponibilidade de combinar animais de pequeno, médio e grande portes – aves, porcos e gado, respectivamente - as margens de decisão para a família ficam mais amplas e preservam assim melhores condições para a tomada de decisão. Para despesas menores podem optar por vender as galinha. A medida que a necessidade de dinheiro se amplia, podem optar por comercializar o porco e assim preservam, para último caso, o gado.

Além da agricultura e das criações, realizam também atividades fora da unidade doméstica. Quando não desejam trabalhar no “*ritmo da empresa ou da usina*”, que exige a dedicação integral do tempo, limitando outras possibilidades, alternativa é a realização de trabalhos remunerados no município. Para os que, devido à idade, não migram, ou para os que não encontram serviço

fixo, a opção é trabalhar “*vendendo seu dia de serviço*”, em diversas atividades, agrícolas ou não, como forma de garantir recursos para a manutenção da família.

Serviços como o de *camarada* em atividades agrícolas, por exemplo, na época da *seca* encontrava-se entre R\$ 12,00, quando ficava a cargo do contratante servir as refeições, e R\$ 15,00 quando era de responsabilidade do contratado cuidar de sua alimentação. Em início de janeiro este valor havia se elevado para R\$ 20,00.

No entanto esta atividade tem elevado grau de incerteza: em certas épocas a demanda é maior, em outras as possibilidades de trabalho remunerado são menores. Como definiu um agricultor J.: “*Aqui o lugar é fraco, todo mundo é fraco, num tem serviço corrido!*” e segundo a agricultora M. L. “*a época que aparece menos serviço começa em janeiro, fevereiro, vai até as águas, não tem muito serviço na roça mais não, tudo já foi plantado!*”.

É um trabalho cuja demanda é instável. É o que ocorre particularmente durante a *seca*, quando a atividade nas lavouras da região ficam *paradas*⁷⁶, como afirma o agricultor N; “*é a época em que pára tudo!*” já que os lavradores ficam impossibilitados de cultivar a lavoura que demanda maior trabalho. Caracterizada pela realização de serviços mais *leves*⁷⁷, para aproveitar melhor o recurso que geralmente encontra em abundância nesta época - o fator trabalho - as famílias tendem a executar prioritariamente com mão-de-obra familiar os serviços em seu sítio e ao mesmo tempo preservar o recurso que é percebido como escasso, o dinheiro. O dinheiro geralmente é tratado como *fiapinho*, um

⁷⁶ Ainda durante a *seca* existem mantimentos na terra, como é o caso da mandioca, da cana e do milho, sendo este último colhido seco. Ocorre, no entanto, com exceção do milho que corre o risco de perda caso demore a sua colheita, os demais produtos são colhidos na medida em que as famílias necessitam.

⁷⁷ A classificação entre serviço *leve* e *pesado* revela, na perspectiva de Heredia (1979), a manutenção de um estrutura de poder na família. Desta forma o *pai* permanece como o provedor principal da família pois a este são reservados os trabalhos mais *pesados* dos quais depende a manutenção da família, tornando menos questionável a sua autoridade.

ganhozinho que por estar empregado no diminutivo traz a conotação de pouca disponibilidade de escassez, o que imputa em uma gestão cautelosa do mesmo.

Na *seca* a família geralmente consegue suprir a demanda de trabalho com força própria pois as atividades se restringem aos cuidados com criações, sendo poucas as cabeças de gado e, às criações existentes em maior quantidade, como as galinhas e, em alguns casos os porcos, geralmente ficam próximos à casa, facilitando o seu trato. Quanto à agricultura, a horta e lavoura de *feijão da seca* ocupam menor área e conseqüentemente menor trabalho.

Uma vez que as entradas de recursos monetários se reduzem para as famílias que não tem ocupação fixa ou renda oriunda a partir de programas públicos, quando a necessidade de força de trabalho extrapola o que há disponível para a família como, por exemplo, na fabricação de farinha que se concentra em poucos dias e demanda mais pessoas, como primeiro recurso recorrem a troca de dia de serviço com os vizinhos, o que é facilitado por estes serem também parentes, cujos laços de solidariedade tendem a ser mais intensos. Entre as mulheres é comum que utilizem este recurso para beneficiamento de produtos durante esta época (farinhas, principalmente), reservando o dinheiro, escasso, para outros momentos e para o que é essencial. E quando surge a necessidade de contratar *camarada*, faz por um tempo curto, um ou dois dias, para os momentos em que a necessidade de trabalho extrapola a capacidade da família, como no final da *seca* e início das *águas*, combinado com o trabalho familiar e com outros trabalhadores que optam por trocar dia de serviço. É geralmente uma opção negociada, se quer trocar o dia de serviço ou receber pelo trabalho, dependendo do contexto em que a família se situa.

É nesta época, entre o final da *seca* e o início das *águas*, que os lavradores que ali permaneceram e que vendem *dia de serviço* iniciam um período de maior disponibilidade de trabalho (capina, bater palhada, plantio) e conseqüentemente de maiores ganhos, exercendo um papel fundamental de complementação do

trabalho no roçado de aposentados, que não apresentam a mesma condição para o trabalho na roça mas que mesmo assim interessam-se em manter a terra produtiva, e para famílias com migrantes, preenchendo uma lacuna de trabalho deixada pelos mais jovens e chefes de família que optaram pela migração e que remetem dinheiro nesta época como forma de compensar de seu trabalho e proporcionar a manutenção do roçado.

5.2.4. As migrações

A demanda por trabalho na unidade familiar é variável ao longo do ciclo agrícola. Entre o final da *seca* e os meses iniciais das *águas* é demandada maior intensidade de trabalho para preparo da terra (final da *seca*), plantio, realização dos *repasses* na plantação (para protegê-las de ervas espontâneas) e colheita (a partir de janeiro/fevereiro). Além de ter mais produtos, as áreas onde são cultivadas as lavouras também são maiores do que em relação as *águas*, pois os tabuleiros que até então não eram plantados, durante as *águas* ficam disponíveis para o cultivo. E com a possibilidade de cultivo de mais terra durante as *águas*, a família necessariamente terá que dedicar mais tempo às suas atividades.

A isso soma-se a importância deste período, tido como estratégico na reprodução das famílias pois é o momento em que consegue retirar mais produtos da terra, tanto para a manutenção das famílias quanto das criações. Aproveitar o *alargamento* da terra e o período de maior disponibilidade de recursos hídricos, aplicando o fator trabalho em sua plenitude (respeitando logicamente limites estruturais e sociais), envolvendo aqueles membros considerados aptos em trabalhos compatíveis com as suas especificidades, torna-se fundamental para as famílias, otimizando o potencial produtivo que propiciará reduções nos gastos com dinheiro e ter assegurada as condições de reprodução num período do ano.

Com o término do período das *águas* são reduzidas as possibilidades de ocupação da população jovem e adulta, considerada força plena e transferível⁷⁸ - membros em idade produtiva - principalmente masculina, nas atividades em seu roçado, pois não será mais possível *botar lavoura*, que é a atividade mais demandante em trabalho. O milho que ainda está no pé pode ser colhido aos poucos, já a partir de abril, e no caso da cana e mandioca, mais resistentes, podem ser retirados de acordo com a necessidade da família, o que é feito geralmente até o momento que antecede as primeiras chuvas.

A intensidade do trabalho necessário começa a declinar⁷⁹. Da lavoura, maior e mais distante da casa, a família concentra na *seca* as suas atividades próximas a esfera da casa, em horta, indústria doméstica rural, demandante de trabalhos considerados mais *leves*, que podem ser executados pela mulher e filhos mais jovens (a força de trabalho não-transferível), o que libera os trabalhadores que estão sublocados nesta época do ano.

Frente a este quadro em sua unidade de produção, as famílias procurarão atingir dois objetivos: alocar da melhor maneira possível o fator trabalho disponível e ao mesmo tempo atender as necessidades de recursos monetários, tanto para a *seca*, fazendo frente as despesas de produtos que precisam e que não produzem, quanto para aquisição daqueles bens que produzem mas que não estão disponíveis naquele momento em seu sítio. Estes gastos variam desde gêneros alimentícios e material de limpeza até energia elétrica, móveis e eletrodomésticos.

⁷⁸ Termo caro à Tepicht e que se refere aos trabalhadores em plena força e que podem realizar trabalhos fora da unidade produtiva. Já mulheres, crianças e idosos não teriam a mesma flexibilidade para alocar em outras atividades além que praticam na unidade de exploração, o que os classifica como *não-transferível*. (ver Abramovay, 1998)

⁷⁹ Sobre os períodos de alocação da mão-de-obra de agricultores migrantes do Vale do Jequitinhonha, tanto em sua lavoura quanto fora dela, no corte de cana, ver Martins (1986), Goza e Rios-Neto (1988), Amaral (1988) e Baccarrin e Gebara (1988)

Trabalhar fora, vender a sua força de trabalho é assim uma condição existencial⁸⁰, um meio para garantir a reprodução enquanto agricultores. É por meio desta estratégia que viabiliza a manutenção de sua família na terra, que obtém as condições necessárias para a preservação do patrimônio que será transmitido para os filhos para que lá também possam obter meios para necessário a garantia de sua sobrevivência.

E não existe uma regularidade entre os repasses de dinheiro que os migrantes realizam para as suas famílias. Pode ocorrer mensalmente ou apenas no momento de retorno do trabalhador, após oito meses de trabalho fora da unidade de produção. No caso de repasses durante o período que migra, a família que permanece no sítio pode aos poucos pagar as dívidas que continuou a contrair durante a *seca* junto aos *neguciantes*, pagar conta de energia elétrica e outras despesas. Porém, se o migrante optar por trazer consigo o dinheiro e não fazer os repasses para família, assim que retorna acerta todas as dívidas que a família teve que realizar no período, enquanto que os membros que ali permaneceram tiveram que mobilizar outros meios para permanecer consumindo.

A migração também tem como fator a insegurança do lavrador quanto aos rendimentos e riscos que o solo e o clima impõe. Sabe que na terra não tem condições de obter o que considera como necessário para a reprodução da família, mas ainda assim nunca deixam de plantar pois não conseguem prever as condições do tempo. Foi o que aconteceu no ano da pesquisa com o *feijão da seca* cuja produção foi satisfatória e muitos agricultores, desacreditados, deixaram de plantar e, após colhidos os resultados, demonstravam arrependimento por não o terem cultivado. Assim, para a maioria dos agricultores se num ano o rendimento foi baixo, pode ser que no outro a

⁸⁰ expressão cara a Santos (1984), em estudo sobre o colonato gaúcho.

produção melhora, sendo sempre movido pelas expectativas e possibilidades de retirar da terra algum resultado.

“ Aqui é bom! Lugar calmo! Mas só que, no caso, se você fica só aqui, aí não tem o dinheiro pra poder manter! O que acontece, a pessoa é obrigado a sair, arrumar um recurso lá pra poder manter aqui, comprar remédio, comida, por que aqui planta pouquinho, deveras! Quando chove, tudo bem! Mas que nem agora, plantou, mas este sol acabou com tudo! Não vinga nada! Então você é obrigado a sair pra manter no lugar, né?” (N, agricultor e migrante)

Para a esposa do migrante são colocadas alternativas, dependendo das prioridades da família. Ela poderá também partir para a migração, caso avalie a necessidade de formação de poupança para reforçar as bases de sustentação da família, o que tende a acontecer logo nos primeiros anos após contrair matrimônio, quando ainda não possui filhos. Mas pode ser também que o casal priorize os cuidados com os bens da família, com a lavoura, quintal, filhos e, nestes casos, a mulher tende a permanecer o lugar e não migrar.

Para a mulher o período de migração é mais restrito e tende a se encerrar quando nascem filhos, cabendo ao chefe da família ou a outro filho que atingiu já a maioridade, prover a casa com recursos monetários que necessitam. Uma vez que cabe ao pai a sustentação da casa, a participação dos filhos migrantes na despesa será solicitada apenas quando for necessário, não havendo obrigação deste em contribuir a não ser que seja solicitado. O ponto em que a família se situa no ciclo chayanoviano é, neste caso, determinante nas condições de monetarização da economia familiar pois, havendo muitos filhos, o consumo se eleva e certamente as possibilidades de poupar os ganhos da migração serão menores.

Por outro lado, na medida que os filhos vão crescendo e passam a migrar, assumem as despesas pessoais, possibilitando ao chefe de família que

economize parte dos recursos para outros gastos. Há casos também em que os filhos migram para ajudar em alguma despesa excepcional como reformas, construção, colaborando assim na composição do patrimônio familiar.

Devido à migração não se pode dizer que somente as atividades consideradas *leves* ficam a cargo desta *força marginal e não transferível*⁸¹. É esta *força marginal* que executa, mesmo que com a ajuda de parentes que permaneceram, as atividades de preparo do solo e plantio, cobrindo a lacuna existente entre o início do preparo da lavoura e o retorno dos migrantes, quando há sobreposição de calendário do roçado com o da migração⁸².

Portanto é no final da *seca*, antes das *águas*, quando o trabalho é concentrado, que é demandado o uso do fogo enquanto prática de preparo do solo. Embora as famílias afirmem que este vem sendo usado com menor frequência em função dos efeitos nocivos que causa sobre os solos, é ao mesmo tempo uma solução frente a escassez de mão-de-obra no período⁸³.

Por volta de novembro e dezembro, quando ocorre o regresso de migrantes, sua força é, de imediato, demandada nos tratos culturais ou no plantio caso este ainda não tenha sido realizado.

⁸¹ Estudos que abordam o tema: Martins (1986), Santos (1984) e Rios-Neto e Vieira (1988)

⁸² Martins (1986) discorre sobre a sobreposição do calendário. Segundo este autor, a prioridade dada à atividade no corte de cana em detrimento da lavoura própria seria resultado de uma penetração do capitalismo sobre as formas camponesas, a sua proletarianização, pois condicionariam o ritmo de sua unidade produtiva ao do capital e reduziriam o investimento em trabalho em sua própria unidade produtiva.

⁸³ Cândido (2003), Boserup (1978), Abramovay (1981) e Euclides da Cunha (2003) analisam a utilização do fogo enquanto uma prática agrícola vinculada também a melhorias dos resultados produtivos. Para Abramovay (1981), que focou nos camponeses do sudoeste do Paraná, o fogo está não somente associado a economia de mão-de-obra, o que seria proporcionado pelo fato de minimizar a ocorrência de plantas invasoras e também por exigir pouco trabalho humano. Esta prática culminaria também em melhorias na fertilidade uma vez que o plantio é feito sobre as cinzas, que é um substrato fértil disponível para a lavoura.

5.2.5. Ciclo e riscos para as famílias

Frente a estas variações, há momentos no ciclo de vida da família agricultora nos quais esta se encontra melhor posicionada para tomar decisões que se alternam com outros em que as margens de manobra são mais restritas. Estes momentos ocorrem porque a distribuição dos seus recursos não é homogênea ao longo deste ciclo e a família leva em consideração estas margens e os riscos envolvidos em cada um destes momentos para tomar as melhores decisões sobre consumir ou realizar gastos acima do nível básico.

Estas decisões estão sempre referenciadas pelo risco percebido para a manutenção em cada um destes momentos, ou seja, de que forma cada atitude poderá repercutir ou afetar a satisfação das necessidades básicas. E para as famílias existem determinados momentos em que estes riscos são menores, estando mais propensas a realizar investimentos mesmo que pequenos pois a manutenção num patamar básico, que está diretamente relacionado à necessidade de consumo de cada família, encontra-se mais bem resguardada, quando poderá então realizar investimentos.

Quando entra no período da *seca* são dois os riscos percebidos pela família: os riscos da seca propriamente dita e os riscos das *águas*. A *seca* é percebida como um período de restrições, momento de realizar opções e por isso o objetivo perseguido é a redução dos gastos monetários e o foco será o consumo básico, essencialmente gêneros alimentícios de primeira necessidade como o arroz, o feijão, o macarrão, óleo, açúcar. Ou seja, o que visam neste momento é garantir que a família tenha assegurado o que avaliam como básico para a sua reprodução. Frente a este contexto, qualquer outro tipo de gasto só será realizado se for em caso de emergência, de extrema necessidade, pois este não representa o momento mais adequado para a realização de consumo além do necessário ou para inversões de maior vulto.

Isto ocorre por que a família procura antecipar-se aos possíveis problemas que poderá se defrontar ao longo da *seca* e principalmente na transição desta com as *águas*. Para fazer frente a estas prováveis despesas terá que economizar ao máximo até que aumentem as possibilidades de entrada de dinheiro, que pode ser via retorno dos migrantes (por volta de novembro), elevação da demanda por trabalho remunerado típica da entrada do período das *águas*, ou quando começam a colher os primeiros resultados da lavoura, que poderá ser vendida, gerando renda, ou consumida, proporcionando economia de gastos.

Um dos possíveis gastos para os quais a família procura se preservar é o aluguel de pasto para animais de grande porte. Para as famílias este gado representa fonte de leite, uma poupança e um investimento que cresce e procria. Porém muitas famílias, pela restrição as pastagens, com o avanço da *seca* encontram dificuldades para a manutenção do gado.

E procurar se preparar para esta dívida é uma estratégia que evita que tenham prejuízos maiores no futuro, pois nesta época, em função da qualidade e disponibilidade das pastagens, qualquer tentativa de venda da criação será efetivada por um preço inferior pois é quando o gado, devido à *seca*, fica “*esmorecido*”, magro. Se não for vendido para o abate por um preço reduzido, a alternativa é encontrar outros agricultores com pastagens suficientes, o que nem sempre é uma tarefa simples. É portanto um momento em que as negociações se dão em piores condições para a família.

Frente a estes condicionantes os compradores oferecerão preços menores, pois em período de maior *seca* há muitos lavradores que procuram se desfazer das criações para evitar prejuízos ainda maiores. Numa combinação entre baixa demanda, muita oferta e frente ao quadro geral das pastagens, a família tenderá a vender a sua criação no pior momento, o que pode comprometer o atendimento de um objetivo futuro para o qual aquela poupança estava destinada.

Como a possibilidade de plantio de *feijão da seca* é restrito para as famílias que têm terras mais baixas e geralmente o seu cultivo é realizado em áreas menores, o mesmo ocorrendo com as hortaliças, ficam mais dependentes de compra de alimentos no mercado. E como a compra no mercado exige da família que preserve algum recurso monetário, mesmo que compre *fiado*, e como as possibilidades de entrada de recursos é incerta neste momento, estarão menos dispostas a realizar qualquer tipo de investimento ou gasto que exceda o estritamente essencial por que isto poderá representar a perda de seu *calço*, significaria elevar a sua vulnerabilidade, ficar mais suscetível às despesas inesperadas ou reduzir ainda mais as possibilidades de manobra da família.

E não são só as percepções relativas à *seca* que são embutidas nas decisões da família neste período, inserem também o risco das *águas*, ou melhor, vinculado diretamente à produção agrícola, geralmente ponderado pelos resultados passados. Entre as famílias, dependendo do local onde residem, o risco da perda da lavoura das *águas* é percebido de forma diferente do que para outras, mas a percepção generalizada é de que as chuvas estão ficando cada vez mais concentradas, vindo a faltar no momento de formação da lavoura. Esta avaliação implica que as decisões tomadas durante a *seca* terão que visar o menos gasto possível em função destas expectativas, incorporando neste cálculo a possibilidade de menor produção ou perda da lavoura.

Quanto ao *feijão das águas*, as famílias observam que nos últimos anos os resultados não foram bons, como afirmou o agricultor O. “*aqui nós teve cinco anos de seca e o pessoal pegou perdendo muita roça, o pessoal esmorece mais, fica mais desconfiado!*”. Já a agricultora N. afirma sobre o milho e feijão que “*a gente colhe um ano e pode ficar muitos anos sem colher! Este ano o feijão da seca foi a sorte boa!*”

Frente a estes condicionantes que ocorrem ao longo de um mesmo ano, o agricultor atribui a cada um destes dois momentos funções específicas de

acordo com a existência de maiores ou menores ameaças e oportunidades à satisfação das necessidades elementares da família. Para isso gere o seu recurso de forma a minimizar as possibilidades de comprometimento de suas necessidades e para isso leva em consideração as decisões possíveis e mais adequadas em cada momento do ano em função da estrutura de recursos e das alternativas ao seu alcance.

Para tanto as famílias transferem as decisões mais ousadas, que extrapolam o mínimo considerado essencial para a sua reprodução, para períodos em que encontram uma maior variedade de meios para assegurar a manutenção do grupo doméstico, o que abre margem para a realização de outros tipos de gastos, como produtos industrializados ausentes durante a seca, pra a realização de uma reforma na casa, compra de móveis e eletrodomésticos, roupas e outros acessórios, que quando realizam neste período, causam menos impacto as demais rubricas de seu orçamento que são constantes como alimentação, energia elétrica e, com menor constância mais também importante, as despesas na farmácia, e ainda assim preservar um fundo para despesas inesperadas, que pode ser formado tanto pelos produtos do roçado, condição em que detém menor controle dos resultados em função das variações do preço no mercado e das possibilidades de venda e demanda pelo produtos, o que não acontece quando conseguem construir uma reserva em dinheiro.

5.2.6. As decisões

As famílias começam a eliminar os gastos que geralmente terão menor impacto sobre o abastecimento da família, sendo o gás de cozinha um deles pois pode ser substituído pela lenha, sendo usado quando estar estiver escassa. Percebe-se que as famílias que possuem fogão à gás não abandonaram o instrumento mais tradicional e comum de preparar as refeições: o fogão à lenha. Em seu terreno encontram reservas de área de *campo* ou *catinga* que destinam

para a retirada de lenha para abastecimento dos fogões, de *pau* para cercas e reposição das hastes dos instrumentos de trabalho, como enxada e foice. E é entre o mês de julho e o início das *águas*, em função da escassez de chuva que a vegetação encontra-se mais seca, com maior facilidade para ser queimada e portanto este é o momento mais adequado para coleta dos feixes, cujo objetivo será constituir uma reserva que atenda às necessidades da família tanto durante a *seca* quanto no período das *águas*, quando não será mais possível coletá-la pois é quando estão verdes.

A família também estabelece critérios para consumo de gás e da lenha baseado no grau de acesso que possuem a cada um: enquanto que para consumir o gás precisam de dinheiro, a lenha está gratuitamente disponível em seu terreno e representa a possibilidade de reduzir os dispêndios monetários, que poderão ser necessários em outros momentos nos quais a posse do dinheiro poderá ser imprescindível. Para preservar a sua liquidez utilizam o fogão à gás para preparo de refeições mais rápidas, reduzindo o consumo do gás, como por exemplo ferver água para o café durante a manhã, enquanto a lenha ainda não foi acesa, para *botar um foguinho* no alimento, esquentá-lo e servi-lo novamente, e para preparar o macarrão que é um prato relativamente rápido, principalmente quando será servido sozinho. Já o fogão a lenha é sempre usado para preparo de pratos que demandam um tempo maior de preparo e que consumiria grande quantidade de gás, como cozinhar a carne, refogar o feijão, preparar o arroz, atividades prioritariamente realizadas no fogão à lenha e raramente via consumo de gás. O que é de *praxe* entre as famílias é que, quando o fogão a lenha não está aceso e sendo necessário o preparo de alimentos rápidos, tendem a lançar mão do gás. Caso contrário utilizam o fogão à lenha para realizar a maioria das operações na cozinha.

Outro gasto que procuram reduzir é a despesa com transporte, que passa a se restringir apenas aos casos de maior necessidade como doença, compra de

alimentos ou recebimento de benefícios. A despesa com transporte em casos de problemas de saúde é uma das principais preocupações que afligem as famílias pois, quando ocorre, é um gasto que não podem deixar de realizar, é inevitável, pode acometer qualquer membro da família, em momentos inesperados e seu valor é mais elevado. Por exemplo, quando precisam ir à cidade para fazer compras, o custo da viagem é menor já que é dividido entre várias pessoas, variando entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00 nas comunidades pesquisadas. No entanto, em caso de emergência será apenas a família necessitada que arcará com a despesa e para realizar o mesmo itinerário seu valor será elevado para aproximadamente R\$ 35,00 até R\$ 50,00.

Há também restrição com relação à aquisição de remédios. Quando sobram recursos monetários, geralmente nas *águas* quando os aposentados recebem o décimo terceiro salário, e retornam os migrantes com suas poupanças, surgem mais possibilidades de trabalho para os trabalhadores diaristas associados à possibilidade de economia a partir da lavoura própria, é possível adquirir remédios mesmo quando não estão disponíveis gratuitamente. Porém a mesma margem de decisão não é oferecida durante a *seca*, quando a chance de não adquirirem remédio é maior caso não se encontre disponível gratuitamente em postos de saúde.

Mas estes cortes que a família realiza na *despesa*, no transporte, nos remédios, não é um corte total, ou seja, reduzem a quantidade comprada ao mesmo tempo procuram preservar a diversidade das compras. Com exceção do gás, caso mais evidente e cuja compra não é constante, para as demais despesas, que são assíduas, as famílias tendem a realizar cortes distribuídos de forma a manter um equilíbrio no abastecimento: continuam a pagar a energia elétrica, reduzem as despesas com alimentação, procuram ir menos até a cidade ou quando vão utilizam o transporte escolar (quando lhes é permitido), compram parte dos remédios que precisam, aumentam os intervalos em que adquirem

carne. Assim mantém seu consumo diversificado atendendo, mesmo que de maneira restrita, às variadas necessidades.

Caso a família não consiga mobilizar outros meios, como empréstimos e crédito no comércio para fazer frente a estas despesas, terá necessariamente que recorrer a venda das criações em uma época em que seu preço tende a ser menor devido às condições em que se encontra.

5.2.7. As transferências de renda

O recurso repassado, a partir de transferências públicas, recebe uma importância e tem uma função particular na vida das famílias pesquisadas, o que ratifica uma combinação de novas fontes de recurso com outros mecanismos, que já estão incorporados à sua dinâmica há mais tempo. E é esta combinação entre o “velho” e o “novo”, que permite potencializar a utilização deste recurso, garante a estabilidade da família, resguardando-a das oscilações as quais está submetida ao longo de um ano.

Não há apenas um impacto físico, material, em sua satisfação vital, mas também a possibilidade de reforçar antigas formas de manutenção da sua reprodução física e participação em círculos sociais, por viabilizar um nível mínimo de participação e organização social capaz de inseri-las numa estrutura social que a mantém em equilíbrio⁸⁴.

O recurso do programa público Bolsa Família é uma renda em que “*confiam*”. Confiar, no sentido exposto pelas famílias, é interpretado como sinônimo de segurança, que todo mês está disponível para que possam realizar, com certo nível de certeza, a aquisição de bens e acessar serviços que necessitam.

⁸⁴ Sobre a importância de garantir condições para que os indivíduos possam operar dentro de uma dada sociedade, consultar Sen (2000).

Ainda que as famílias reconheçam que este recurso deva ser aplicado especificamente para o bem-estar das crianças, sua utilização volta-se para a busca do bem-estar familiar. Por outro lado existem limites sociais sobre a liberdade de uso deste recurso, sendo inaceitável, para as famílias, que seja utilizado para “*diversões*”, que beneficiariam apenas aos pais, e para isto a família estendida e a comunidade exercem controle social. Cria-se também uma responsabilidade maior, por parte dos pais, em relação aos gastos necessários para com a criança. O caso de remédio é emblemático: como poderia uma criança que recebe o Bolsa-Família ficar doente e não ter remédio? Ou esta mesma criança passar fome? Nestes casos há um compromisso moral de *prestação de contas* e de controle social que vem de fora do núcleo familiar, dos beneficiários diretos.

É um benefício percebido sempre como um complemento. Por trás da utilização deste recurso há sempre uma outra fonte de renda, estável ou não, e que permite a família realizar algum tipo de combinação na sua utilização. Apesar de não representar o “*grosso*” da renda doméstica, a principal fonte, traz à família à possibilidade de planejamento mais seguro, atributo freqüentemente ressaltado pelas mesmas.

Mas quando o marido e mulher, e no caso de maior privação, quando os filhos e filhas não conseguem trazer, para o âmbito doméstico, o montante de renda necessário, a transferência pública ganha um papel fundamental na formulação das estratégias da família. Isto faz com que o seu impacto seja diferente ao longo do ano: em certos momentos se torna mais importante, em outros momentos, de acordo com as possibilidades de trabalho e de autoconsumo, menos importante.

Mas sua relevância não pode ser mensurada apenas em função do quanto proporciona em volume imediato de bens, mas sim a partir de seus efeitos mais amplos, não apenas físicos, mas também sociais. É uma renda que é, ao mesmo

tempo, acessória e também fundamental para a estabilização física e social do grupo familiar. Nos momentos em que a renda obtida a partir de outras fontes começa a escassear, é aquela que foi transferida via programa público que começa a ganhar centralidade nas estratégias das famílias: no caso das famílias com migrantes, este momento pode ser o que precede a viagem para corte de cana, a colheita de café ou à praia⁸⁵. Para aquelas famílias que dependem de renda como diaristas, a transferência de renda ganha centralidade quando há menores possibilidades de ganhos, no auge da seca, quando as atividades no meio rural encontram-se naturalmente em um ritmo mais lento ou quando a economia geral do município está menos afluyente monetariamente.

É neste momento que a renda do PBF tem o seu efeito alongado, ampliado quando combinado com um recurso tradicional: a honra e a confiança, valores que a população rural procura renovar junto aos *negociantes* da cidade.

É por meio do uso combinado destes dois fatores que se encontra parte da resposta sobre como conseguem manter-se em períodos de maior escassez. É a articulação entre estas duas variáveis que viabiliza a sua manutenção, o equilíbrio do seu abastecimento, uma melhor distribuição dos recursos ao longo do ano. É por isso que se pode dizer que a renda transferida, quando combinada ao crédito que as famílias possuem com o comerciante, tem seu valor *alongado*, é maior do que o oficialmente repassado pelo programa.

⁸⁵ A praia é outro local para onde podem migrar e os locais são variados e os agricultores listaram com principais: litoral gaúcho, catarinense ou paulista. Durante a pesquisa afirmaram que esta alternativa geralmente está ligado aos mais jovens, pela liberdade que a condição de solteiro lhe proporciona e pelo fato de ser encarada como uma “diversão”, a ponto de afirmarem que muitos migram para a praia para se divertirem. Pais de família também podem migrar quando o dinheiro conseguido na migração para o corte de cana ou café se demonstram insuficientes ou quando precisam realizar algum tipo de investimento, porém é menos comum em função da família,. Geralmente é uma migração de ciclo mais curto, dura por volta de dois meses, começa em janeiro e pode se estender até o final do carnaval, e seus rendimentos também são menores.

O crédito é renovado principalmente entre o chefe de família e o negociante: no caso do migrante, antes de ir para a safra, por exemplo, vai até o estabelecimento comercial e constrói um contrato informal que coloca em jogo o seu nome, sua fidelidade e cobra, em contraprestação, a manutenção do *fiado*, do crédito. Como forma de cercear possíveis rompimentos deste contrato, como maneira de renová-lo e de comprovar seu comprometimento e sua honra, sempre que precisam realizar compras as famílias efetuam um pequeno pagamento, que no caso é o recurso do Programa Bolsa-Família. Assim reforçam os acordos do contrato, revitalizam as relações sociais e demonstram um comprometimento mútuo, no qual o agricultor, ao repassar uma quantia mesmo que pequena frente à despesa realizada, demonstra que se preocupa também com a manutenção do comerciante, pois “*a barriga dele também dói que nem a da gente*” (E. agricultor e migrante)

As famílias vão até o comércio, realizam suas compras e estas geralmente superam o valor da transferência que tem, por direito, a acessar. Ainda assim apenas parte dela é repassada a um único comerciante, é distribuída, pois suas necessidades também são diversificadas, garantindo seu nome “*limpo*” e seu crédito aberto junto a vários negociantes, simplesmente distribuindo um *fiapinho* (pequena quantidade de dinheiro) entre diversos pontos comerciais.

Além de distribuir este recurso pelo comércio, se preocupam em destinar ainda uma quantia, ainda que mínima, para uma situação de emergência, mantendo liquidez e precavendo-se de momentos de maior precisão. Portanto seu acesso a produtos pode ser classificado como desvinculado da liquidez imediata, no momento daquela compra. E, assim seguidamente: todo mês, o dinheiro em que “*confiam*” é, em parte, transferido para as mãos do comerciante de forma a atualizar os contratos e os laços entre ambos. Para a família é a oportunidade de mostrar ao comerciante que ela cumpre a sua parte no acordo e

que é depositária da confiança e digna do crédito recebido. Para o comerciante, por outro lado, é a oportunidade de reforçar a fidelidade da família, e portanto, são reforçados o comprometimento mútuo e as relações entre pessoas, não entre indivíduos.

Assim estabelecem-se e reforçam-se relações de dependência recíproca em que o ativo colocado em jogo é o próprio nome da família. Porém este importante recurso não é utilizado sem um lastro, sua substância está num planejamento mínimo que se apóia no que elas consideram como seguro e capaz de não comprometer o seu abastecimento: a renda da transferência. É assim que combinam novas oportunidades com mecanismos tradicionais, e é esta combinação que permite que ambos sejam potencializados pois a família consegue adquirir mais do que ela realmente possui em dinheiro no momento da compra.

5.2.8. A relação com o comércio

Se os recursos da migração não são repassados às famílias na medida em que são recebidos pelo migrante, ou se quando remetidos nem sempre são suficientes para arcar com toda a dívida contraída junto aos comerciantes, o consumo da família, principalmente de víveres, não pode ficar submetido a estas oscilações. Assim, se há um período no ano em que o dinheiro e a produção começam a ficar cada vez mais escassos, por outro este mesmo momento não pode ameaçar o atendimento dos níveis subjetivamente avaliados como mínimos para a subsistência da família. O que indica que nem sempre a liquidez é condição fundamental para o consumo via mercado.

Para que isto ocorra à família agricultora cria mecanismos para desvincular liquidez monetária e acesso a bens no mercado. Para que este distanciamento ocorra estabelecem com o comércio local uma relação de proximidade e de confiança o que é fundamental para que a sua família possa

manter seu abastecimento, mesmo que este se dê concentrado quase que exclusivamente no que é considerado como essencial, sem gastos que extrapolem o patamar considerado básico, sem envolver itens supérfluos.

A minimização do impacto da falta de liquidez se dá mediante a mobilização do *fiado*, que é um recurso cuja base é o nome da pessoa e da família que é mobilizado com um ativo que garante o acesso.

A primeira característica destas relações é que são construídas historicamente e no caso dos pontos comerciais mais tradicionais, estas podem representar laços intergeracionais pois envolvem e comprometem tanto as gerações da família do comerciante quanto dos agricultores. A confiança representa assim um recurso que as famílias rurais encontram à disposição, que pode até mesmo anteceder-las e que, quando atualizada, é repassada entre gerações como um patrimônio, como afirmou um comerciante do segmento farmacêutico:

“quando conhece a família, nem precisa conhecer a pessoa, sabe que é bom pagador, compra fiado sem problema, já tem confiança!”

O *fiado* tende a ficar restrito a determinados pontos comerciais. Nestes estabelecimentos criaram relações mais sólidas baseadas em contratos informais que têm como resultados benefícios mútuos: se para o agricultor garante a regularidade e segurança no abastecimento em situações em que a sua família se encontra desprovida de numerário, o comerciante também se beneficia da fidelidade do agricultor, que é uma das exigências.

Nesta relação o migrante obtém do comerciante dois recursos fundamentais: a garantia da manutenção do abastecimento regular, mesmo sem dinheiro, e geralmente se restringe a bens alimentares básicos, como afirma o comerciante P.:

“a gente dá o tempo, eles mesmo pagam de acordo com o que eles ganham! Geralmente quando vão para São Paulo já deixa uma despesa

pra mulher. Se precisar de mais alguma coisa a gente manda e depois paga!”

O outro recurso é a flexibilidade, expressa na possibilidade de renegociar a dívida em função das necessidades da família com expresso no discurso do comerciante B., do segmento de eletrodomésticos

“muitas vezes eles chegam, pagam a dívida velha e faz outra, porque senão não paga os outros comerciantes! Então eles têm que dividir! E as outras coisas que eles tem que comprar?”

Para as agricultores, pagar uma parte do que devem é uma estratégia que pode ter duas interpretações: social, pois mostra para o comerciante que a família está comprometida e empenhada em arcar com as despesas, pois como definiu o agricultor E. *“a barriga dele também dói como a nossa!”*, e também uma interpretação econômica pois o reforço dos laços sociais através destas *“entradas”*, tal com se referiram a estas somas, é também uma forma de manter o crédito aberto, pois assim podem continuar comprando. Tal iniciativa dos agricultores, de sempre pagar uma parcela mesmo que pequena, tende a ser simbolizada ou interpretada como um sacrifício da família rural, a sua preocupação com o comerciante, o que reforça ainda mais a relação

E em situações mais extremas, principalmente em caso de emergência, os comerciantes também agem como um emprestadores de dinheiro. Nestes casos mesmo estando em dívida com o comerciante, por conhecer a família e a situação em que se encontra, não nega o pedido, que geralmente está associado a alguma emergência. Portanto as trocas no mercado extrapolam o contexto puramente econômico, envolvem relações de reciprocidade e laços sociais de longa duração, como afirmou o comerciante B. *“ as vezes ele (o migrante) liga pra nós pra saber como a família dele está, pra marcar o telefone do lugar que eles estão”*.

A relações de troca ganham assim contornos imperfeitos e incompletos pois seus movimentos não dependem apenas da atuação das forças de mercado, está imersa em uma estrutura social regulada por normas sociais⁸⁶ e que garantem estabilidade nas relações.

Trocas baseadas em relações sociais ratificam a proposição de Polanyi (1980) de que a economia não existe como uma esfera autônoma da vida social pois nestes mercados a proximidade forma uma sociedade de interconhecimento que coloca frente a frente indivíduos que se conhecem e que estabelecem contatos que vão além do círculo econômico, imputando nestas trocas também pressupostos morais⁸⁷. Interconhecimento, segundo Mendras (1978), quer dizer que estas relações não são parciais, não é apenas o papel de comerciante e de consumidor, de cliente. O agricultor conhece mais, tem informações sobre a pessoa, sobre a vida, conhece a família do comerciante com quem está se relacionando. Da mesma forma que o negociante geralmente conhece a família dos agricultores, seus pais e filhos, em muitos casos visitaram a sua casa e lá realizaram refeições, o que representaria o selamento de um contrato.

Este conhecimento mútuo e totalizante é sintetizado na fala do comerciante P. *“a gente conhece o povo aqui desde pequeno, né? Todo mundo aqui sabe quem é bom e quem é ruim, né?”* ou *“se o cara demorar para pagar a gente não importa não, a gente sabe o que está acontecendo”*.

Dois aspectos chamam a atenção nesta relação. A primeira é a aproximação que procuram realizar entre o *conhecido* e o *amigo*, como afirmou um comerciante: *“se um cara é conhecido meu, manda um recado pra mim e eu mando o que ele precisa! Se é conhecido, ué, é amigo!”* e *“se é conhecido tem que ter confiança”*. Outro aspecto é que como são relações que envolvem

⁸⁶ Para mais informações sobre mercados imperfeitos ou incompletos consultar Abramovay (1998).

⁸⁷ Sobre trocas no mercado baseadas em pressupostos morais consultar Thompson (1988)

valores em tempos diferentes, o montante devido tem seu valor atualizado em função do preço do dia em que vai pagar, o que nem para comerciante e nem para agricultores tem o sentido de juros, de usura ou exploração. Quando argüidos sobre a existência dos juros, informaram que não havia, só pagavam o preço do dia.

Mas não só dos comerciantes são exigidas concessões, cabe ao agricultor cumprir algumas regras, entre elas a fidelidade ou prioridade nos gastos. E isto ocorre porque o comerciante só tem condições de oferecer crédito para um número determinado de famílias rurais, e assim quando precisam comprar fiado só podem recorrer a um comércio, àquele em que tem relações de confiança estabelecidas, ficando condicionado aos seus preços. Mas o comprometimento vale também para as situações em que dispõe de recursos monetários, principalmente quando retorna da migração, período em que as compras tendem a se realizar à vista. Neste caso o que o comerciante exige é prioridade ou fidelidade, e não que a família faça busca pelo melhor preço. Assim é paga com a sua fidelidade a estabilidade proporcionada ao longo do ano.

Outro compromisso é com a renegociação ou remontagem das dívidas. Antes de migrarem, geralmente os agricultores chefes de família vão até os comerciantes e com eles reforçam oralmente o contrato de abastecimento da família. Nesta conversa procura expor para qual cidade irão se deslocar, o tempo que lá permanecerão e firmarão as condições em que serão feitos os pagamentos. É sobre este contrato baseado na palavra, mas que se sustenta por laços sociais de longa data, que se comprometem mutuamente a pagar e fornecer. Mas uma das condições de cumprimento destes contratos é que a família, todo o mês, faça um abate no montante que valor devido, no acerto, mesmo que este não represente a totalidade da dívida. Mas caso isto não ocorra, a família tem a possibilidade de remontar a dívida, renegociá-la ou simplesmente informar ao

comerciante que não terá as condições de efetuar o pagamento naquele momento, pois a falta de informação pode significar o descomprometimento. Como o comerciante, neste caso, tem todas as informações sobre a família, não é socialmente inaceitável que se mostrasse inflexível, rígido, em um campo marcado por relações personalizadas.

5.2.9. Aposentadoria, redistribuição e estabilidade ⁸⁸

“A maioria compra fiado, o aposentado paga pouquinho, as vez compra 300 (reais) e dão só 10 (reais) 50 (reais) por que as vez tem que comprar um remédio!” (R.; comerciante)

As famílias cuja principal fonte de renda são benefícios previdenciários têm *“uma vida mais fácil”*. É assim que os casais mais novos percebem os idosos em função do caráter estável da sua renda. Conseguem tomar as decisões quanto à aplicação dos recursos com maior segurança e com maior margem de escolha, pois o gasto imediato terá uma repercussão menor nos dispêndios futuros já que mensalmente tem o seu poder aquisitivo repostos. Porém, ainda assim, a sua vida também está sujeita às estações, havendo épocas em que aumentam as possibilidades de economia de gastos, da mesma forma como ocorre com as demais famílias, já que na maioria dos aposentados também procuram desenvolver a atividade agrícola como forma de conseguir poupar o

⁸⁸ Em estudo sobre aposentadorias rurais, Beltrão et al. (2001) mostra, através da tipificação dos domicílios em *de idosos*, *com idosos* e *sem idosos*, que os benefícios previdenciários rurais tem importante impacto em diferenciais e renda e poder de colocar a família fora linha da pobreza. Delgado e Cardoso Júnior (2001) apontam os impactos favoráveis da aposentadoria não apenas em consumo e qualidade de vida, mas também em investimentos produtivos. Para estes autores o benefício previdenciário funciona, para as famílias, como um mecanismo de seguro-agrícola indireto e favorece a produção de bens para comercialização.

seu dinheiro. Para o aposentado J.A. *“nós continuamos a trabalhar na terra para sobrar mais dinheiro! Dai compra mais pouco, sobra mais! O dinheiro é pro caso de não ter produção, o dinheiro é pra outra necessidade, o alimento pode tirar da terra”*.

O benefício, neste caso, é um estímulo para que continuem a produzir pois com ele podem contratar *camaradas* para trabalhar nos momentos em que a lavoura é mais exigente em mão de obra, compensam o declínio que a força de trabalho dos idosos geralmente sofre.

Também há o significado social do trabalho na terra. É pelo trabalho que se definem como trabalhadores, é o que aprenderam a fazer, é pela terra que criaram a família, o que torna inaceitável, para estes, que o solo não seja trabalhado, pois é de lá que todos podem tirar o seu sustento básico, como afirma o agricultor aposentado J. I. *“quem tem terra e trabalha na terra não tem jeito de passar fome”*. É uma forma também de manter o patrimônio da família ou, como apresenta Heredia (1979), de capacitar pessoas para assumir a produção agrícola, transferir o conhecimento sobre a técnica, manter a terra em condições de trabalho para ser transferida aos herdeiros. Assim, os motivos são muitos.

Embora contem com despesas frequentes com transportes, exames e remédios (quando estes não podem ser custeados pelo poder público), é também no período das águas que realizam as maiores economias. Apesar de não estarem mais no auge de sua capacidade produtiva, as tarefas relacionadas ao cultivo passam a ser assumidas em boa parte pelos filhos que ali permaneceram, que realizam a manutenção da produção da unidade familiar e conseqüentemente a possibilidade de economizar recursos durante as águas.

Porém é durante a seca que encontram-se em situações confortavelmente superiores à das demais famílias. Isto ocorre em função da estabilidade proporcionada pelos rendimentos certos frente às oscilações na produção e as

reduções de possibilidades de economia durante este período. Novamente o Estado passa a ter a função de ampliador das possibilidades de escolha das famílias. Por contar com renda mensal certa conseguem proteger-se dos danos que, porventura, podem ser causados à economia familiar, dos quais destacam-se: gastos com aluguel de pastos e com alimentação da criação e aquisição de alimentos básicos que faltam em sua unidade produtiva. No caso em que fizerem necessários estes dispêndios, a capacidade de resistência da família aposentada é maior, não necessitando, por exemplo, de sacrificar a criação em função destes fatores, garantindo-a para consumo nos momentos em que foram previamente determinados.

Mas este é um benefício que não se limita ao domicílio onde residem os idosos. Seus efeitos positivos se expandem até outras moradias, principalmente quando se trata de comunidades marcadas pelo parentesco e cujo regime agrário aproxima geograficamente seus membros. Nestas condições as estratégias familiares ultrapassem freqüentemente os limites dos domicílios, o que torna as economias domiciliares mais próximas.

A vida econômica dos domicílios de idosos expande seus efeitos para os demais domicílios próximos, habitados pelos filhos, o que é mais notável e freqüente quando estes (os filhos) possuem renda instável, constituindo assim um meio de melhor proteger-se e manter sua economia num certo patamar de estabilidade, contornando os efeitos dos ciclos sazonais.

No caso da alimentação, esta mescla entre as economias domiciliares se torna mais evidente. No período da *seca*, quando as famílias com rendas incertas tendem a ter dificuldades para atender as suas necessidades pelo fato de sua fonte de renda estar irregularmente distribuída ao longo do ano, é também o momento em que seu orçamento e suas necessidades mais se confundem com o domicílio dos pais aposentados.

Ao ficar cada vez mais difícil acessar alimentos em quantidade e qualidade necessários, há um movimento de apoio sobre aquelas que possuem fonte de renda constante, que é expressa principalmente por ajuda, por parte dos idosos, para a recomposição dos estoques alimentares dos domicílios dos filhos, elevando seus gastos no mercado e transferindo parte destas aquisições para o sustento das famílias dos filhos. Além deste tipo de apoio, outra prática que passa a ser rotineira é a realização de parte das refeições diárias no domicílio dos pais. Quando se trata de filhos pequenos, cuja possibilidade de cortes na alimentação é restrita, no momento em que em suas casas não possuem alimento suficiente, passam a realizar as suas refeições com maior frequência junto aos parentes aposentados. São efeitos difusos e virtuosos das aposentadorias nas comunidades.

Além destes efeitos de estabilização, a aposentadoria rural não garante apenas a possibilidade de novos investimentos para o casal de idosos, mas também viabiliza a formação de poupanças para os filhos, durante as migrações, já que o consumo mínimo dos membros passa a ser garantido pelos aposentados. Este é um efeito indireto das aposentadorias que reflete a possibilidade de alavancagem das futuras gerações, além de proteger as suas finanças, como afirma a agricultora V., ex-empregada doméstica e filha da aposentada E.: - *“Morei em São Paulo e trabalhava do dia inteiro e o dinheiro não dava conta! Aqui, não ganho nada de dinheiro, consigo viver e crio os filhos”*

Assim, ocorrem dois movimentos na família: quando a manutenção pode ser garantida pelos meios existentes no próprio domicílio dos filhos, a frequência do apoio junto aos aposentados é menor. Porém, à medida que a situação se torna mais difícil para os filhos que não contam com a mesma estabilidade, estes acionam as estratégias mais amplas, recorrendo a renda certa de seus pais idosos.

Mas a mescla destas economias ocorre durante o ano todo, são unidades com dependências recíprocas, que realizam movimentos fluidos de aproximação e distanciamento para consumo e produção. Em alguns momentos ficam intensamente fundidas para consumo, como ocorre na *seca*, possibilitando a difusão dos benefícios das aposentadorias para a estabilização de outras famílias nucleares cuja estrutura de rendimentos é distribuída irregularmente ao longo do ano. Por outro lado, o consumo se torna mais independente no período das *águas*, quando as famílias têm a sua fonte de renda própria, porém permanecem como unidades de trabalho fundidas, compensando a ajuda dos pais por meio do exercício de atividades na lavoura neste período.

Percebe-se portanto que o programa de previdência rural tem alcance mais amplo do que é efetivamente o seu objetivo, que é o de propiciar renda para o atendimento das necessidades de trabalhadores que se encontram numa etapa do ciclo de vida no qual é menor a capacidade de trabalho. Seu efeito estabilizador tem alcance mais amplo do que a manutenção dos trabalhadores idosos pois também ajuda a reduzir a vulnerabilidade dos filhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu estou numa situação ali e preciso de um dinheirinho, preciso resolver isto! Eles vão, arrumam um pouco de dinheiro, daí eu falo: Deus ajuda aquela pessoa por que ela pagou uma consulta pra mim, que pagou o remédio, uma consulta particular... Mas daí eu tenho que trabalhar e pegar o dinheiro e levar na mão dela! Vamos supor, se eu pego na mão dele ali, uns R\$150, eu falo que ele pagou o remédio, que ele pagou a consulta pra mim! Daí eu trabalho e pago pra ele. A pessoa fala: serviu pra você? Eu falo: serviu! Então eu vou guardar ele por que se serviu pra você, pode servir pra mim amanhã e pode servir pra outro. Daí ele pega, guarda e fala: - A porta está aberta pra você! Se precisar outro dia você pega de volta! Ai, um dia, se eu precisar voltar lá, eu posso caçar dinheiro na mão dele! Se ele não tiver, ele fala: - eu tô te devendo por que eu não tenho! Daí, já vai em outro vizinho caçar lá pra poder emprestar! Tem que ser assim por que o lugar é muito fraco!”

“É feio a gente deixar uma pessoa do lugar morrer de fome por causa de comida, todo mundo dá uma coisinha! Na hora da precisão, a gente vai no vizinho, é! O vizinho aqui é assim: se você precisou naquela última hora ali, eles corre pra ajudar! Se você passar doença, eles correm e ajudam e quando a pessoa melhora, ele paga ali, na caridade!

(E.; agricultor e migrante)

Verificou-se que as famílias rurais do alto Jequitinhonha encontram a sua disposição um conjunto de ativos ou recursos que garantem condições para a manutenção de um abastecimento mais regular, mesmo em situações nas quais lhes faltam o dinheiro. Estes diversos meios, quando combinados, proporcionam uma maior estabilidade ao longo do ano, o que se torna fundamental por se tratar

de uma população cujas atividades produtivas, possibilidades de consumo da produção própria e de alocação do fator trabalho estão intimamente vinculadas a estações bem definidas, alternando entre a estiagem (a *seca*) e as precipitações concentradas (as *águas*), como é o caso do semi-árido.

Neste cenário, a moeda é mais um dos ativos ou meio para satisfação das necessidades cuja presença mais freqüente, em parte, se deve a intensificação do processo migratório, a difusão de programa de transferência de renda e previdência rural. Sua inserção na vida das famílias não se deu pela eliminação dos modos e práticas tradicionalmente mobilizados e que foram passados entre as gerações como um patrimônio (como é o caso do conhecimento sobre os recursos naturais, as relações com os comerciantes, o pertencimento a uma família ou comunidade). Ela foi inserida em uma estrutura social que mantém um sistema que, além de mediar trocas, ampara e protege as famílias das oscilações e riscos aos quais estão submetidas.

No círculo comunitário, os compromissos mútuos entre seus moradores, reforçados por laços familiares, preservam aqueles que são mais vulneráveis. Esses compromissos passam, atualmente, pela ajuda financeira que marca a redistribuição da estabilidade que possuem os aposentados.

Na relação com o mercado, com os comerciantes, a presença do dinheiro conferiu maior liquidez ao sistema e ao mesmo tempo possibilitou a reconfiguração da estrutura de poder existente entre agentes que dela participam. É o caso, por exemplo, da relação entre os aposentados rurais, aos quais é atribuída a responsabilidade pela maior regularidade e volume de vendas nos municípios pesquisados, e os comerciantes da cidade. Os aposentados, mesmo tendo o dinheiro, nunca o gastam totalmente no comércio, algo sempre fica *fiado*, preservando-se assim contra imprevistos que demandem dispêndio monetário. O comerciante, por sua vez, vê na concessão do crédito uma forma de manter este cliente. Porém, para ambos, a relação não é tão instrumental, mas

é ressignificado a partir da amizade, da confiança. Assim, mesmo mediado pelo dinheiro, essa relação não perde o seu “encanto”, não deixa de estar marcada por compromissos e responsabilidades mútuos que vão além da simples troca de uma mercadoria por outra.

Cabe ressaltar também o impacto da renda transferida pelo Programa Bolsa-família, que foi potencializado e até produziu efeitos inesperados justamente por se inserir numa estrutura social que, mesmo em situações de menor liquidez monetária, favorece as trocas. Apesar de conceder um valor considerado relativamente baixo, para as famílias cujas possibilidades de ocupação do fator trabalho em atividades remuneradas ou para obtenção de renda são instáveis, a transferência mensal garante acesso a um nível de consumo compatível com o seu valor simbólico, com a segurança que representa o acesso ao PBF somado a confiança que envolve a quitação no futuro, e não com o montante em espécie devido pela família no momento da compra. Nesta relação, a renda transferida funciona como uma contrapartida que permite que o sistema se mantenha que, o comerciante continue abastecendo o seu ponto comercial e fornecendo produtos para as famílias, até que esta consiga os meios necessários para pagar o montante consumido.

É no “*torrão de origem*”, no território onde foram estabelecidos, reforçados e são permanentemente renovados estes laços sociais, que a família dispõe de e mobiliza meios diversificados que lhe permite operar num sistema que preserva o acesso e o abastecimento. Tal sistema se pode ser resumido no dizer de uma agricultora que afirmou, em uma entrevista, que “*quando a gente tem amigo não carece de dinheiro. Por isso é bom para gente ter bastante amigo*” .

Em face do exposto ressalta-se a limitação do conceito de pobreza, amplamente associado ao Jequitinhonha. Isto porque a consequências que decorrem de uma situação de pobreza irá atingir as famílias de maneira

diferenciada, de acordo com a possibilidade de mobilização de outros meios que não são comportados pelo conceito. Neste sentido as famílias exercem um papel ativo que evitam que sejam afetadas pelo fatalismo e passividade associados ao conceito. Procuram preservar sua capacidade de abastecimento se apoiando em outros recursos que não exclusivamente o dinheiro, cuja escassez muitas vezes tende a ser absorvida pelo próprio comerciante por meio da concessão de crédito ou por familiares próximos.

Mas estas ponderações não implicam em afirmar que a renda seja um critério inválido para mensurar a capacidade de satisfação das necessidades ou que a sua má distribuição não seja uma mazela social. Isto porque, como aponta Sen (2000), a moeda é um recurso amplamente aceito e, por isso, capaz de viabilizar, para a família que a possui, a satisfação de suas necessidades via mercado, sendo a privação econômica capaz de gerar também a privação da liberdade social. Outro autor que foca na importância da dotação econômica como meio para elevar a qualidade de vida é Yunus (2000), que se destacou pelo desenvolvimento de microcrédito específico para famílias inseridas em circuitos de troca deteriorados nos quais as relações assimétricas de poder as mantinham empobrecidas.

Para as políticas públicas, este estudo repercute no sentido de apontar efeitos positivos que foram potencializados devido a estrutura social no qual foram inseridos os programas de previdência rural e transferência de renda, e que não são apontados por estudos com caráter estritamente quantitativo. Outra implicação é a necessidade de fortalecer programas que foque nos demais ativos já mobilizados pelas famílias, principalmente políticas de desenvolvimento rural que preservem o acesso desta população aos recursos naturais, como terra e água, e que estejam orientadas para a convivência com o semi-árido e mitigação dos impactos sobre as famílias.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 149 p.

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: _____ (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume/Fapesp/ADS-CUT/Sebrae, 2004a. 246 p.

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004b

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo, Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1998. 275 p.

ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1981. 274p. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de Pesquisa Social**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.

ALMEIDA, A. W. B. DE. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. In: CASTRO, E. M. R.; HÉBETTE, J. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

AMARAL, L. **Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro**. 1988. 530 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Software – AtlasIDH2000**. Brasília: IPEA/FJP/IBGE, 2003

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J. Mineiros no corte da cana na região de Ribeirão Preto (SP). **Travessia, Revista do Migrante**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-20, ago. 1988.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros**: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, n. 1066)

BLOCH, M. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII., Bauru: EDUSC, 2001. 577 p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa na educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. 335 p.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Tradução de Oriowaldo Queda; João Carlos Duarte. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141 p.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 180 p.

BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho**: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha, MG. 2006. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2001. 372 p.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad economica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 341 p.

CUNHA, E. **Os sertões.** São Paulo: Martin Claret, 2003. 560 p.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura brasileira.** São Paulo: Ícone; Campinas: Unicamp, 1985. 240p.

DELGADO, G.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ufrgs, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.

GALIZONI, F. M. **A terra construída.** 2000. 90 p. Dissertação (mestrado), FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida:** população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 192 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v. 40, n. 3, p. 77-96, jul./set. 2002.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GARCIA JUNIOR. A. R. **O sul, caminho do roçado** São Paulo: Marco Zero, 1990.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323 p.

GOZA, F. W.; RIOS NETO, E. L. O contraste das experiências migratórias em quatro municípios do Vale do Jequitinhonha. In: ENCONTRO NACIONAL DE

ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais...** Campinas: APEB, 1988. p. 503-536

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 1996. 217 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia,** Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-91, maio 1997.

HAGUETTE, M. F. T. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 224 p.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HOGAN, D. J. Crescimento demográfico e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Campinas, v. 8, n 1/2, jan./dez. 1991.

HOGAN, D. J. Mudança ambiental e o novo regime demográfico In: CAVACANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e Fronteiras.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 184 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata:** social. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: Nov. 2005.

LAMARCHE, H. **A Agricultura familiar:** uma comparação internacional. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LEVI-STRAUSS, C. **A família.** In: SHAPIRO, H. L. Homem, Cultura e Sociedade. Campinas: UNICAMP, [19-?]. 27 p.

LEVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988. 209 p.

MAIA, C. J.; LOPES, M. F. Formas tradicionais de solidariedade camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986. 112 p.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988. 209 p.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Mudanças nas famílias brasileiras**: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 31 p. (Texto para Discussão, n. 886). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: jan. 2006.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Tradução de Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 265 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1998

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, Oxford, v. 26, n. 1, p. 1-19, 1998.

NORONHA, A. G. B. **O tempo de ser, fazer e viver**: modo de vida de populações rurais tradicionais do Alto Jequitinhonha, MG. 2003. 140 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

OLIVEIRA, L. Neutros e neutros. **Humanidades**, Brasília, v. 5, n. 19, p. 122-127, 1988

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciências Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 27-48, 1989.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 295 p.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 360 p.

QUEIRÓZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. M. von. **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migração no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. **População e ambiente**: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000. p. 163-187

RIBEIRO, E. M. **Lembranças da terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996. 235 p.

RIBEIRO, E. M. **As estradas da vida**: terra, fazenda e trabalho no Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. 1997. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, E. M. As invenções de migrantes. **Travessia, Revista do Migrante**, São Paulo, v. 6, n. 17, p. 27-30, set./dez. 1993.

RIOS NETO, E. L.; VIEIRA, P. M. R. D. Mulheres de migrantes sazonais no Vale do Jequitinhonha – MG. In: NABUCO, M. R. (Org.). **Contradições do desenvolvimento agrícola em Minas Gerais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988, p. 133-153

RUTHERFORD, S. **Money Talks**: conversations with poor households in bangladesh about managing money. Manchester: University of Manchester Institute, 2002. (Paper 45).

SAHLINS, M. A primeira sociedade de afluência In: CARVALHO, E.A. (Org.). **Antropologia Econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 231 p.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, número 16, abril, 2001.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. A. M. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias. **Travessia, Revista do Migrante**, São Paulo, v.1, n. 1, ago. 1988. p. 9-15.

SILVA, N. de M. Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais – MG. In: NABUCO, M. R. (Org.). **Contradições do desenvolvimento agrícola em Minas Gerais**, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1988, p. 133-153

SOUZA, J. V. A. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. **Pobreza e fome**: em busca de uma metodologia para a quantificação do problema no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, 2001. 58 p. (Texto para discussão, n. 101).

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. p. 1-16

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: IOSP/UnB, 2003. v. 1. 422 p.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/87. Brasília/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990a. p. 11-73.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7, n. 1, jan./jun. 1990b. p. 35-53.

WOORTMANN, K. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas:** Chayanov e Sahlins. Brasília: UnB, 2001. 28 p. (Série Antropologia).

YUNUS, M.; JONES, A. **O Banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2000.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo, alguns problemas. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-126.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 265 p.

ANEXOS


ANEXO A

TABELA 1 A - Porcentagem de pobres e indigentes, por região, em Minas Gerais (2000)

Região	Numero de pobres (%)	Numero de indigentes (%)
Campo das Vertentes	30,67	11,11
Região Central	31,11	10,77
Vale do Jequitinhonha	63,25	36,18
Região Metropolitana	22,84	8,65
Noroeste	37,47	15,75
Norte	58,03	33,12
Oeste	19,75	5,62
Sul/Sudoeste	20,30	5,85
Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba	17,56	5,06
Vale do Mucuri	55,42	29,88
Vale do Rio Doce	40,07	18,55
Zona da Mata	30,24	11,36

Fonte: IPEADATA (base de dados: IBGE Censo 2000)

ANEXO B. Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

PARTE I. ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS

QUESTIONÁRIO Nº

Data: _____ Local: _____
 Referência para chegar ao local: _____

Classificação da família (dentro do critério de amostragem): _____
 Recebe Bolsa-família () Está cadastrada mas não recebe
 Nuclear () Estendida () Composta
 DE idosos () COM idosos () SEM idosos

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O RESPONDENTE E FAMÍLIA

1.1. Nome: _____ 1.2. Idade: _____ 1.3. Sexo: (M)(F) 1.4. Origem: _____
 1.5. Idade: _____ 1.6. Há quanto tempo mora na comunidade? _____
 1.7. Tem algum tipo de parentesco com famílias da comunidade? _____

1.8. Escolaridade: _____
 1.9. Recebe EPC? Qual(is)? _____

1.10. Nº de membros da família (moram na mesma casa) _____
 1.11. A família tem terra? (S)(N) 1.12. É própria? (S)(N)
 1.13. Qual é o tamanho? _____
 1.14. É suficiente para a família (S)(N)
 1.15. Quem trabalha nesta terra a maior parte do tempo? _____

1.16. Tem produção? (S)(N) O que é produzido? DESTINO DA PRODUÇÃO
 Lavouras: _____
 Hortas: _____
 Pecuária: _____
 IDR: _____

1.17. Qual é, aproximadamente, a renda mensal da família? _____

2. QUADRO PARA COMPOSIÇÃO DA RENDA DA FAMÍLIA

Origem (MEMBROS DA FAMÍLIA)	Valor / periodicidade
3.1. Comercialização (o que, como, onde, para quem) <i>verificar se existe algum valor antes (gratuito)</i>	R\$ /
3.2. Assalariamento	R\$ /
3.3. Aluguéis	R\$ /
3.4. Prestação de serviço dentro do município	R\$ /
3.5. Doações	R\$ /
3.6. Programas do governo (aposentadorias, PBF, FGTS , EPC e outros)	R\$ /

2.1. Tem algum lucro? (corresponde a sobra? sobre de quê, da comercialização?) _____
 2.2. Corresponde a todo o dinheiro que entra para a família? _____
 2.3. Fazem algum tipo de investimento? (compreender o conceito de investimento) _____

3. INFORMAÇÕES INDIVIDUAIS SOBRE MEMBROS DA FAMÍLIA

2.1. Nome: _____
 2.2. Sexo: (M)(F) 2.3. Idade: _____ 2.4. Parentesco com entrevistado: _____
 2.5. Ocupação: _____
 2.6. Escolaridade / cursos de formação: _____
 (se for o caso) Continua a estudar? _____

2.7. Contribuição para a composição da renda e valor

Fonte	Valor (R\$)	Periodicidade

4. NECESSIDADES ALIMENTARES E AUTOCONSUMO

- 4.1. Composição mais comum da alimentação da família (tipos de alimentos)
- 4.2. Esta alimentação varia durante o ano? Quais alimentos mudam e em que época?
- 4.3. E durante um mesmo mês, ela também varia? Descrever esta variação
- 4.4. E durante a semana? Descrever a variação
- 4.5. Há momentos em que ela é mais farta ou mais escassa? Quais? Por que há variação no que é efetivamente consumido pela família (há uma redução proposital das necessidades)?
- 4.6. O indica que uma família se encontra em situação de fartura? E de escassez?
- 4.7. Dos alimentos que são produzidos pela família quais vêm de produção própria?
- 4.8. Quais têm que ser adquiridos fora da propriedade?
- 4.9. Onde são adquiridos e quanto gasta para isto geralmente?

5. NECESSIDADES E DISPÊNDIOS

- 5.1. Existem gastos que a família tem que fazer todo o mês? Quanto aproximadamente?
- 5.2. O dinheiro que a família recebe é gasto (principalmente) em que?
- 5.3. A família gasta dinheiro com transporte todo o mês (por exemplo em dias de receber aposentadoria, consulta médica)? Quanto?
- 5.4. Há despesa com remédios todo o mês? Quanto?
- 5.5. Possui gastos com energia elétrica?
- 5.6. Gastos com tratamento e ou distribuição de água?
- 5.7. Paga todas as despesas (fixas) do mês, sobram recursos para a família? Quanto aproximadamente?
- 5.8. Existem épocas do ano em que as despesas são maiores? Quando e com o que?
- 5.9. Durante o ano existe gasto com a produção, insumos por exemplo?
- 5.10. Quais são as despesas que consomem maiores recursos para uma família que mora no campo?

- 5.11. Entre as despesas que a família tem todo o mês (fixas), quando não há recurso para pagar todas, quais são prioritárias?
- 5.12. E para a sua família, existe despesa que exige da família que se economize recurso durante um tempo?
- 5.13. Existem despesas que as famílias rurais possuem e que elas não podem se prevenir?
- 5.14. Quais despesas inesperadas que já atingiram a sua família?
- 5.15. Alguns alimentos consumidos são doados ou trocados? Estas situações ocorrem na comunidade?
- 5.16. Existem trocas de outros produtos / serviços na comunidade? Como ocorrem? Quem está envolvido?
- 5.17. A sua família já passou por um momento de "aperto" (seja por falta de dinheiro, de alimento, de água, perda de produção ou situação que demandou grande gasto)? Com superou?
- 5.18. Existem os conselhos de famílias que são constituídos pelas? Por que?

6. FATOR TRABALHO

- 6.1. Quais os trabalhos realizados pelos membros da família? Onde são realizadas? Para quem? Todos os membros trabalham? Estas atividades geram renda ou não?
- 6.2. O trabalho da família muda durante o ano? Em função de que? A necessidade de trabalho dentro do m.d.o. da família muda? Chega a haver excedente de mão de obra? Se sim, onde é alocada?
- 6.3. Tem épocas do mês/ano em que o trabalho é mais "pesado" (intenso)? Época que se exige mais m.d.o.? Qual?
- 6.4. A m.d.o. disponível na família é suficiente para suprir a demanda de trabalho? É contratada m.d.o.?
- 6.5. Alguém da família migra?
- 6.6. Para onde migra?
- 6.7. Desde quando migra? Como tomou conhecimento sobre a possibilidade de migração e estabelecidos os contatos?
- 6.8. Quanto tempo fica fora?
- 6.9. Por que optou por migrar? Isto reduziu a produção da família? Quais as vantagens de se migrar?

- 6.10. A mão-de-obra alocada fora faz falta? *(Incluir todos os setores de trabalho, ~~exceto~~ a área da família)*
- 6.11. O dinheiro gasto na migração ajuda a cobrir os gastos da família?
- 6.12. Em que é utilizado o dinheiro gasto na migração?
- 6.13. Com qual frequência manda dinheiro para a família? *(se com periodicidade ou se é de uma única vez, quando volta)*

7. ASSISTENCIA TÉCNICA

- 7.1. A família já recebe ou já recebeu alguma orientação / esclarecimentos de técnicos?
- 7.2. Estas orientações eram para quê? De qual entidade eles eram?
- 7.3. Já recebeu instruções sobre melhor forma de plantar, comercialização, associativismo, água ou outros temas relacionados ao meio rural?
- 7.4. Com qual frequência a família recebe a visita destes técnicos?
- 7.5. Estas orientações de alguma forma mudaram alguma prática utilizada pela família? Como?
- 7.6. Você acha que estas visitas resolvem problemas da família ou da comunidade? Por que?
- 7.7. Algum membro da família já participou de curso de capacitação?
- 7.8. Sobre o que eram estes cursos e qual a entidade responsável?
- 7.9. Este(s) curso(s) abordou(s) temas que a família achou importante?
- 7.10. Este curso alterou alguma prática adotada pela família?
- 7.11. Você acha ter assistência técnica é uma vantagem? Por que? *(sempre buscar que a família se compare com outras em condições diferentes em relação a este quesito, criar um parâmetro para comparação)*

8. ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS

8.1. ACESSO AOS MECANISMOS DE CRÉDITO FORMAIS

- 8.1.1. Você já ouviu falar em crédito, para que serve e como funciona?
- 8.1.2. Utiliza algum serviço de banco? Para que? *(conta corrente, aposentadoria, PBF,...)*

- 8.1.3. Algum membro da família já utilizou crédito (Banco postal, banco popular, ~~outra~~)?
- 8.1.4. Como tomaram conhecimento do crédito?
- 8.1.5. Tiveram alguma dificuldade para pegar dinheiro emprestado?
- 8.1.6. Para que o recurso foi utilizado?
- 8.1.7. Caso ainda não ~~tenha pago~~, há dificuldades para o pagamento? Quais?
- 8.1.8. Você acha que este crédito poderia ser melhorado? Como?
- 8.1.9. A família já conseguiu ter acesso a recursos juntamente com outras famílias da comunidade? Você sabe se estes recursos eram públicos? Foram investidos em que?

8.2. FINANÇAS

8.2.1. FIADO (crédito)

- 8.2.1.1. ~~É possível, na família, comprar produtos "fiado"? Por que? Compram geralmente o que?~~
- 8.2.1.2. A família já comprou produtos "fiado"? O que é geralmente comprado e com quem?
- 8.2.1.3. Existem épocas do ano ou do mês em que a família comprava desta forma?
- 8.2.1.4. Quanto tempo ~~depois paga~~, pagarem que época pagam? Tem uma fonte de recurso que garante o pagamento como tem certeza de que vai conseguir pagar a fonte do recurso?
- 8.2.1.5. Como funciona? ~~Todos podem comprar fiado?~~ Em quais situações é possível comprar fiado e em quais não se pode?
- 8.2.1.6. O valor cobrado fisicamente é igual ou maior? Pode ser pago de outras formas que não monetariamente (produtos, trabalho,...)?
- 8.2.1.7. As demais famílias da comunidade também usam deste crédito? Qual motivo para comprar fiado (relacionar com as fontes de renda disponíveis)? Geralmente o que compram?

8.2.2. EMPRÉSTIMOS (crédito)

- 8.2.2.1. Alguém da família já pegou dinheiro emprestado?
- 8.2.2.2. Para qual finalidade? Quais as principais situações em que a família precisa de dinheiro emprestado?
- 8.2.2.3. Com qual frequência a família tem que ~~pegar dinheiro emprestado~~, *(relacionar com a finalidade)*

8.2.2.4. Quem e porque emprestou? É comum pegar dinheiro emprestado com a família ou com outras pessoas da comunidade?

8.2.2.5. O valor a ser pago é maior ou igual ao que foi emprestado?

8.2.2.6. Pode ser pago de que forma que não seja dinheiro?

8.2.2.7. É comum as famílias da comunidade tomarem dinheiro emprestado? Quem mais empresta dinheiro? E qual o destino do dinheiro que "tomou" emprestado?

8.2.3. POUPANÇA E SEGUROS

8.2.3.1. Existe um valor que a família tem que pagar todo o mês? Este valor se refere a que?

8.2.3.2. Existe algum bem ou produto que a família poderia usar agora mas não o faz por que já está reservado para outra finalidade?

8.2.3.3. Existem despesas ou gastos que a família não tem hoje mas que sabe que terá no futuro? Existe alguma preparação para isto?

8.2.3.4. Quais as situações em que a família rural tem grandes gastos? Quais situações a sua família teve maiores gastos? Já estava previsto?

8.2.3.5. Havia recursos suficientes (monetários ou não monetários) da própria família para cobrir esta despesa? (S) (N)

SE NÃO:

Por que?

Como conseguiram recursos para cobrir os gastos? Receberam ajuda? Qual?

De alguma forma este gasto comprometeu a família? A satisfação de outras necessidades?

É possível realizar um planejamento prevendo estes gastos?

SE SIM:

A família sabia que isto esta situação poderia ocorrer?

Houve alguma preparação para isto? Uma reserva/poupança?

A família teve que sacrificar outros gastos em função disto?

9. ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

9.1. SERVIÇOS UTILIZADOS

9.1.1. Necessita ir à cidade? Com que frequência? Para que?

banco

hospital ou outros serviços de saúde

STR

supermercado

OUTROS _____

9.1.2. Quais os meios para se chegar à cidade? Est. disponível todos os dias?

9.1.3. Em caso de necessidade/emergência, como fazem? Tem custo para a família? Quanto?

9.2. SAÚDE

9.2.1. A família tem acesso aos programas públicos de saúde do governo? Precisa se deslocar até a cidade para isso? Com que frequência? Existe custo para a família, seja do serviço de saúde ou para transporte?

9.2.2. Recebe(x) algum tipo de atendimento relacionado a saúde em casa? Recebe(x) visita de agente de saúde? Com que frequência?

9.2.3. Recebe(x) remédios gratuitamente (se for o caso)? A família precisa comprar remédios sistematicamente? Quanto é o valor gasto?

9.2.4. Ao se deslocar até a cidade é imediatamente atendido?

9.2.5. Existem problemas no atendimento? Quais?

9.3. EDUCAÇÃO

- relação estudo/trabalho,

- evasão,

- dificuldades para frequentar a escola,

- relação idade/sexo,

- onde estudam

- como se dedicam

- épocas em que a assistência em aulas é mais frequente e porque?

10. RELAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES / PARTICIPAÇÃO

10.1. A família tem alguma relação com o sindicato de trabalhadores rurais? Há quanto tempo?

10.2. O que eles proporcionam a família? Algum membro da família participa de reuniões?

10.3. A comunidade possui associação? O que ela faz? Participar da associação traz que benefícios a família? Com qual frequência se reúnem e discutem o que?

10.5. A família ou algum membro participa de reuniões de alguma organização entidade/org? Ou recebe algum tipo de apoio de alguma destas organizações? Qual apoio e qual organização?

11. INFORMAÇÕES SOBRE A RESIDENCIA

- 11.1. Quem é o proprietário da casa onde moram?
- 11.2. Quantos cômodos?
- 11.3. Eletrodomésticos disponíveis (analisar como foram comprados)
- 11.4. Existem benfeitorias na área? Como foram construídas?
- 11.5. Tem energia elétrica?

12. AGUA

- 12.1. Qual a fonte de água da família?
- 12.2. Para que utilizam a água? Ela é suficiente para estas atividades?
- 12.3. A família/comunidade tem problemas com abastecimento de água? Em quantidade e qualidade? Isto ocorre com que frequência?
- 12.4. Existe época em que este recurso é mais escasso? Quando? Existem programas para minimizar este problema?
- 12.5. Este problema já ameaçou ou ameaça a vida da família no campo?
- 12.6. A família é atendida por programa de água de alguma entidade? (*casas de coleta, poço artesianos, sistema de distribuição de água, pequenas barragens*)
- 12.7. Qual a origem/entidade deste programas?
- 12.8. ~~Todas as famílias da comunidade~~ *tem* acesso a estes programas? Porque são atendidos por estes programas?
- 12.9. Como avaliam estes programas? Resolvem ou amenizam o problema? Atingem os objetivos?
- 12.10. Existem outros fatores do meio ambiente e que podem dificultar a vida da família no campo? Que dificultam a produção? (*pedras, fertilidade,...*)